

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL

Marjorie Martins Mauricio

SOLAR DO IMPÉRIO:
Convergência de Memórias e Apropriação pelo Turismo

Rio de Janeiro
2015

MARJORIE MARTINS MAURICIO

SOLAR DO IMPÉRIO:

Convergência de Memórias e Apropriação pelo Turismo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Memória Social (PPGMS) do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Regina Abreu

Rio de Janeiro

2015

Maurício, Marjorie Martins.
M455 Solar império: convergência de memórias e apropriação pelo turismo /
Marjorie Martins Maurício, 2015.
129 f. ; 30 cm

Orientadora: Regina Abreu.
Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal
do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

1. Patrimônio cultural – Petrópolis (RJ). 2. Patrimônio cultural –
Proteção. 3. Turismo e planejamento urbano – Petrópolis (RJ).
4. Memória - Aspectos sociais. I. Abreu, Regina. II. Universidade Federal
do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais.
Programa de Pós-Graduação em Memória Social. III. Título.

CDD – 363.69098153

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Memória Social (PPGMS) do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Regina Abreu (orientadora)

UNIRIO

Prof. Dra. Maria Amália Silva Alves de Oliveira

UNIRIO

–

Prof. Dra. Karla Estelita Godoy

UFF

Suplentes

Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire

UNIRIO

Prof. Dr. José Geraldo Esquerdo Furtado

SEE/RJ

AGRADECIMENTOS

A caminhada acadêmica é extramente desafiadora e, em diversas ocasiões, a linha de chegada parece cada vez mais distante e inalcançável. Se não fosse pelo apoio que tive da minha família e amigos, eu poderia ter me perdido pelo caminho e por isso agradeço por todo o incentivo recebido e por toda compreensão que me foi dada por eles quando eu não fazia nada além de falar das minhas pesquisas, dos meus receios e preocupações. Agradecimento em especial a minha mãe Antonia e meu irmão, Igor, por terem sido os que mais ouviram, e por terem transparecido o orgulho que sentem por eu ter escolhido a vida acadêmica e por eu estar me tornando neste momento, Mestre.

À Lígia Lins, companheira da linha Memória e Patrimônio e amiga, que muito me ouviu, em momentos de tensão e alegria de pesquisa, ocorridos ao longo desses dois anos e meio de Mestrado. De fato, a todos os meus companheiros de PPGMS, os quais, de diversas maneiras, enriqueceram essa minha caminhada.

À minha orientadora, professora Regina Abreu, pela atenção, orientação e dedicação a mim disponibilizadas. Também aos outros professores do PPGMS por terem aberto minha mente e contribuído no aprimoramento do meu senso crítico. Não posso deixar de reconhecer a importância das professoras que compuseram minha banca de qualificação e defesa, Maria Amália e Karla Godoy, pelas diversas contribuições a minha pesquisa que renovaram minhas energias para avançar no caminho até a Defesa.

Também agradeço aqueles que disponibilizaram seu tempo e me receberam para conversas e entrevistas que foram imprescindíveis para a minha dissertação. Em especial à arquiteta e urbanista Érika Machado, a qual me auxiliou a entender o contexto petropolitano e me fez levantar questionamentos que por pouco não me fizeram perder o foco do meu objetivo de pesquisa em específico, de tão interessante que foi a conversa que tivemos.

Não poderia esquecer a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo apoio financeiro, através de bolsa de estudos, que possibilitou minha participação em diversos eventos acadêmicos, aquisição de livros, que em muito ajudou e facilitou o meu Mestrado.

A todos, o meu mais sincero obrigado.

Na verdade, já não é mais prioritário tombar edifícios monumentais. Ninguém sabe o que fazer com eles e começa a ficar difícil inventar e conservar tantos museus. Muito mais urgente é manter as cidades vivas, oxigenar a sua água, em vez de trocá-la de vez, deixando apenas os peixes e alguns enfeites fixos no aquário. Os urbanistas começam a duvidar de ações revolucionárias que viram tudo de pernas para o ar, mas que deixam intocada a sua capacidade de designar, de decretar sim ou não. Começam a entender o que Gaudi queria dizer com “ser original é voltar às origens” - Carlos Nelson F. dos Santos

RESUMO

Petrópolis possui um discurso identitário forte, amplamente aceito e muito pouco questionado relacionando-a ao Período do Segundo Império (1840 - 1889) e a família Imperial. Sua população abraça essa identidade e o sentimento de pertencimento à cidade é intenso, fazendo com que a sociedade petropolitana seja o maior protetor do patrimônio no local, seja ele material ou imaterial. Tanto foi assim que a vontade de preservar o patrimônio surge da população local, a qual lutou para a preservação e tombamento de diversos bens culturais da cidade. Desde o primeiro tombamento na década de 1930, passando pelo tombamento da Avenida Koeler em 1964 e, por fim, as extensões dessa área tombada na década de 1980, a população nunca deixou de buscar a preservação dos rastros da memória imperial na cidade. No entanto, para manter o patrimônio vivo no cotidiano petropolitano, se fez necessário a refuncionalização de alguns bens tombados, por estarem, em alguns casos, já abandonados. Parte desses bens patrimonializados viraram instituições culturais, outros instituições de ensino, mas, nesta dissertação trabalharemos com um uso específico, o hoteleiro. Tomando como objeto de estudo o hotel Solar do Império, localizado na Avenida Koeler, analisamos se este tipo de uso pode ser considerado compatível, seguindo os parâmetros descritos na literatura específica e levando em consideração o contexto petropolitano. Através de revisão da literatura pertinente a memória, patrimônio e turismo além de entrevistas com a gerente geral do hotel em questão, do chefe interino do Escritório Técnico do IPHAN e da coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Petrópolis, estudamos a situação atual de Petrópolis e do seu patrimônio e assim entender se há compatibilidade ou não do uso com o Patrimônio. A pesquisa acabou por levantar outros questionamentos, como planejamento urbano na cidade, que afeta diretamente as políticas públicas de turismo e preservação do patrimônio. Entendemos que o uso hoteleiro, no caso específico do Solar do Império é compatível com o patrimônio onde se instala, pois ele está em total acordo com a memória construída na cidade em relação ao Período Imperial e não foi feita nenhuma mudança que ferisse a vocação da construção, um dos itens citados nas Cartas Patrimoniais para classificar determinado uso como compatível.

Palavras-chave: Memória. Patrimônio. Uso Compatível. Petrópolis. Meio de Hospedagem.

ABSTRACT

The city of Petrópolis has a strong identity narrative, widely accepted and little questioned, related to Brazil's Second Empire Period (1840- 1889) and the empyreal family. Its population embraces this identity; the feeling of belonging is deep, turning Petrópolis society the biggest protector of the local heritage, material or immaterial. The truth of this can be proved by the fact that the desire of preserving the heritage came from the locals, who fought for the preservation and government protection of different heritage elements found in the city. Since the first official protection in the 1930's, through the protection of Koeler Avenue in 1964 and, at last, to the extension of the protection area in the 80's, the population never stopped searching for the city's empyreal memory trails. However, to maintain the heritage alive in city's everyday life, it's necessary to re-function of some protected historical constructions, in cases, already abandoned. Part of these constructions became cultural institutions or schools, but, in this dissertation, we will work with and specific use as a hotel. With the study object being the Solar do Império hotel, situated on Koeler Avenue, we will analyze if this type of use can be considered compatible, following the parameters described in the specific literature and taking in consideration the city of Petrópolis' context. Through reviewing of memory, heritage and tourism pertinent literature, together with interviews with the general manager of the hotel in question, the temporary chief of IPHAN's technical office and the coordinator of Architecture and Urbanism course in Petrópolis Catholic University (UCP in Portuguese), we shall study the current situation of the city and its material heritage and thereafter, understand if there is compatibility in the use of the historical construction. We understand that a hotel, in the specific case of Solar do Império, is compatible with the heritage of the construction which holds it, because it agrees completely with the memory constructed in town in regards of the Empyreal Period, there was no changes that hurt the building's vocation, one of the items mentioned in official documents from UNESCO and IPHAN, to consider an use compatible.

Keywords: Memory. Heritage. Compatible Use. Petrópolis. Hotels.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	08
I. A CIDADE E O PATRIMÔNIO DE PETRÓPOLIS	13
1. Volta as Origens – A História de Petrópolis	13
2. Construindo a Cidade – O Plano Koeler	16
3. Tombamentos – O que foi considerado patrimônio	18
II. REFUNCIONALIZAÇÃO PATRIMONIAL	26
1. Cartas Patrimoniais e Uso do Patrimônio	26
2. Uma Visão Reflexiva	30
3. Refuncionalização Patrimonial em Petrópolis	34
III. O SOLAR DO IMPÉRIO	37
1. Situação Atual do Patrimônio Petropolitano	37
2. Dois Casarões – Histórias Convergindo	41
3. Tem um Hotel no Patrimônio	45
IV. MEMÓRIA IMPERIAL E O TURISMO	54
1. Sentidos e Possíveis Efeitos da Apropriação Turística	54
2. Como se configura a Apropriação Turística em Petrópolis?	62
3. Possibilidade de Mudança?	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	75
Apêndice I	81
Apêndice II	98
Apêndice III	104
Anexo I	120

–

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

É difícil apontar onde tudo começou e o que levou ao interesse pelo campo da memória. Talvez um dos primeiros momentos de fascínio em relação ao tema da memória tenha sido em uma excursão de escola à Petrópolis, ou um pouco depois, já na universidade, em intercâmbio à Williamsburg (Virgínia, EUA), ou ainda os dois motivos. Se em Petrópolis deu-se um primeiro contato, definitivamente em Williamsburg houve o contato mais significativo, pois foi a primeira localidade que conheci onde a história e memória locais faziam parte do cotidiano da comunidade. Existe uma área na cidade, a qual representa o período colonial norte-americano, denominada Colonial Williamsburg. Nessa região, o linguajar é mais antigo, as vestimentas diferenciadas, construções, maneira de cultivo, tudo (pelo menos tudo aquilo que o turista tem contato), é característico deste período histórico.

Quando visitei o local, acreditava que as construções haviam sido conservadas e apropriadas pelo turismo e, para criar o restante do cenário, incentivou-se (contratou-se) pessoas a representarem o papel de cidadãos ingleses que estavam construindo o novo país que viria a se tornar os Estados Unidos da América. Entretanto, em Colonial Williamsburg é possível encontrar tanto elementos originais e históricos (séculos XVII e XVIII), quanto reconstruções. A revitalização da área foi possível pela iniciativa do pastor episcopal, historiador e autor, William Archer Rutherford Goodwin (W. A. R. Goodwin) e pelo financiamento do empresário John D. Rockefeller Jr e de sua esposa, Abby Aldrich Rockefeller. A região começou a ser revitalizada em 1926 e foi finalizada e aberta ao público da década de 1930. Nesse processo de reconstrução muito se perdeu, pois construções de períodos mais recentes foram demolidas para ser possível reconstruir a região aos moldes do século XVIII, o que gerou uma série de críticas, que incluíam também o fato de não haver diferenciação clara do que é reconstrução e do que é original¹. No entanto, para aqueles que desconhecem estas questões específicas relacionadas à esfera da técnica arquitetônica de restauração ou à história da revitalização, e era o meu caso na época, a região de Colonial

¹ Outras críticas, de cunho mais social e menos técnico foram feitas, em relação a maneira que a população afro-americana era retratada, já que eles eram mostrados apenas em sua condição escravizada e não livres. Além de haver racismo e discriminação na maneira de tratar os funcionários e receber os visitantes.

Williamsburg produz grande deslumbramento.

Então, na ocasião, eu me perguntei: se foi possível para Williamsburg utilizar produtivamente sua história, por que outras não seriam igualmente capazes? O que fazer para se utilizar da memória e identidade locais para desenvolver o turismo cultural? O que esse tipo de apropriação turística representa para a história, memória e identidade?

Essas inquietações me levaram ao campo da memória social durante a graduação em Turismo e aos poucos foram tomando forma. As duas áreas se encontraram em diversos momentos, principalmente porque o fenômeno turístico se utiliza da memória de uma localidade para torná-la um destino turístico. Tal apropriação turística da memória gerou uma reflexão sobre os efeitos da refuncionalização turística do patrimônio.

Durante minha graduação em Turismo na Universidade Federal Fluminense, concentrei meus estudos nas questões relacionadas a hotéis que podem ser entendidos como lugares de memória, seja por estarem abrigados em edifícios históricos, seja porque o próprio hotel passou a ser atribuído um valor simbólico pela população da cidade onde está inserido. É o caso de hotéis como o hotel Copacabana Palace do Rio de Janeiro e o Ritz em Paris.

Já no momento presente, na pesquisa desenvolvida no mestrado busco entender especificamente como um hotel que se qualifica como histórico se apropria da memória local. Utilizo como referência teórica a reflexão de Walter Benjamin que associa a modernidade a um mundo em ruínas, onde rastros, vestígios, elementos de outras configurações históricas podem ser encontradas concomitantemente às grandes transformações urbanas². Aproprio-me também de Assmann (2011) quando coloca que “a memória se orienta para o passado e avança passado adentro por entre o véu do esquecimento. Ela segue rastros soterrados e esquecidos, e reconstrói provas significativas para a atualidade” (p. 53). A partir dos rastros da memória imperial deixados em Petrópolis, busco refletir sobre a cultura material, memória e patrimônio, na tentativa de entender o significado da apropriação desses rastros de memória para a construção de discursos identitários.

Adotei como meu *locus* de estudo o município de Petrópolis, por ser identificado com um período histórico, o Segundo Império, focando em um hotel que se apresenta como histórico³, o Solar do Império. O hotel, apesar de não ser tombado isoladamente, faz parte do Conjunto Urbano Paisagístico Constituído pela Avenida Koeler, tombado pelo Instituto do

² “Walter Benjamin associa a modernidade a um mundo em ruínas. O impulso organizador e sintetizador das instituições nacionais pode ser analisado como a expressão do arruinamento de um outro mundo que ficou irremediavelmente para trás, um mundo que era marcadamente rural, expressando outras formas de concepção do tempo, onde o valor central girava em torno da experiência e da tradição.” (ABREU, 2011)

³ Mais sobre a nomenclatura “hotel histórico” pode ser encontrado no terceiro capítulo desta dissertação.

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 8 de junho de 1964 no processo 662-T-62. O tombamento na cidade de Petrópolis é diferente se comparado a cidades como Ouro Preto e Paraty, pois não se patrimonializou toda a cidade. Houve interesse em fazê-lo, tendo sido apresentado pela deputada Lygia L. Bastos o projeto de lei nº 274/1979, que elevaria Petrópolis a Monumento Nacional, o que faria com que todo município fosse considerado patrimônio. Entretanto, a comissão nomeada pelo IPHAN para emitir seu parecer sobre a possibilidade de titular a cidade como Monumento Nacional considerou não ser adequada tal nomeação, por não estar de acordo com a dinamicidade do município e, assim, preferiu-se nomear Petrópolis “Cidade Imperial”, preservando os aspectos históricos e culturais que constituem a cidade, sem limitar seu desenvolvimento (Processo 662-T-62. p. 124). Este debate em torno das decisões patrimoniais relacionadas à cidade de Petrópolis serão desenvolvidas no capítulo II.

No entanto, ao visitar o centro histórico da cidade muitos questionam se essa foi de fato a melhor decisão para a localidade, pois em inúmeros pontos não se imagina que estamos em um centro histórico, ou que nos encontramos na Cidade Imperial. A Rua do Imperador, principal rua do centro histórico, não difere muito de outros centros urbanos, sendo difícil caracterizá-la como integrante de um centro histórico, com exceção de alguns pontos. No entanto, a Rua da Imperatriz e Avenida Koeler parecem ser o coração da história de Petrópolis como Cidade Imperial, sendo as ruas da cidade que mais conseguiram preservar seus aspectos históricos. A construção da identidade de Petrópolis como “Cidade Imperial” apesar de bastante divulgada, não parece ser algo necessariamente vivido no cotidiano na cidade. Os elos de memória que ligam a cidade a este período histórico parecem ter se perdido um pouco no desejo de modernização de muitos de seus habitantes.

Paradoxalmente, temos a questão do turismo na cidade, fortemente alicerçado no turismo cultural. Pelo viés do turismo, a presença de equipamentos e atrativos turísticos relacionados à identidade “Cidade Imperial” é interessante, pois fortalece a atividade, facilitando a divulgação da cidade como destino turístico. Ou seja, aspectos que reforçam a relação de Petrópolis com o imaginário de uma cidade imperial parecem ser vistos como positivos pelas agências, instituições e equipamentos relacionados às práticas do turismo. E esta relação parece trazer grande apelo para aqueles que vão a Petrópolis pela via do turismo.

Então, fez-se necessário refletir como ocorrem as apropriações turísticas, analisando pelo ponto de vista dos elos de memória e da construção histórica da cidade que está sendo referida. Como a maioria das construções tombadas na cidade são centros culturais ou órgãos

públicos, apropriações bem vistas institucionalmente (como é apresentado no capítulo III), é preciso estudar aquela que não é tão comum e não foi suficientemente analisada, o hotel histórico.

Todas essas questões foram levadas em consideração no momento de analisar o contexto da refuncionalização e resignificação desse patrimônio como meio de hospedagem. Como um meio de hospedagem, em particular o Solar do Império, trabalha com elementos das memórias locais? O que é privilegiado? O que é enfatizado? Como utilizam o imaginário do Império? Que elementos do período imperial são sublinhados? Quais os objetivos de utilizar elementos de memória e história na proposta de um hotel? Mais especificamente, um dos objetivos da pesquisa consistiu em analisar a refuncionalização turística, especificamente como meio de hospedagem, em um edifício patrimonializado, buscando descobrir os significados e impactos e novidades deste novo meio de hospedagem no contexto do turismo em torno da cidade de Petrópolis e do imaginário da Cidade Imperial, bem como estudar o processo de tombamento da Avenida Koeler, a apropriação turística deste edifício patrimonializado (mais aprofundadamente como equipamento turístico) e a construção da identidade de Petrópolis como “Cidade Imperial”.

Para a construção e desenvolvimento dessa pesquisa foram analisados os documentos referentes ao tombamento e obras no Conjunto Urbano Paisagístico da Avenida Koeler, buscando entender a história e memória que estão representadas nessa localidade. Com os documentos referentes ao processo foi possível entender um pouco a realidade de Petrópolis e, principalmente, foi possível entender os discursos das autoridades e algumas das demandas da população local no que se refere ao patrimônio. Para complementar as informações e análises documentais foram feitas algumas entrevistas, com agentes sociais locais envolvidos com a história e memória da cidade de Petrópolis, e, especialmente com a Gerente Geral do hotel Solar do Império.

A pesquisa justificou-se no anseio de refletir sobre um hotel histórico pela ótica do campo de estudos em memória social, de um ponto de vista interdisciplinar, congregando ferramentas e teorias das áreas do turismo, da sociologia, da antropologia, da arquitetura e da filosofia. Distancio-me de estudos que privilegiam aspectos de gestão ou de ordem essencialmente econômica. A área do turismo associada a outras áreas do conhecimento pode ser muito útil para desenvolver estudos que relacionem o campo do turismo com o campo do patrimônio e, nesta direção, apontar para ações de educação patrimonial que levem a uma maior apropriação dos cidadãos com relação a suas memórias e a histórias. E, muito se discute

no campo da memória e do patrimônio o quanto o turismo pode ser prejudicial aos bens culturais, tombados ou não, mas ainda não é comum pensar em propor novas maneiras de se fazer turismo, menos prejudiciais ao patrimônio. Apesar do interesse principal da pesquisa ser entender mais o patrimônio e a memória representada nele, buscamos conectar um pouco os dois campos, mesmo que seja ainda de maneira superficial, ao questionar a refuncionalização patrimonial como um empreendimento ligado ao turismo a partir certos questionamentos. Como a apropriação dos rastros de memória ocorre? Como eles são apresentados para o visitante? Os elos de memória estabelecidos são usados na construção da identidade da construção, agora refuncionalizada? O Solar do Império, quando comparado a outros hotéis ditos históricos, tem postura equivalente em relação aos rastros de memória representados na construção onde se instala?

I. A CIDADE E O PATRIMÔNIO DE PETRÓPOLIS

Nesta seção trabalharemos especificamente com a cidade de Petrópolis. Nas próximas páginas discorreremos sobre a história da cidade e os tombamentos que ali ocorreram. A cidade conta com onze bens inscritos nos livros de tomo, de tombamento pelo IPHAN, e cerca de trinta e oito protegidos pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), órgão responsável pela proteção de bens culturais no estado do Rio de Janeiro. Aqui analisaremos mais aprofundadamente o Conjunto Urbano Paisagístico constituído pela Avenida Koeler, tombado em 1964, por nele se inserir o meio de hospedagem adotado como objeto de pesquisa para análise de apropriações turísticas do patrimônio.

1. Volta as Origens – A História de Petrópolis

A construção de Petrópolis está intimamente ligada à abertura do Caminho Novo para as Minas Gerais, rota delimitada definitivamente entre 1722 e 1725. Contando com uma extensão de 515 quilômetros, era uma alternativa mais rápida ao Caminho Antigo, de 710 quilômetros⁴. As terras por onde o caminho passava, agora valorizadas, foram sendo parceladas e vendidas, possibilitando a construção de mais sítios e fazendas, intensificando o povoamento da região.

Em 1822, Dom Pedro I e sua família pernoitam em uma das fazendas mais prósperas da região, propriedade do Padre Correia. A família gostou da região pelo clima mais ameno do que no Rio de Janeiro tendo retornado em outras ocasiões, mesmo após a morte do Padre Correia em 1824, quando a fazenda passou aos cuidados de sua irmã Arcângela Joaquina da Silva. Como já havia interesse em construir uma segunda residência, especialmente para o verão, Dom Pedro I decide comprar a propriedade em 1828, no entanto, Dona Arcângela recusa. O Imperador não desistiu de adquirir um imóvel na região e, por indicação da própria Dona Arcângela, compra propriedade vizinha, a Fazenda do Córrego Seco em 1830 e, junto a essa propriedade, Dom Pedro I adquiriu também propriedades no entorno, no Alto da Serra, Quitandinha e no Retiro (TAULOIS, 2007). Foi feito o projeto para o Palácio da Concórdia,

⁴ Estrada Real. Disponível em <<http://www.estradareal.tur.br/home>> Acesso em 13 abr. 2015.

como seria chamada a residência de veraneio segundo os planos do Imperador, entretanto, este projeto, elaborado pelo arquiteto real Pedro José Pezerat e o engenheiro francês Pierre Taulois, não chegou a se concretizar, devido à abdicação de Dom Pedro I e sua partida para Portugal, em 1831 (TAULOIS, 2007).

Com o falecimento de Dom Pedro I em 1834, devido a dívidas deixadas por ele, grande parte de suas terras foram destinadas aos seus credores. Na década de 1840, quando Dom Pedro II atinge a maioridade, a situação ainda estava sendo resolvida pela justiça, mas como a Casa Imperial tinha recursos devido aos lucros providos do café, foi possível reaver estas terras e pagar os credores (DAIBERT, 2010). D. Pedro II e o Mordomo da Casa Imperial, Paulo Barbosa da Silva, deram prosseguimento aos planos de D. Pedro I de construir uma segunda residência na Serra e, além disso, decidiram também presentear terras da região a homens considerados notáveis pela Casa Imperial devido a serviços prestados ao Estado, além de criar uma colônia agrícola. E, assim, incumbiram Major Koeler à tarefa de projetar e construir o Palácio Imperial, urbanizar a Vila Imperial, edificar Igreja em homenagem a São Pedro de Alcântara, construir um cemitério, entre outras atribuições (DAIBERT, 2010; TAULOIS, 2007).

A Povoação Palácio de Petrópolis é criada oficialmente com o Decreto nº 155 de 1843, tendo como um dos nortes o instauro de um povoado baseado no trabalho livre em detrimento do escravizado. *A priori*, a região estava subordinada São José do Rio Preto, sendo elevada a município (1857), contra a vontade do Imperador, o qual não desejava interferência de uma Administração Municipal no povoado (TAULOIS, 2007).

De fato, foi amplamente incentivada a ida de trabalhadores livres, colonos, à Petrópolis. Koeler, desde o momento que projetou a abertura de uma estrada, com passagem para carruagens, para chegar à Fazenda Córrego Seco buscou por trabalhadores alemães e os encontrou no Rio de Janeiro. A partir daí, a chegada de imigrantes germanos foi aumentando consideravelmente e eles foram o grupo majoritário na região por muitos anos, superando inclusive a população de brasileiros no local (DAIBERT, 2010; TAULOIS, 2007; ANGELO, 2012). Além dos colonos advindos da Alemanha, Petrópolis também recebeu italianos, portugueses, ingleses, franceses, suíços, belgas e libaneses. Além dos colonos europeus, é importante destacarmos a presença, pouco comentada, de índios e negros escravizados na região. Com certeza a cidade contava com um menor número de escravizados do que a região do Vale do Paraíba, por exemplo, porém, a região da atual Petrópolis abrigava inúmeras fazendas, e estas contavam com o trabalho escravo. Além da presença do trabalhador

escravizado nas fazendas, eles também auxiliaram na edificação dos suntuosos imóveis da cidade (o trabalho escravo não foi utilizado em todas as construções da cidade, nem por todo o período de construção de alguns imóveis, como no próprio Palácio Imperial). Acrescentamos a isso o fato de que, nas proximidades de Petrópolis, e ao longo do Caminho Novo, era comum a presença de quilombos, formados por fugidos de fazendas da região. A construção da cidade petropolitana não teve a presença negra tão forte se comparada a outras cidades do país, contudo, ela existiu (SILVEIRA FILHO, 2011).

Petrópolis era uma cidade de vocação aristocrática, principalmente no verão, quando toda a corte acompanhava a família Imperial no seu retiro serrano. Na verdade, a presença imperial poderia se prolongar por até seis meses, dependendo com as exigências governamentais do período. A cidade foi muitas vezes utilizada como uma fuga das mazelas da capital, não só o calor, mas a febre amarela e a situação insalubre local e por isso as longas estadias. Contudo, apesar de sua população consistir principalmente da nobreza, talvez por ser uma cidade de veraneio, mantinha-se uma simplicidade maior do que na capital, sendo possível encontrar o Imperador caminhando pelas ruas da cidade ou visitando escolas e interagindo com a população local (TAULOIS, 2007). Mas a movimentação da cidade não era pautada unicamente nas visitas da corte; a cidade crescia e se modernizava rapidamente, tendo também significativa atividade industrial:

A construção do Hospital Santa Teresa, inaugurado em 1876, com participação ativa de Dom Pedro II.

Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, criou a estrada de ferro e a linha de barcos a vapor, que ligava Petrópolis ao Rio de Janeiro. Essa viagem começava no Cais dos Mineiros do Rio e ia até o Porto de Mauá, no fundo da Baía da Guanabara, em pequenos vapores muito confortáveis, com orquestra e sala de refeições; do Porto de Mauá até Raiz da Serra usava-se a primeira estrada de ferro do Brasil, em 1854, e daí, em diligências até Petrópolis pela Estrada Normal da Estrela. Em 1883, foi inaugurada a Estrada de Ferro do Príncipe Grão-Pará, vencendo a Serra da Estrela em cremalheira, notável obra de engenharia na época, que substituiu as diligências serra acima.

(...)

A indústria de tecidos encontrou fatores favoráveis na cidade como o clima úmido, a energia hidráulica e a mão de obra qualificada. A Imperial Fábrica de São Pedro de Alcântara, a Companhia Petropolitana, a Aurora, a Werner, a Santa Helena, a Da. Isabel e a Cometa faziam de Petrópolis o mais importante polo têxtil do país. Construção de modernas estradas de rodagem que facilitavam o acesso à cidade.

Entre elas, a Estrada para Paty do Alferes, a atualíssima Estrada Normal da Estrela que vinha do Porto da Estrela até Petrópolis (1843) e a União e Indústria que ia de Petrópolis para Juiz de Fora (1856). Assim, com sua animada vida social, Petrópolis competia com o Rio de Janeiro durante todo um semestre por ano, levando a grande vantagem de oferecer um clima ameno aos seus visitantes. Em consequência, a cidade ostentava um grande número de primeiros lugares no Brasil, como a Estrada Normal da Estrela, a primeira estrada de rodagem de montanha, a União e Indústria, a primeira estrada macadamizada, a primeira cidade totalmente planejada antes de ser iniciada a sua construção e o primeiro trem a subir uma montanha. (TAULOIS, 2007, p. 11)

Com o fim do Império, em 1889, a cidade passou por algumas mudanças estruturais. A mudança para a República não só outorgou mais poder a Câmara Municipal e posteriormente criou a Prefeitura Municipal, mas também fez com que os nomes de algumas ruas fossem alterados, buscando apagar elementos da memória do Império (TAULOIS, 2007). A importância de Petrópolis acaba aumentando com a República, quando se tornou capital do estado, no lugar de Niterói (1894 - 1902). Mesmo quando perdeu a sua posição como capital, continuou com sua vocação de cidade de veraneio, agora com representantes da República, incluindo presidentes. O lado turístico de Petrópolis passou a ser explorado mais amplamente, garantindo o prestígio local, principalmente a partir da década de 1960, quando houve certa diminuição nos investimentos na indústria e passou-se a pensar nas vantagens do desenvolvimento turístico na cidade (TAULOIS, 2007).

Na próxima sessão apresentaremos um pouco mais sobre a história de Petrópolis, focando no Plano de Urbanização concebido por Major Koeler.

2. Construindo a Cidade – O Plano Koeler

Como comentamos na sessão anterior, o Imperador D. Pedro II não desejava apenas a construção de um palácio para veraneio, mas iniciar um povoado, e para isso chamou o engenheiro Major Frederico Koeler, alemão naturalizado brasileiro, e o incumbiu de planejar a “cidade de Pedro”.

Koeler inspirou-se em cidades europeias para traçar Petrópolis e mais do que isso, planejou, junto com a Casa Imperial, como uma cidade a ser construída usando majoritariamente homens livres os quais, nessa região, foram em sua maioria, os imigrantes alemães. Pensando nesses imigrantes e em suas próprias origens, nomeou os bairros da cidade

a partir de regiões da Alemanha como Mosela, Bingen, Ingelheim, Siméria, Castelânia, entre outros.

Koeler traçou Petrópolis seguindo o curso de seus principais rios: Piabanha, Quitandinha e Palatinado (GUERRA, GONÇALVES, LOPES, 2007) e visava ao melhor aproveitamento do solo, possibilitando a produção agrícola, preservando a natureza local e garantindo melhor qualidade de vida:

Os lotes seguiam-se ao longo dos rios e tinham mais profundidade que largura (55m x 110m), subindo pelas encostas dos morros, adaptando-se à topografia acidentada;

- Era proibido utilizar o topo dos morros; proibido também a subdivisão dos lotes; as áreas com maior declividade não poderiam ser ocupadas, preservando-se a sua cobertura vegetal para evitar deslizamentos;
- Os proprietários tinham que plantar árvores nativas na testada dos terrenos; realizar a construção de calçada com 2,20 m de largura em alvenaria no prazo de um ano e em pedra no prazo de oito anos;
- Obrigação de cercar ou murar solidamente os prazos (lotes) de terra, dentro de um ano no máximo;
- Prévia aprovação das fachadas dos prédios;
- Obrigação de construir dentro de dois a quatro anos;
- Aos proprietários exigia-se que fosse conduzida a água dos telhados para as ruas por meio de canos;
- Todas as residências fariam frente para os rios, sendo que os esgotos seriam lançados em fossas no fundo dos terrenos, distantes dos cursos d'água, evitando-se assim qualquer tipo de contaminação dos mesmos. (GUERRA, GONÇALVES, LOPES, 2007).

A área traçada por Koeler está situada no atual Primeiro Distrito de Petrópolis, onde se encontra o centro da cidade (comercial e histórico) e é a região mais populosa da cidade. Petrópolis cresceu ao redor dessa área, a qual continua sendo a principal da cidade e sendo provavelmente, a região de maior concentração de investimentos.

As características da urbanização proposta por Koeler fizeram de Petrópolis única em vários sentidos: o tamanho dos terrenos, o estilo das construções, a disposição das construções nos terrenos e, principalmente, por ter a frente de terreno voltada para um rio, o qual não poderia ser usado como esgoto, uso comum da rede fluvial à época.

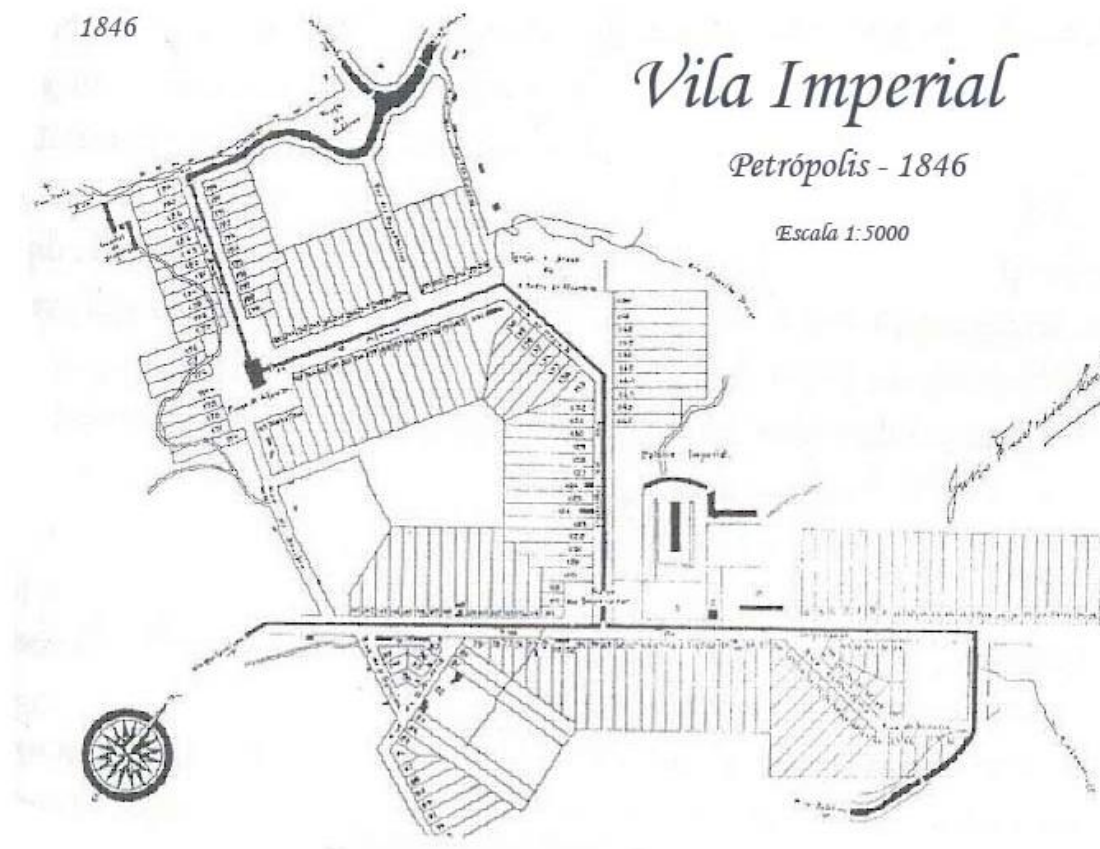


Figura 1: Planta da Vila Imperial (centro de Petrópolis), idealizada por Júlio Frederico Koeler (1861). Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Petrópolis (*apud* GUERRA, GONÇALVES, LOPES, 2007).

O Plano Koeler foi pensado de forma a garantir a qualidade de vida da população, para manter a cidade compatível com os padrões da Corte. Infelizmente, com o passar dos anos, muitas características urbanísticas petropolitanas pensadas por Koeler foram se perdendo, principalmente pelo rápido crescimento da cidade. Os grandes terrenos foram divididos, as encostas ocupadas e os rios poluídos. Petrópolis começou sua história como uma cidade planejada, contudo, não foi pensado no quanto cresceria e, quando cresceu, o planejamento não se adequou às necessidades da população. Trabalharemos em cima da situação atual da cidade no capítulo III, no entanto, primeiramente, apresentaremos a seguir a história dos tombamentos na cidade, ligados diretamente à região descrita na Figura 1.

3. Tombamentos em Petrópolis: o que foi Considerado Patrimônio

Em primeiro de março de 1962, o Instituto Histórico de Petrópolis (IHP), instituição fundada em 1938, na figura de seu presidente, Lourenço Luiz Lacombe (1960-1966), solicita

ao SPHAN o tombamento de um palacete situado na Avenida Koeler número 260, onde estava abrigado o Colégio São José. O presidente do IHP sentiu a necessidade de tal apelo, pois a construção havia sido adquirida por um negociante local, Eduardo Simão, o qual, segundo corria pela cidade, iria demolir o imóvel para realizar a construção de um conjunto de blocos de apartamentos. Lacombe, e o IHP, consideravam tal ato atentatório à estética petropolitana. Seu receio apoiava-se em situação semelhante ocorrida na cidade, onde a propriedade da Baronesa de São Joaquim foi demolida para a edificação de prédios no local.

O logradouro da construção em questão, Avenida Koeler, é caracterizado no documento como residencial, com palacetes de meio de terreno além de construções historicamente relevantes como a Casa da Princesa Isabel (ressaltando seu estado precário de conservação) e o Palácio Rio Negro. O IHP temia ter a estética local prejudicada com a construção de blocos de apartamentos, afirmando só bastar um proprietário vender sua propriedade para toda a paisagem ser ameaçada (Processo 662-T-62, p. 1). Lacombe justifica o anseio do IHP na história da construção que foi o Palacete do Visconde da Silva e Barão do Catete, em seguida Palácio Presidencial, Palacete Guinle, Embaixada da França e por fim, Colégio São José. Além disso, inclui em sua solicitação o desejo do IHP de ter toda a Avenida Koeler tombada, desde a Catedral de Petrópolis até a Universidade Católica.

Em junho do mesmo ano é encaminhada uma carta ao diretor do SPHAN, Rodrigo M. F. Andrade, onde um dos encarregados de visitar a cidade de Petrópolis para atestar a real necessidade de tombamento posiciona-se contra a patrimonialização do prédio número 260 da Avenida Koeler por não apresentar as características previstas no artigo 1 do decreto-lei nº25. Ou seja, o prédio do Colégio São José não foi considerado como detentor de valor histórico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico pela comissão do SPHAN. Entretanto, ela recomenda o tombamento urbano paisagístico de alguns logradouros da cidade: Praça Pedro II, Avenida Sete de Setembro, Praça Visconde de Mauá, Avenida Tiradentes, Rua Raul de Leoni, Rua Ipiranga, Rua São Pedro de Alcântara, Praça Princesa Isabel, Avenida Koeler, Praça Rui Barbosa, Rua Barão de Amazonas e Rua Roberto da Silveira. Todos os locais sugeridos são considerados nobres pela comissão, sofreram poucas alterações em sua paisagem e devem ser “preservados no desenvolvimento normal que se impõe à cidade” (Processo 662-T-62, p. 3). Após esse parecer, o SPHAN solicita do prefeito de Petrópolis, Flávio Castrioto de Figueiredo e Melo, sua opinião e sugestões sobre a questão. A prefeitura petropolitana diz não haver necessidade de tal tombamento, pois em leis municipais já estão decretados determinados parâmetros a serem seguidos por construções locais, como altura

posteriormente a expansão da área tombada.

A primeira solicitação de expansão da área tombada chega ao SPHAN em 1977, do Conselho Municipal de Cultura de Petrópolis, solicitando o tombamento da praça Princesa Isabel e do local onde se encontra a Catedral da cidade, por motivo de compra de terreno próximo ao templo, único não construído na região mas que se for, poderá impedir a visão da catedral, a qual não era tombada, mesmo abrigoando os túmulos dos Imperadores, Princesa Isabel e Conde D'Eu. Em seguida também foi solicitada a inclusão da Praça Rui Barbosa à área tombada devido à construção de prédios em ruas próximas. A iniciativa para evitar que o entorno do patrimônio fosse prejudicado veio do próprio município, o qual decretou gabarito máximo de quatro andares para vias próximas.

Em 1978, o projeto de lei nº 5.330 é proposto pela Deputada Estadual Lygia Lessa Bastos, com o intuito de atribuir à Petrópolis o título de “Monumento Nacional”. A deputada considera importante a desaceleração de um progresso visto por ela como negativo, pois a construção de prédios estava fazendo com que a cidade perdesse parte do seu valor histórico, artístico e natural. Lygia L. Bastos afirma que Petrópolis é o retrato vivo do período histórico onde se formou a nacionalidade, o Império, segundo ela (Processo 662-T-62, p. 55A). A deputada tenta esclarecer em sua proposta que o tombamento da cidade não irá impedir o desenvolvimento da cidade, apenas garantirá a sua qualidade.

No ano seguinte, 1979, Marcio Tavares D'Amaral, da Secretaria de Assuntos Culturais recebe uma carta de Francisco Antonio Doria, morador de Petrópolis e funcionário da UFRJ, mostrando-se preocupado com o novo plano de zoneamento petropolitano. Francisco comenta que os idealizadores do plano, os arquitetos Paulo Hungria da Silva Machado e Marcos Mayerhofer Rissin, “comeram mosca feio”, criando um plano capaz de destruir a cidade. Doria afirma que os arquitetos consideraram como patrimônio apenas casas bonitas, de luxo ou seja, arredores do Museu Imperial, ignorando os chamados bairros feios, característicos pela arquitetura renana trazida por imigrantes alemães, pertencentes à classe média local. Ele coloca também a visão pessimista dos arquitetos, os quais consideram a cidade perdida, no entanto, a maioria do patrimônio petropolitano está preservado, em condições ruins, mas preservado. Comenta haver outros problemas na cidade, como saneamento básico, porém se limita a pedir ajuda em nome do patrimônio cultural da cidade (*idem*, p. 79). No entanto, a resposta obtida comenta sobre uma priorização de áreas mais nobres, mas apenas no começo da implantação desse novo plano, mas sua expansão para outras áreas da cidade era possível.

Aloísio Magalhães, nesse mesmo ano, cria uma comissão encarregada de analisar a

cidade de Petrópolis emitindo seu parecer sobre as regiões da cidade que devem ser tombadas e sobre o projeto de lei da deputada Lygia Bastos. A comissão era composta pelos arquitetos Álcides Áquila de Rocha Miranda, Alfredo Luiz Porto de Britto e Dora Monteiro e Silva de Alcântara, os quais trabalhariam em conjunto com o chefe da seção de projetos arquitetônicos da divisão de conservação e restauração, o arquiteto Eurico Antonio Calvente. Posteriormente juntou-se à comissão a socióloga Ana Maria Amorim. Em um de seus relatórios de atividade, quando a Comissão mostra como será feito seu trabalho e com quais critérios, deixa claro que os estudos estariam limitados inicialmente ao 1º distrito de Petrópolis⁵, sede da fazenda Córrego Seco e local de implantação do Plano Koeler. A área será estudada em busca de edificações ou residências que tenham abrigado personagens ou eventos da História do Brasil; aquelas que ainda conservem elementos característicos da vida do imigrante alemão e italiano; conjuntos fabris; edificações que apresentem elementos construtivos únicos, excepcionais ou característicos de uma época e elementos naturais ou implantados que mantenham equilíbrio ambiental da cidade (*idem*, p. 123). Nesse relatório é dito ainda ao SPHAN caberia o tombamento de valores excepcionais e ao INEPAC a preservação dos valores típicos, mas não excepcionais e ao município a manutenção dos aspectos de escala e ambiência da cidade (*idem, ibidem*). A segunda tarefa da Comissão era analisar a validade do projeto de lei da deputada Lygia L. Bastos e nesse roteiro de atividades recomenda-se a troca do título de “Monumento Nacional” para “Cidade Imperial”, por ser mais adequado à dinâmica do Município e sugere a criação de um órgão local, municipal, para analisar, aprovar e analisar projetos e reformas na área de preservação (*idem*, p. 125).

Neste relatório foi comentado também sobre a APPANDE (Associação Petropolitana de Proteção aos Animais e Defesa Ecológica). Tal associação procurava constantemente, segundo consta no documento (p. 128), a comissão do SPHAN, lutando pela preservação de diferentes construções e áreas da cidade. A comissão comenta que a APPANDE, estaria enviando à presidência um abaixo assinado com cerca de nove mil assinaturas (p. 128).

No documento que segue o relatório, encontramos uma carta da associação, onde pede ao então presidente da República, General João Batista Figueiredo, auxílio para preservar a cidade, comentando “órgãos existem, federais e estaduais, competentes e operantes, mas diante da extensão de nosso país não absorvem com a devida urgência os problemas peculiares de Petrópolis, gerando perdas irreversíveis à nossa memória” (p. 131). Em seguida a APPANDE, descreve o que está sendo solicitado pelos nove mil cidadãos petropolitanos

⁵ Petrópolis é dividida em cinco distritos. Os seguintes bairros são encontrados no primeiro distrito: Centro, Valparaíso, Bingen, Quitandinha, Morin, Alto Da Serra, Alto Independência, entre outros.

que assinaram o documento:

- 01- Que os projetos de zoneamento para o município, incluam instrumentos explícitos de proteção ao patrimônio arquitetônico e urbanístico, entendido como conjunto cultural significativo e não apenas como monumentos isolados.
- 02- Que seja feito o cadastramento de diferentes categorias de seus bens culturais e imóveis, visando a reciclagem e reconversão [*sic*] de seu uso, de maneira a atender às necessidades da comunidade.
- 03- Que seja criada uma entidade vinculada à assessoria de planejamento local, dotada de recursos humanos e financeiros, visando à proteção do acervo cultural e natural do município.
- 04- Que seja dada proteção urgente e imediata aos imóveis construídos no município, em período anterior a 1940. (IPHAN, 1980, p. 132)

Destacamos nesse trecho que, parte da população municipal, mais do que desejar a preservação de elementos de valor arquitetônico, urbanístico ou histórico, deseja também a reutilização dos bens tombados para atender os anseios da comunidade. Buscam a criação de um órgão municipal para auxiliar na proteção de bens culturais e naturais petropolitanos, já que em sua opinião as entidades federais e estaduais existentes não tem sido capazes de suprir as necessidades da cidade. Importante comentar também a quantidade correta de assinaturas. Apesar de ter sido informado ao SPHAN o número de aproximadamente nove mil assinaturas, o documento encaminhado conta com cinco mil, trezentos e sessenta e cinco assinaturas, entre elas do Prefeito de Petrópolis, do Presidente da Câmara Municipal e oito vereadores (p. 133).

No mês de abril do mesmo ano, após reunião do Conselho Consultivo, foi decidida a inscrição da extensão do tombamento do Conjunto Arquitetônico da Avenida Koeler, incluindo: Avenida Sete de Setembro, Avenida Tiradentes, Avenida Ipiranga, Igreja Catedral, Rua São Pedro Alcântara, Rua Raul Leoni, Praça Visconde de Mauá, as duas casas contíguas ao prédio nº 376 da Avenida Koeler, Avenida Piabanha (lado par, desde a antiga casa do Visconde de Mauá, nº 148, até a casa nº 480; lado ímpar, do número 53 ao número 381), Praça Liberdade (atual Rui Barbosa), Rua Monsenhor Bacelar, Rua do Encanto, Rua Barão de Amazonas, Avenida Presidente Kennedy e Rua Kopke (p.174). Tal extensão do tombamento foi oficializada em julho de 1980, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (p. 204).

Apesar de terem sido atendidos os apelos da comunidade e ter seguido a recomendação da Comissão encarregada de analisar essa expansão no tombamento, tomamos

conhecimento, a partir de uma nova correspondência, da APPANDE direcionada ao SPHAN, na figura de seu presidente, Aloísio Magalhães, sobre a continuidade dos problemas relacionados aos bens culturais da cidade. Fernanda Colagrossi, presidente da associação, escreve sobre a demolição de dois bens da cidade, ambos protegidos, um já demolido, e outro, à Praça Rui Barbosa, que teve sua demolição aprovada. E acrescenta:

Infelizmente, para o senhor bem compreender, terei que entrar em detalhes: esse Prefeito reina, mas não governa.

Quem comanda a atual administração chama-se Jesus Mendes Costa, chefe de gabinete de dr. Bianor Esteves [prefeito] e sócio majoritário de uma imobiliária, de uma firma de materiais de construção e de dois super-mercados [*sic*] (portanto, quanto mais gente por metro quadrado, melhor).

Além disso, é presidente da A.C.I.R.P. (Associação Comercial, Industrial e Rural de Petrópolis) do qual o Prefeito é diretor. (IPHAN, 1980, p. 188)

Colagrossi, em suas palavras, roga pela intervenção do SPHAN na cidade, revogando todas as licenças para demolição cedidas pela prefeitura, até ser definida oficialmente a condição de Petrópolis como Cidade Imperial. A presidente comenta também que a Comissão ainda se encontra na cidade, o que pode ajudar a resolver prontamente a questão. A situação se resolve graças a Ação Popular movida por Fernanda Colagrossi contra a Prefeitura Municipal de Petrópolis. O Juiz Federal da Primeira Vara, no estado do Rio de Janeiro, Dr. Costa Fontoura, concede a limiar solicitada, suspendendo a demolição do prédio à Praça Ruy Barbosa ou qualquer componente seu (p.208). Os documentos que seguem no processo de tombamento 662-T-62 são para comunicar a decisão do juiz e deixar claro a posição do SPHAN sobre as ações do prefeito na cidade.

Sendo assim, até a data do último documento, onze de julho de 1980, temos a seguinte configuração do Conjunto Urbano Paisagístico da Avenida Koeler. Sendo a área em laranja o tombamento original e em vermelho os locais patrimonializados posteriormente.

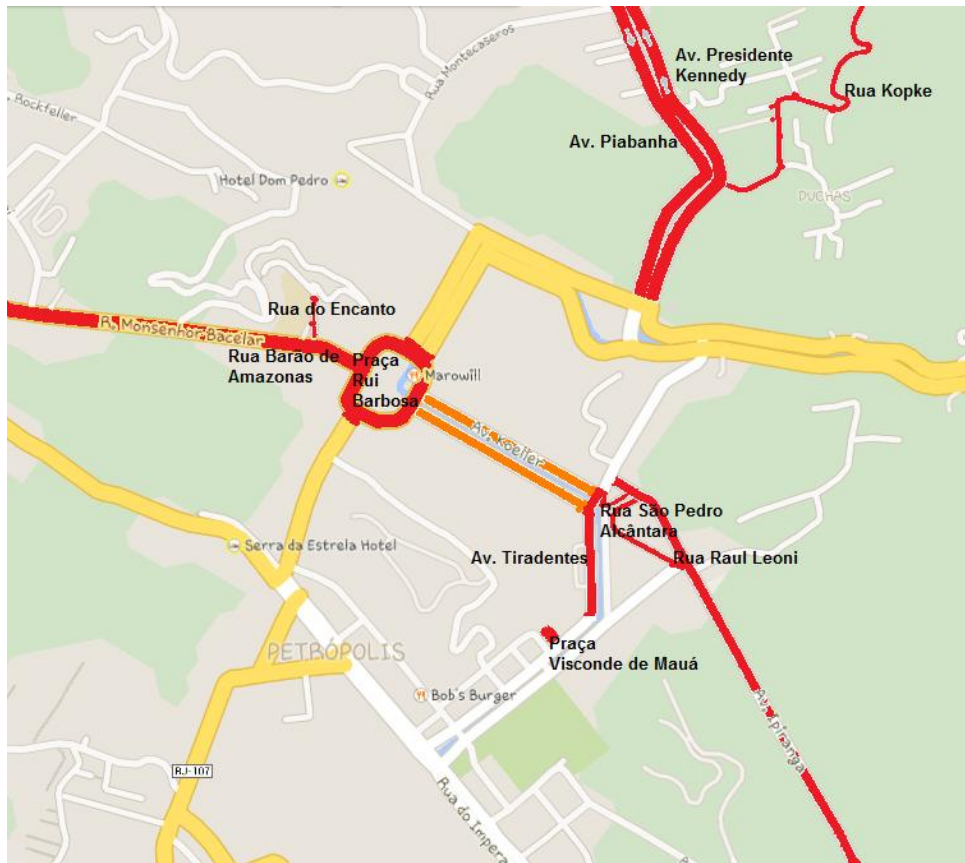


Figura 3: Mapa do Conjunto Urbano Paisagístico da Avenida Koeler, 1980

II. REFUNCIONALIZAÇÃO PATRIMONIAL

Neste capítulo analisaremos a questão da refuncionalização do patrimônio material através do turismo. Entendemos refuncionalizar como dar nova função a uma construção, a qual pode ter perdido seu valor prático no cotidiano local, o que pode vir a afetar a valoração por parte da população. Debruçar-nos-emos na literatura específica para entendermos o que é dito sobre o assunto, tanto pela academia quanto pelos órgãos reguladores do patrimônio, como o IPHAN. Além disso, analisaremos Petrópolis buscando entender o papel da memória, do patrimônio e da identidade de Cidade Imperial na sociedade petropolitana.

1. Cartas Patrimoniais e Uso do Patrimônio

É consenso desde a primeira carta internacionalmente reconhecida, a Carta de Atenas (1931), que deve haver o uso contínuo dos monumentos, pois o entendimento é que dessa forma assegura-se a continuidade da vida da construção. Nesta carta é colocado inclusive que o uso deve estar sempre de acordo com o caráter histórico e artístico do monumento. Pouco se altera nesse sentido com o passar dos anos, quando sempre se viu positivamente o uso dos monumentos (e posteriormente, de forma mais geral, do patrimônio cultural), mas esse uso dever ser considerado compatível.

No artigo 5º da Carta de Veneza (1964), encontramos:

A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes. (ICOMOS *apud* IPHAN, 1964, p. 2)

A carta dá prosseguimento ao pensamento iniciado na Carta de Atenas, e avança comentando não só sobre a questão de continuidade da vida do bem protegido, mas entende usos e costumes como passíveis de evolução e modificações são necessárias para se adaptar a essas mudanças. É preciso respeitar aquilo que o faz patrimônio, sendo alterações possíveis, se não alterarem significativamente a construção.

Até esse momento, ainda não se falava de Turismo, ele não é citado como algo a ser levado em consideração nas políticas patrimoniais. O discurso muda nas Normas de Quito (1967), fruto de uma reunião exatamente sobre conservação e utilização do patrimônio. Nesse momento eles percebem o quanto o uso indevido e o mau planejamento pode afetar negativamente o patrimônio e comentam sobre a necessidade de mudança rápida e efetiva para impedir a degradação dos bens dignos de proteção. Uma das sessões do documento é destinada especificamente ao Turismo e onde se comenta

“Os valores propriamente culturais não se desnaturalizam nem se comprometem ao vincular-se com os interesses turísticos e, longe disso, a maior atração exercida pelos monumentos e a fluência crescente de visitantes contribuem para afirmar a consciência de sua importância e significação nacionais. (...) No mais amplo marco das relações internacionais, esses testemunhos do passado estimulam os sentimentos de compreensão, harmonia e comunhão espiritual mesmo entre povos que mantêm rivalidade política. Tudo que contribuir para exaltar os valores do espírito, mesmo que a intenção original nada tenha a ver com a cultura, há de derivar em seu benefício. A Europa deve ao turismo, direta ou indiretamente, a salvaguarda de uma grande parte de seu patrimônio cultural, condenado à completa e irremediável destruição, e a sensibilidade contemporânea, mais visual que literária, tem oportunidade de se enriquecer com a contemplação de novos exemplos de civilização ocidental, resgatados tecnicamente graças ao poderoso estímulo turístico” (OEA *apud* IPHAN, 1967, p. 6 e 7).

Como podemos notar com esse trecho, o Turismo é visto como capaz de resgatar e reviver o patrimônio de uma localidade. É considerado extremamente positivo para o lugar e no decorrer do documento chega-se a incentivar apropriações turísticas do patrimônio, buscando inclusive políticas que aliem o campo patrimonial e o turístico, e, nesses casos, o país capaz de apresentar um projeto administrativo que o faça, poderá receber incentivo (verba) para sua implantação.

No Compromisso de Brasília, assinado em 1970, aparece rapidamente a recomendação de “utilização preferencial para casas de cultura ou repartições de atividades culturais, dos imóveis de valor histórico e artístico cuja proteção incumbe ao poder público” (IPHAN, 1970, p.3). Aqui é deixado claro que o uso compatível para imóveis protegidos é o uso cultural (podendo ser eventualmente apropriado pelo turismo, no entanto, no documento, não se aborda esse ponto). No ano seguinte, 1971, com o Compromisso de Salvador, o turismo é citado, fazendo-se a recomendação de convocar órgãos de planejamento turístico para melhorar a gestão dessa área no qual compete o uso e divulgação de bens protegidos por lei. Essa carta é especialmente significativa para o presente estudo por ser a primeira, quiçá única, a afirmar: “Recomenda-se que os órgãos responsáveis pela política de turismo estudem medidas que facilitem a implantação de pousadas, com utilização preferencial de imóveis tombados” (p.3). Aparece aqui, pela primeira vez, meio de hospedagem como uso compatível

para bens protegidos.

Em 1972 é assinada a Carta do Restauo, onde outra vez se recomenda novas utilizações, mas com a ressalva do uso compatível. Já podemos entender, a partir do conjunto de cartas analisadas até o momento, que o uso compatível pode ser qualquer uso respeitador das características as quais tornaram aquele bem digno de proteção e preservação. Normalmente prevalece o uso cultural, pois se entende que é aquele que causará menos alterações à estrutura e impactos negativos na construção, no entanto, não há, em nenhum momento, algo específico dizendo que não deve haver determinado uso, tudo é feito de acordo com a situação, analisada individualmente.

A Carta do Turismo Cultural de 1976 é completamente focada na atividade turística e seus impactos. Nesse documento o Turismo não é visto de maneira tão absolutamente positiva como acontece na Carta de Quito, comentando que ele pode ser interessante, mas a atividade deve ser regulamentada para minimizar os impactos negativos ao patrimônio cultural. É mostrada a importância do turismo cultural, único considerado no documento como adequado a intenção de proteção de bens culturais, por ser um segmento onde a motivação é justamente visitar lugares (atrativos turísticos) que representam culturalmente a localidade, e conseqüentemente necessita dos bens culturais locais protegidos e conservados para sua existência.

Em 1980 é firmada a Carta de Burra, onde se definem usos compatíveis como aqueles que “implicam a ausência de qualquer modificação, modificações reversíveis em seu conjunto ou, ainda, modificações cujo impacto sobre as partes da substância que apresentam uma significação cultural seja o menor possível” (p. 2). Não se faz referência alguma ao Turismo, dando margem a interpretação que ele pode ser uma destinação compatível se causar mínimo impacto aos elementos de valor cultural e se as modificações feitas na adaptação para apropriação turística forem reversíveis.

Outra carta nacional de suma importância na análise de usos do patrimônio é a Carta de Petrópolis, 1987 (seguindo a mesma linha do Manifesto de Amsterdã de 1975, por fazer referência ao uso social do patrimônio), ao discorrer sobre as destinações do sítio histórico urbano (SHU) diz

Sendo a polifuncionalidade uma característica do SHU, a sua preservação não deve dar-se à custa de exclusividade de usos, nem mesmo daqueles ditos culturais, devendo, necessariamente, abrigar os universos de trabalho e do cotidiano, onde se manifestam as verdadeiras expressões de uma sociedade heterogênea e plural. Guardando essa heterogeneidade, deve a moradia construir-se na função primordial do espaço edificado, haja vista a flagrante carência habitacional brasileira. Desta forma, especial atenção deve ser dada à permanência no SHU das populações

residentes e das atividades tradicionais, desde que compatíveis com a sua ambiência. (IPHAN, 1987, p. 1)

O turismo não é citado na carta, entretanto nesse momento é importante destacar que entendia-se que o uso não precisava ser cultural, na verdade, outros usos podem ser mais relevantes e necessários, como o uso social, no sentido de local de moradia e trabalho. Como já foi dito anteriormente, deve ser feita uma análise de cada caso para entender qual é o uso verdadeiramente compatível não só para aquela construção (ou um conjunto delas), mas para a localidade como um todo. Como é comentado no documento de 1987, um SHU é plural e as construções históricas devem ser adaptadas (quando necessário) de maneira igualmente plural. Devemos analisar a localidade, pensando nas necessidades de sua população, para melhor servi-la. Em alguns momentos pode ser interessante investir em centros culturais, em outros, moradia, hospitais e até mesmo meios de hospedagem. Contudo, entendemos que uma cidade com baixa infraestrutura, e com sua população vivendo de maneira precária, não se beneficiaria com incentivo ao turismo, o qual poderia agravar a situação, ou seja, nesse caso, não seria considerado como uso compatível.

Na Declaração de Sofia (1996) é apresentada uma visão ainda mais negativa (ou talvez realista) da atividade turística em relação às cartas anteriores. Ela coloca “antes de as atividades turísticas serem supervalorizadas, arriscando-se a transformá-las em ameaça à integridade da substância do patrimônio cultural, levar-se-á em conta, e cada vez mais, a relação entre o patrimônio e a comunidade que o herdou” (p. 1). Acrescenta ainda

As atividades turísticas, por outro lado, não podem pretender utilizar o patrimônio assegurando apenas o respeito ao seu significado e à mensagem. Para que esta fruição seja viável e válida, serão necessários sempre estudos analíticos e inventários completos, com o objetivo de explicitar os diversos significados do patrimônio no mundo contemporâneo e justificar as novas modalidades de uso a que se propõem. (IPHAN, 1996, p. 2)

Ou seja, nesse momento entende-se que o turismo pode ser um uso compatível, contudo destaca que para defini-lo como tal é preciso de uma análise constante e não apenas naquele primeiro momento de proposta de adaptação. Nota-se aqui um maior cuidado em relação ao contexto onde o patrimônio se insere e como a atividade turística pode afetá-lo.

Mais cartas comentam sobre novos usos de imóveis protegidos como a Declaração de Amsterdã (1975), a Recomendação de Nairóbi (1976), a Declaração de Tlaxcala (1982), Carta de Washington (1987) e a Carta de Brasília (1995). Todavia, essas cartas só reforçam aquilo apresentado em outras cartas, já mostradas aqui, e pouco acrescentam à discussão. Em todas

elas é colocado que uso compatível é aquele que está adequado as características do bem ou da cidade histórica e onde as adaptações feitas devem fugir da superficialidade e devem ser harmoniosas e reversíveis, garantindo a autenticidade do lugar (como apresentado na Carta de Brasília, 1995). Na Carta de Brasília de 2010 o turismo é novamente mencionado, dessa vez como uma ferramenta de divulgação do patrimônio, devendo ser praticado de maneira responsável e sustentável para não se tornar nocivo para localidade receptora.

A partir da análise das Cartas Patrimoniais foi possível apreender que novas destinações são bem vindas, mas deve-se analisar cada contexto, para entender qual uso é de fato compatível com a localidade. O turismo é primeiramente visto como “salvador da pátria” capaz de resolver todos os problemas relacionados ao patrimônio, mas com o tempo essa mentalidade foi se modificando e passou-se a entender atividade também como extremamente nociva se não for devidamente planejada e regulamentada. Nada impede, segundo aquilo encontrado nas cartas, uma apropriação turística de ser compatível com o patrimônio, desde que seja feita de maneira cuidadosa e planejada, respeitando as características únicas locais, à exceção de localidade onde existem problemas sociais mais urgentes e, por isso, a atividade turística só causaria danos à população local. Mas e a Academia? O que podemos encontrar na literatura específica?

2. Uma Visão da Reflexiva

Algumas análises, principalmente aquelas de viés sociológico e antropológico, girando em torno da relação do turismo com o patrimônio costumam mostrar que as apropriações turísticas são mais negativas do que positivas para o bem cultural apropriado e para a localidade onde se insere. São poucos os trabalhos mostrando o lado positivo, entretanto, tentaremos aqui apresentar os dois lados, entendendo as duas possibilidades, ambas prováveis, para depois tentar extrair alguma conclusão ou delimitar melhor o pensamento.

À Françoise Choay (2001), por exemplo, desagradava-lhe o uso turístico do patrimônio. A autora comenta que o turismo, principalmente o turismo de massa, é prejudicial ao patrimônio e garante pouco do retorno prometido no momento da implantação da atividade. Ela chega a comentar de locais onde tiveram que fechar ao público, como a caverna de Lascaux, os túmulos do Vale dos Reis e o sítio Carnac, todos devido ao fluxo de visitação, feito descontroladamente.

O que a autora coloca de fato é um dos grandes problemas na apropriação turística de

bens culturais: eles passam a ser muito visados, pois são considerados como representantes da identidade local, atraindo cada vez mais visitantes, o que exige uma atenção redobrada nas questões de conservação e, dependendo do atrativo, a entrada cobrada é apenas uma contribuição simbólica, a qual pouco ajuda no orçamento, e a administração desse bem, seja de que área for, precisa buscar outras maneiras de mantê-lo vivo, tanto seu valor funcional quanto simbólico. Ela indaga “por que o acesso a pé e de carro (principalmente de veículos de turismo) aos monumentos e aos bairros antigos, cuja manutenção é dispendiosa, deveria ser gratuita ou paga com desconto, em vez de ser paga pelo preço justo, como outros “produtos” culturais (...)?” (CHOAY, 2001, p. 233) Se considerarmos o valor de entrada de alguns museus isso fica claro já que seria impossível para essa instituição cuidar de seu acervo cobrando, em média, menos de dez reais por pessoa. Entendemos que existe uma questão de incentivo à cultura e facilitação do acesso a ela, entretanto, será que a entrada de um turista deve ser igual a de um morador? Alguns locais têm feito preços diferenciados, mas ainda não é de entendimento geral que isso é algo importante, tanto para questões financeiras quanto culturais, pois quem vai ajudar a divulgar e preservar aquele bem para as gerações futuras não é o turista que está na cidade por cerca de uma semana, mas o morador da cidade.

A própria autora comenta sobre maneiras de minimizar impactos negativos relacionados com a visita de bens protegidos, como controle de pessoas no local, diminuição do horário de visita, uso de sapatos diferenciados (ou não uso de sapatos em determinados locais) e até mesmo restringir o acesso em determinadas áreas mais frágeis ou fragilizadas. Podemos acrescentar a isso o dever em educar os visitantes sobre o local e como se comportar nele, sobre não sentar ou pisar nas ruínas de uma pilastra de um templo, não falar alto, principalmente em cavernas e minas, mas também em templos religiosos. Nesse último caso também é importantíssimo mostrar ao grupo que eles são os “intrusos”, e não aquelas pessoas as quais ainda usam templos religiosos pela sua função original, religiosa, e não pela sua função histórica e/ou artística para evitar situações como aquela comentada por Meneses (2012), vista por ele em uma ilustração publicada em revista francesa:

(...) no interior hierático, solene e penumbroso de uma catedral gótica (Chartres), aparece uma velhinha encarquilhada, de joelhos diante do altar-mor, profundamente imersa em oração. Em torno dela, a contemplá-la interrogativamente, dispõe-se um magote de orientais, talvez japoneses. A presença de um guia francês nos permite considerar que se trata de turistas em visita a catedral. O guia toca os ombros da anciã e lhe diz –“Minha Senhora, a senhora está perturbando a visitação”. (MENESES, 2012, p. 26)

Mesmo sem chegar a esse ponto, de confundir quem é o principal interessado em um

bem cultural, o turismo pode trazer mais malefícios do que benefícios ao patrimônio se a atividade não for devidamente regulamentada e controlada. O mais recorrente dos problemas é uma visita superficial onde pouco se apreende sobre o patrimônio e seu contexto histórico e o que ele representa atualmente. É a crítica feita por Prats e Santana (2005), quando comentam que as visitas são superficiais e normalmente pouco se vê e se absorve daquilo que é apresentado. Esses autores criticam também a própria visita, feita em locais específicos, os quais muitas vezes não são capazes de representar a identidade local, e inferem inclusive, que não existe turismo cultural, no máximo um turismo patrimonial, pois o interesse, segundo esses acadêmicos, não é conhecer a cultura, apenas visitar aqueles patrimônios consagrados e famosos internacionalmente.

Evidentemente existe a problemática de visitas superficiais e pouco interesse em conhecer mais sobre o outro, de se aproximar verdadeiramente de uma cultura diferente da sua, no entanto, é possível fazer turismo de maneira diferenciada, onde se apreende mais sobre o destino visitado e as pessoas que nele habitam. Meneses (2012) reforça a crítica ao comentar

Quase poderíamos falar de um voyeurismo cultural: o voyeur, com efeito, restringe sua gratificação essencialmente à visão e não se expõe, não se compromete, em suma, não muda. Seu espaço de habitualidade, aquele em que as transformações profundas podem ocorrer e se manter, não é mobilizado. Mais precisamente, contudo, a redução talvez nem seja à visão, mas à audição, já que os turistas ouvem distraidamente (...) o que o guia tem a dizer, ao invés de viver e interagir diretamente com o bem. (MENESES, 2012, p. 28)

Mais a frente, no mesmo trabalho, Meneses mostra que apesar dos problemas que o turismo pode causar, ele ainda é interessante para o patrimônio em geral e comenta “seria perverso pretender negar o acesso a valores que podem ser partilhados e cuja partilha, aliás, deveria ser incentivada. O que é bom é pra ser dividido – e se trouxer benefícios econômicos, tanto melhor” (p. 29). Esse autor, diferente de outros citados, vê que o turismo pode trazer vários benefícios para a localidade e deve ser estimulado, mas ressalta o dever de minimizar visitas superficiais, as quais pouco agregam ao turista.

Sem falar especificamente sobre turismo, mas comentando sobre manter o valor funcional e prático do patrimônio, vemos beirar a unanimidade: é de entendimento comum que a melhor maneira de se manter o patrimônio vivo é garantir seu uso, possibilitando constante interação entre ele e a localidade em que se insere (e todos aqueles de fora que

vierem a se interessar pelo local). Lyra (2006) afirma que sem permanência do uso, bens arquitetônicos estão fadados ao abandono e conseqüentemente, à ruína. O autor diz ser necessário o uso continuado e este deve estar acordo com as características da construção, o uso compatível como aparece nas Cartas Patrimoniais. Esse uso compatível se configuraria com o respeito às características tipológicas do bem arquitetônico, considerando a “vocação” de cada construção, diminuindo as possibilidades de uso, pois não é qualquer uso que está de acordo com a vocação do edifício. “Além disso, cada edificação tem uma história própria e uma relação específica com a comunidade a que pertence, fatores que devem condicionar a escolha de uma nova função” (Lyra, 2006, p. 57).

Lyra cita os conventos de Santo Antonio de Paraguaçu, na Bahia e o de São Boaventura, em Itaboraí (RJ) os quais, a partir do final do século XIX foram perdendo sua razão de ser, pois eram construções grandiosas que não recebiam mais congregações numerosas como outrora e se tornaram muito dispendiosos para serem mantidos pelas ordens religiosas, sendo completamente abandonados. Outras construções semelhantes, refuncionalizadas, não tiveram o mesmo destino, como o Convento do Carmo, em Salvador, (BA) adaptado para receber hóspedes. Esse convento é um ótimo exemplo de como a apropriação turística pode ser benéfica, se for bem pensada: as reformas de adaptação pouco alteraram a estrutura do prédio, a decoração foi mantida, ornamentos restaurados, pátio adaptado com mínimas alterações e, o principal quando se fala sobre o patrimônio, são realizadas visitas guiadas regulares pela construção, mostrando justamente o porquê dele ser considerado patrimônio, contando um pouco da história da construção e da Ordem do Carmo que ele abrigava. No Convento do Carmo (agora hotel Pestana Convento do Carmo) respeitou-se a história, tradição e vocação da edificação, como diz Lyra, transformando-o em hotel e adquirindo maior valor funcional e econômico, sem perder o seu valor cultural e simbólico.

Meneses (2006), apesar de não tratar de turismo, defende que devemos pensar em usos “menos nobres” do patrimônio, aqueles que não são culturais. Ele considera que a refuncionalização sendo sempre com viés cultural acaba por segregar e elitizar o patrimônio, quase o retirando da prática social local e por isso deve-se pensar em usos diferenciados, como habitacional e comercial (é citado mercado popular), por serem capazes de manter o bem cultural no convívio da sociedade de forma mais democrática. Reforçando esse argumento, Castriota (2007) afirma “que nem todas essas edificações protegidas podiam se transformar em museus ou centros culturais, e nem todas as áreas conservadas em destinos

turísticos privilegiados” (p. 22), o que mostra a necessidade de pensarmos em usos diferentes, de acordo com a construção e o contexto no qual ela se insere.

3. Refuncionalização Patrimonial em Petrópolis

Ao visitar Petrópolis, principalmente o seu centro histórico, é possível perceber a visão positiva dos órgãos de proteção patrimônio em relação a novos usos dos bens tombados. Ainda existem algumas construções tombadas com o uso original, como residências e estabelecimentos da área da saúde. Contudo, a maioria das construções receberam novos usos e a possibilidades de refuncionalização, ou seja, dar uma nova função, parecem se relacionar a região da cidade, ao tipo de construção e, também, à esfera de tombamento.

Não há na cidade uma sobrevalorização de usos culturais do patrimônio. Existem construções que são centros culturais, museus e casas de cultura, porém, também é possível encontrar inúmeros exemplos de restaurantes, hotéis, escolas, cursos, escritórios, lojas e órgãos públicos em bens tombados. No Centro Histórico a diferenciação parece estar relacionada às esferas de tombamento e não ao uso em si, pois não existem lojas na área tombada pelo IPHAN, apenas na Rua do Imperador, a qual se configura tradicionalmente como centro comercial, mas esta é tombada pela Prefeitura Municipal de Petrópolis (PMP) – apenas um pequeno trecho é tombado em esfera federal, como pode ser visto no Anexo I. Na região tombada pelo IPHAN a grande parte dos imóveis é relacionada à hotelaria, alimentação, educação, unidades da Prefeitura ou instituições culturais.

Como o Centro Histórico e o Centro Comercial de Petrópolis coincidem na mesma região, e parece haver interesse governamental para que assim continue (como será debatido mais aprofundadamente no próximo capítulo), parece ter sido necessário fazer concessões em relação ao que é considerado uso compatível em relação ao patrimônio em favorecimento da vocação comercial da região. Em entrevista concedida em abril de 2015, o então chefe interino do Escritório Técnico do IPHAN na Região Serrana, Maximino da Costa comentou que o principal é que o uso se adapte ao patrimônio, seguindo a lógica daquilo debatido nas sessões anteriores. A questão que se apresenta em Petrópolis é que a população continua crescendo, e a cidade já é considerada de médio porte, tendo todos os problemas associados a isso, inclusive, o trânsito e o aumento do número de carros. Isso fez com que se tornasse necessária a criação de estacionamentos, principalmente no centro da cidade, lembrando que este também é o centro histórico, e podemos citar um bem tombado (pelo IPHAN), a antiga

Fábrica São Pedro de Alcântara, a qual passou a funcionar como estacionamento, sendo considerado como uso compatível por não ter sido necessário nenhum tipo de reforma ou modificação estrutural para que fosse possível exercer tal função.



Figura 4: Fábrica São Pedro de Alcântara, 2010. Fonte: Hércio Mano - Panoramio⁶

O escritório técnico do IPHAN justifica essa visão do que é ou não compatível para o patrimônio federalmente tombado, em Petrópolis, no fato da maioria dos bens patrimonializados fazer parte de um conjunto urbanístico, arquitetônico ou paisagístico, não havendo o tombamento individual da construção. Dessa forma é possível aplicar maior maleabilidade nas decisões sobre novas utilizações, por se entender que há mais possibilidades de manutenção da integridade do conjunto. Contudo, pensando dessa forma, é possível ver o exemplo deste patrimônio industrial petropolitano, de representatividade nacional oficializada pelo IPHAN, sendo utilizado de maneira tal onde não se apropria de nenhuma forma da memória que justificou seu tombamento, apenas do espaço disponível. E,

⁶ Disponível em <<http://www.panoramio.com/photo/32998503>> Acesso 23 abr. 2015

ao observarmos a Figura 4, podemos perceber o precário estado de conservação que este patrimônio se encontra, não havendo perspectiva imediata de melhora e, considerando o fluxo de carros da região em direção a essa construção, o que pode causar ainda mais danos estruturais a ela, além do já citado fato deste tipo de uso estar sendo considerado compatível com o este patrimônio.

Entretanto, ao mesmo tempo em que temos a Fábrica São Pedro de Alcântara em situação precária, temos exemplos de bens tombados conservados, com usos compatíveis menos danosos a integridade física da construção. Podemos citar o próprio Museu Imperial, o Palácio Rio Negro, a Encantada, entre muitos outros, contudo, destacaremos o Solar do Império, hotel instalado em dois casarões tombados pelo IPHAN, e será apresentado no próximo capítulo, tentando apreender se o uso hoteleiro é de fato menos danoso a uma construção histórica tombada.

III. O SOLAR DO IMPÉRIO

Nesta seção nos deteremos especificamente no objeto de estudo proposto, levando em consideração o contexto onde o meio de hospedagem está localizado, a cidade de Petrópolis. Apresentaremos aqui mais sobre a história da construção, conhecida como Solar Dom Afonso e a transformação pela qual passou ao se transformar em Solar do Império e quais são as particularidades desse empreendimento, para obter assim uma compreensão maior dos possíveis efeitos de uma apropriação, seja esta física ou cultural de um patrimônio tombado, tema do próximo capítulo.

1. Situação Atual do Patrimônio Petropolitano

Atualmente, Petrópolis conta com bens tombados em instância federal, estadual e municipal. São cerca de onze bens tombados pelo IPHAN, sendo em sua maioria situados no Primeiro Distrito da cidade, onde está localizado o centro histórico. Pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) temos cerca de trinta e oito tombamentos, sendo estes, em sua grande maioria conjuntos urbanos, arquitetônicos e/ou paisagísticos; estes tombamentos não foram feitos sobre bens já tombados pelo IPHAN, a exceção do Edifício da Câmara Municipal, na Praça Mauá, tombado pelos três órgãos. No caso específico dos tombamentos realizados em esfera municipal, a maior parte deles já eram bens protegidos pelo IPHAN ou pelo INEPAC, no entanto, houve o interesse do governo municipal de oficializar sua importância em esfera local. Alguns imóveis são tombados exclusivamente pela Prefeitura de Petrópolis, mas estes estão em menor número (Ver lista completa no Anexo I).

Para entendermos melhor como tem-se configurado a gestão do patrimônio na cidade de Petrópolis, conversamos, em abril de 2015, com duas pessoas: Maximino da Costa, arquiteto e chefe interino do Escritório Técnico do IPHAN na Região Serrana, e Érika Machado, chefe anterior a Maximino da Costa e atual coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Petrópolis, arquiteta urbanista e Mestre em Preservação de Patrimônio Cultural pelo IPHAN. A partir do cenário apresentado por eles e análises empíricas, mostraremos a situação do patrimônio petropolitano atualmente e os principais desafios encontrados na cidade.

O Centro Histórico de Petrópolis, onde estão localizados os bens tombados mais reconhecidos da cidade como o Palácio Rio Negro, Palácio de Cristal, Museu Imperial, e a Catedral Petropolitana, é também o centro comercial da cidade, estando localizado no Primeiro Distrito. Esta área conta com tombamentos das três esferas de poder e são de diferentes épocas, o que faz com que ele possua área com profundas diferenças entre si. A Rua do Imperador é consideravelmente diferente da Avenida Koeler, da Rua da Imperatriz e da Avenida Ipiranga, por exemplo. Aqueles que desconhecem a história da cidade podem inclusive estranhar a inclusão da rua “Imperador” no Centro Histórico, pois é um logradouro comercial que, no nível da rua, não parece se distinguir de centros comerciais de outras cidades, com algumas exceções, de prédios mais tradicionais e em estilo e dimensão próximos aqueles encontrados nas outras ruas que compõem esta área histórica.

O que difere a Rua do Imperador das demais é que ela sempre foi um centro comercial. Se a Koeler e a Imperatriz eram da nobreza, a Imperador pertencia aos burgueses. Composta tradicionalmente de edifícios de dois andares, fachada estreita e grande profundidade, ali, desde o Período Imperial se concentravam os comerciantes da cidade, com seus negócios no primeiro piso e sua moradia logo a cima. A arquitetura é primordialmente eclética, assim como a maioria dos outros encontrados na cidade, no entanto, em escala bem menor e mais humilde (quando comparados àqueles da nobreza dos logradouros próximos). Esta rua não foi integralmente tombada pelo IPHAN, mas possui imóveis tombados pela Prefeitura, pelo INEPAC e, em menor proporção, pelo IPHAN. A decisão de não tombamento federal deu-se pelo fato das transformações pelo tão almejado progresso terem começado por esta rua, valorizada por sua posição central e sua importância comercial. Segundo nos contou Érika Machado em entrevista, quando o IPHAN foi analisar a possibilidade de extensão da área tombada na década de 1980, aproximadamente dezesseis anos após o tombamento inicial na Avenida Koeler, e incluir a Rua do Imperador, esta já estava consideravelmente modificada e, por isso, entendeu-se que havia perdido sua expressão nacional e assim recomendou-se o tombamento em outras instâncias. Nos trechos com maior concentração de lojas se torna difícil absorver a história e pensar nas memórias construídas ali que motivaram o seu tombamento; nesses pontos, a concentração de pessoas é muito grande, o que faz até o caminhar mais acelerado e, na Rua do Imperador é preciso tomar certa distância para percebê-la como centro histórico, pois em sua extensão, as características arquitetônicas facilmente percebidas como históricas, estão no segundo andar dos prédios e não no nível da rua. A tradição comercial se manteve, entretanto, devido à demora para protegê-la da especulação

imobiliária na cidade, muitas das características arquitetônicas que construíam uma ambiência histórica facilmente apreendida, perderam-se.

Parte dos logradouros do Centro Histórico foi tombada a nível federal em 1964, como mostramos no capítulo anterior, a outra, apenas na década de 1980. Entretanto, apesar dos tombamentos mais recentes serem da mesma época que o pedido de tombamento da Rua do Imperador, estas ruas não estavam tão descaracterizadas e por isso foram abraçadas pelo IPHAN na expansão do tombamento do Conjunto Urbano Paisagístico da Avenida Koeler. O principal motivo dessas vias terem conseguido se manter com o decorrer dos anos é o fato delas serem áreas residenciais da nobreza e aristocracia, e estes tiveram interesse e recursos para manter suas residências tal como eram no momento de sua construção. Ainda hoje existem mansões que mantêm sua função residencial, no entanto, outras foram refuncionalizadas, algumas após anos de abandono, como foi o caso dos casarões que compõem o Solar do Império.

Temos na mesma área, no Centro Histórico, áreas tombadas por diferentes órgãos ao mesmo tempo e, além disso, diversas associações, as quais também buscam a proteção do patrimônio petropolitano. Na cidade de Petrópolis, contudo, não há uma relação estreita entre os três órgãos de proteção do patrimônio e essas associações. Para realizar uma reforma ou um evento, por exemplo, é necessária aprovação dos órgãos protetores dos bens envolvidos, e, na cidade, em muitos casos, como comentamos, determinado imóvel ou área é tombado por dois ou os três órgãos de proteção, ou seja, faz-se necessária a aprovação tanto da Prefeitura, quanto do INEPAC, quanto do IPHAN. Entretanto, as decisões não são tomadas em conjunto; conta-se que havia reuniões semanais entre os três para lidar com esse tipo de requerimento, no entanto, elas não ocorrem mais, sendo necessário o requerente ir a cada um dos órgãos em separado para buscar a aprovação do seu projeto, o que às vezes poderia significar em análises mais rápidas devido ao curto prazo quando se tratava de organizar um evento na cidade (Como nos contou a arquiteta e urbanista Érika Machado em entrevista). No caso do escritório técnico do IPHAN a situação que já era difícil, está um pouco pior: o escritório contava com três arquitetos para ajudar a fiscalizar e assessorar com tais projetos, no entanto desde fevereiro até o momento da entrevista, no começo de abril de 2015, havia apenas o chefe interino Maximino da Costa para lidar com todos os requerimentos. O reduzido número de funcionários foi destacado por ele como o principal desafio do trabalho do Escritório do IPHAN na Região Serrana, responsável por vinte e um municípios, mas com apenas três funcionários para fiscalizar toda esta área.

Érika Machado, ao falar das dificuldades na gestão do patrimônio na cidade segue outra linha de raciocínio e entende que o principal problema na cidade é a falta de planejamento urbano. Com o centro comercial coincidindo com o centro histórico, o patrimônio edificado acaba sofrendo com o grande fluxo de carros, ônibus e caminhões, causando em momentos, problemas estruturais. Ela comentou de uma alteração do fluxo na Rua Monsenhor Bacelar, rua tombada pelo IPHAN, anteriormente de mão dupla e agora com sentido único. A mudança de fluxo, devido a uma obra no local, a transformou numa movimentada via de saída do centro, com aumento da presença de ônibus e caminhões; todos os imóveis da rua passaram a apresentar problemas estruturais e apesar da mudança ter sido feita há mais de cinco anos (pois ela nos conta que é anterior a sua chegada à cidade, em 2010), após o término das obras o fluxo original não foi reestabelecido.

O principal problema em Petrópolis na época dos tombamentos, descrita no capítulo anterior, era a especulação imobiliária e a vontade de modernizar a cidade; tanto que esse foi o argumento utilizado para impedi-la de se tornar Monumento Nacional, afinal temiam o seu engessamento. Até os dias atuais a ideia de que patrimonializar gera engessamento perdura na cidade, e, ao invés de investirem na descentralização da cidade, criando mais infraestrutura nos bairros, preferem continuar investindo no centro petropolitano, construindo e reconstruindo naqueles poucos espaços não tombados restantes. Para aqueles ainda interessados na proteção do patrimônio cultural nesta região ainda há o risco de perda, pois há grupos interessados no destombamento de algumas regiões. O que gera certa segurança é que a maioria dos bens tombados está protegida pelo IPHAN, o que dificulta o já complexo processo de destombamento, entretanto, os bens protegidos exclusivamente pela Prefeitura, podem ainda estar ameaçados.

Contudo, o que diferencia Petrópolis de algumas outras cidades brasileiras é que ainda há um forte sentimento de pertencimento, à cidade, da população. A sociedade civil petropolitana permanece engajada na proteção do patrimônio e consegue auxiliar quando o conflito de interesses na cidade fica mais evidente. É a partir da população local que, até hoje, evita-se demolições e celebra-se a herança cultural, seja ela ligada diretamente à família imperial, seja ligada aos diversos colonos que auxiliaram na construção da cidade. Petrópolis gira em torno do período Imperial, mas abraça diferentes elementos do período para construir sua identidade. São muitos os eventos na cidade ligados aos colonos, principalmente alemães, mas também italianos e japoneses (segundo nos contou Érika Machado em entrevista concedida em abril de 2015 – disponibilizada do Apêndice III deste trabalho).

Os grupos sociais que ainda possuem pouca representatividade na cidade são os negros e índios, pois por muitos anos, segundo nos explicou Érika, construiu-se uma narrativa que Petrópolis foi erguida por colonos europeus, deixando de lado a figura dos escravizados. Eles vêm sendo tirados do esquecimento com as festividades relacionadas à consciência negra, no entanto, não se compara aos dez dias de Bauernfest, a festa do colono alemão e maior evento tradicional da cidade. Em matéria de patrimônio ligado diretamente a comunidade afro descendente, no Centro Histórico, temos a Praça Rui Barbosa, chamada até hoje pela maioria da população pelo seu antigo nome, Praça da Liberdade, onde negros escravizados iam comprar sua alforria. Não foi percebida referência aos índios no Centro Histórico da cidade.

Muitos se apropriam das memórias que ajudaram na construção de Petrópolis e até hoje o fazem para a construção de sua própria identidade, ainda lutam pela cidade e por isso tem sido possível proteger de fato o patrimônio cultural local. A falta de planejamento urbano e o reduzido número de funcionários do IPHAN na cidade dificultam consideravelmente o trabalho dos protetores do patrimônio, contudo, a população, ou parte dela, com o seu engajamento, acaba se tornando fiscal de proteção do patrimônio e ajudam no trabalho do IPHAN e do INEPAC na cidade, aumento a possibilidade de preservação do patrimônio cultural local, o qual está como em várias outras regiões do Brasil e do mundo, em constante ameaça de perda de espaço para o crescimento econômico.

2. Dois Casarões – Histórias Convergingo

Composto de dois casarões do século XIX o Solar do Império localiza-se ao final da Avenida Koeler e podemos dizer que é o último vislumbre Imperial na região do Centro Histórico para aqueles que começam seu passeio na Avenida do Imperador e seguem pelo Museu Imperial. Após o Solar já encontramos elementos históricos mais recentes como a Encantada e a Praça 14 Bis, ambos relacionados ao Período Republicano.

As construções datam do final do Segundo Império (1840 - 1889), sendo uma de 1875 e a outra 1893, e tem próxima relação com esse período histórico, especialmente a mais antiga. Um desses casarões pertenceu ao Comendador Joaquim Antonio dos Passos, comerciante de café. Conta-se que a Princesa e o Conde D'Eu se hospedaram ali por um período⁷. A família Passos se manteve proprietária até 1890 quando foi vendido ao alemão Albert Landsberg. Em 1945 foi comprado pelo casal Maria Amália e Othon Lynch Bezerra de

⁷ Hotel Solar do Império. Disponível em <<http://www.roteirosdecharme.com.br/hotel.php?hotel=49>> Acesso em 22 nov. 2014.

Melo e recebeu um nome, transformado-se em Solar Dom Afonso, em homenagem ao primogênito de Dom Pedro II. Atualmente o Solar Dom Afonso é administrado pela Winston Administração e Participações Ltda.

Composto por casarão em estilo neoclássico, jardim e estábulos e foi considerada uma das mais belas casas da região e por isso o título de comendador foi concedido pela Princesa Isabel a Joaquim Antonio Passos. Da entrada principal não era possível ver os jardins, que eram de fundo, ficando de frente para os estábulos, no entanto, aqueles que passavam pela Avenida Koeler poderiam vê-lo em toda sua grandiosidade. A entrada original do Solar Dom Afonso, quando foi concebida por Joaquim Antonio Passos era de frente a antiga Praça da Liberdade. Como podemos observar na figura 4, o casarão segue o estilo neoclássico e escadaria dupla, dando imponência a entrada da casa, sendo esta bem próxima ao portão de entrada..



Figura 5: Antiga entrada Principal do Solar Dom Afonso. Fonte: Acervo Pessoal

O jardim frontal da casa é modesto em tamanho, principalmente ao ser comparado com o de fundos, um dos vários elementos atraentes da casa, como podemos observar a seguir.



Figura 6: Jardim e Fonte. Fonte: Acervo Pessoal.

Seguindo o caminho de pedra do jardim, vemos ao lado, a entrada dos fundos e, prosseguindo, chegamos ao que eram originalmente os estábulos da casa, onde atualmente funcionam os salões para eventos.



Figura 7: Entrada dos fundos. Fonte: IPHAN



Figura 8: Estábulo, atual Salão de Eventos: Fonte: Acervo Pessoal.

Ou seja, a visão mais imponente era reservada para aqueles que chegavam de carruagem à casa, pois seria possível observar o grande jardim e a entrada dos fundos, que possivelmente causa tanto deslumbramento quanto a entrada principal.

O outro casarão que hoje abriga o Solar do Império é a antiga Casa Martins Corrêa, do comerciante têxtil José Martins Corrêa, um dos fundadores da Fábrica Renânia, a qual se tornou, em 1873, a Fábrica de Tecidos São Pedro de Alcântara. A casa é de estilo eclético e, se encontra de frente a Praça Rui Barbosa, ou seja, originalmente não havia acesso a ela pela Avenida Koeler. É uma casa mais recente, datando de 1893 e é mais humilde do que o Solar Dom Afonso, não contando com um jardim tão extenso, mas este existia, e é onde hoje temos uma das piscinas do hotel e parte do estacionamento.

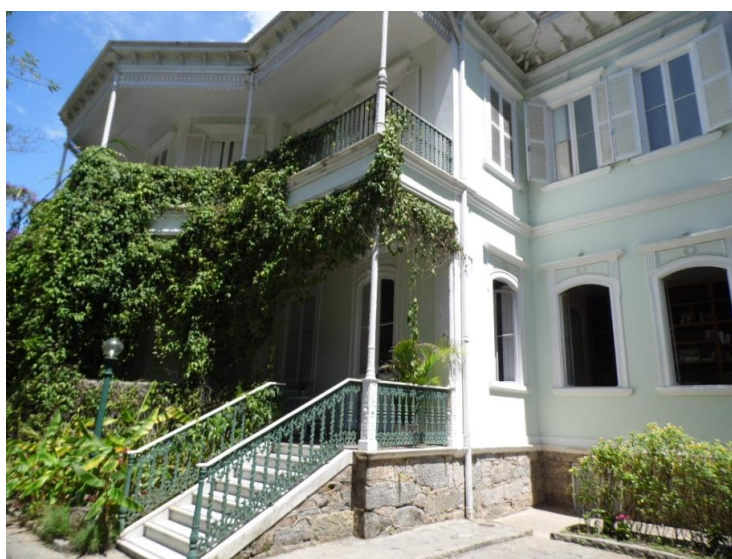


Figura 9: Entrada da Casa Martins Corrêa. Fonte: Acervo Pessoal.

O Solar Dom Afonso é considerado o casarão principal do hotel e, anteriormente, além de funcionar como residência particular, foi salão de festas e, antes de sua transformação para hotel, ficou abandonado. A casa Martins Corrêa teve destino semelhante, contudo, antes do abandono, foi apenas residência particular. A seguir trabalharemos especificamente com a questão do uso do patrimônio como meio de hospedagem.

3. Tem um Hotel no Patrimônio

Os casarões que abrigam hoje o Solar do Império fazem parte do Conjunto Urbano Paisagístico da Avenida Koeler, tombado tanto em instância federal quanto municipal, mas não são patrimonializados isoladamente em nenhuma esfera do poder público. Por fazer parte desse conjunto urbano paisagístico, considerado como patrimônio pode ser entendido como um hotel histórico, no entanto ele não se encontra vinculado no CADASTUR e, portanto não pode, no momento, solicitar sua classificação oficial como hotel histórico ao Ministério do Turismo pelo novo sistema de classificação de meio de hospedagens, implantado em 2010, SBClass, que inclui a categoria Hotel Histórico.⁸ Ao conversar com Emanuele, Gerente Geral do estabelecimento (funcionária desde 2010), ela não soube precisar o motivo de não estar vinculado ao CADASTUR, e afirmou desconhecer essa nova classificação do Ministério e averiguar a possibilidade do Solar ser incluído⁹.

Mas o que seria afinal o hotel histórico? A nomenclatura "hotel histórico" é dada pelo Ministério do Turismo, classificando assim aquele "hotel instalado em edificação com importância histórica." (Ministério do Turismo, 2010, p.7). E esclarece também que essa importância histórica é "aquela com características arquitetônicas de interesse histórico ou que tenha sido cenário de fatos histórico-culturais de relevância reconhecida" (idem, ibidem). Essa nomenclatura se insere no Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass), criado em 2010, de inclusão voluntária, através do CADASTUR (Sistema de Cadastro para pessoas físicas e jurídicas atuantes no setor do turismo). A classificação é válida por 36 meses e empreendimentos cadastrados recebem uma placa do Ministério do Turismo, com a tipologia do empreendimento e número de estrelas.

⁸ Em agosto de 2014, apenas três hotéis no Rio de Janeiro estavam oficialmente nessa categoria. Todos localizados em Petrópolis: Casablanca Hotel, Casablanca Koeler, Grande Hotel Petrópolis Ltda. No Brasil, na mesma época, temos vinte e cinco hotéis históricos cadastrados no MTur, através do CADASTUR.

⁹ Alguns meses após a visita, verificamos que o hotel em março de 2015 havia se cadastrado e havia adquirido a chancela de Hotel Histórico do Ministério do Turismo, através do CADASTUR.

Apesar de esta ser a nomenclatura adotada neste trabalho, para facilitar o entendimento e por ser aquela oferecida pelo Ministério do Turismo, é preciso ressaltar o desconforto gerado por tal conceito. O interlocutor é induzido a entender o meio de hospedagem em si como histórico, o que não é sempre o caso. Ao analisar a definição dada pelo órgão federal apreendemos que o valor histórico é conferido à construção, mas o empreendimento comercial não o possui. A definição da nomenclatura é clara, mas ela em si, talvez para facilitar, foi encurtada e se tornou dúbia. O Ministério trata aqui exclusivamente de hotéis que se apropriaram da estrutura física de uma edificação de importância histórica, vinculada a fatores arquitetônicos, históricos e, em última instância, culturais.

Mas é importante comentar de hotéis que têm alto valor simbólico, mas sem, no entanto, terem a chancela de patrimônio. O hotel Copacabana Palace, por exemplo, tem sua fachada tombada pelo IPHAN, mas não o hotel em si, que já sofreu alterações internas, como mobiliário, portas, fechaduras entre outros itens. Outras modificações já foram sugeridas pela diretoria da rede que o administra, a *Orient Express*, inclusive a mudança do nome para Belmond Copacabana Palace, recebendo inúmeros comentários negativos da sociedade carioca, fluminense, quicá, brasileira. A rede não mudou a fachada do hotel, o nome, contudo, foi modificado, como pode ser observado no site do empreendimento. Mas não teria “Copa” valor histórico, cultural e social? Sim, tanto é que a população reagiu contra a mudança do nome, entretanto, ele não entra na categoria de hotel histórico, tal como é descrito pelo Ministério, pois só a fachada, e não toda edificação é vista com valor arquitetônico e histórico. Não existe uma nomenclatura específica para isso, mas existe a possibilidade de entender esses empreendimentos como Hotéis Signos¹⁰.

Apesar da vinculação tardia do Solar do Império ao CADASTUR (dez anos após sua inauguração e cinco anos após a criação do SBClass), ele está integrado aos Roteiros de Charme. A Associação de Hotéis Roteiros de Charme foi criada em 1992, como uma entidade privada sem fins lucrativos, desenvolvendo uma classificação de hotéis, tendo em vista as características singulares de cada empreendimento e elevado padrão de qualidade nos serviços prestados. Para os hotéis se associarem é necessário estarem em funcionamento há dois anos, pelo menos, sob a mesma administração e como eles mesmos colocam, devem ser charmosos. No site da Associação o charme é descrito como subjetivo, relacionado “a união entre bom gosto, atenção com detalhes, paixão de servir, conforto compatível com expectativas dos

¹⁰ Para aprofundamento dessa maneira de encarar empreendimentos turísticos possuidores de valor simbólicos, ver. MAURICIO, Marjorie Martins. *Hotelaria e Memória Social: um olhar sobre os hotéis signo*. Trabalho de conclusão de curso de Bacharelado em Turismo. Niterói: UFF, 2012.

hóspedes, localização privilegiada, construção adequada ao meio ambiente e à região” (ROTEIROS DE CHARME, 2014), características, segundo ela, capazes de tornar o meio de hospedagem único.

Descrevendo superficialmente como funciona a classificação proposta, já que esta é a adotada pelo hotel, temos cinco categorias, nomeadas a partir de cinco pedras preciosas: Esmeralda, Topázio Imperial, Água Marinha, Ametista e Cristal. A classificação não está necessariamente ligada à qualidade dos serviços, mas ao tipo de serviço prestado, e as expectativas que cada hotel pode atender, sendo Esmeralda a mais elevada, relacionada aos padrões internacionais tradicionais em hotelaria, ou seja, são hotéis mais luxuosos. Topázio Imperial, Água Marinha e Ametista são hotéis mais simples, em serviços e equipamentos, sendo os dois últimos mais relacionados a aspectos da cultura local. Cristal é a classe onde todos os hotéis e pousadas estão no ano de seu ingresso na Associação, não inferindo sobre equipamentos ou serviços. Em dezembro de 2014, havia 65 hotéis associados em todo o Brasil, e 12 no estado do Rio de Janeiro. O Solar do Império integra o grupo desde 2007, dois anos após sua inauguração e atualmente está na categoria Topázio Imperial. Segundo a própria Gerente Geral do Solar do Império, estar associado ao “Roteiros de Charme” é um “*plus* no nome do hotel”, funcionando como um selo de qualidade de serviços, havendo aqueles que visitam o hotel por ele ser associado.

Voltando ao Solar do Império, e observando o site do empreendimento, percebemos o interesse em cativar hóspedes em potencial comentando sobre os elementos históricos ali presentes, onde lemos:

O ambiente é formado por dois antigos casarões de 1875 e 1893, ambos tombados pelo IPHAN e restaurados para transformá-los num requintado hotel com alto padrão de qualidade. A beleza arquitetônica desses palacetes e a qualidade do serviço prestado pela equipe do hotel sintonizam com outros monumentos da cidade imperial (SOLAR DO IMPÉRIO, 2014).

Seguem apresentando um pequeno histórico da cidade de Petrópolis, apresentando-a como a capital do Império, reforçando ainda mais a identidade imperial construída para o estabelecimento e para a própria cidade. A descrição do trajeto para o meio de hospedagem também é interessante, pois o caminho sugerido passa pelo centro histórico de Petrópolis e por seus principais pontos turísticos. Seguir o caminho indicado faz o visitante ter um primeiro deslumbramento e mergulho na atmosfera e identidade Imperial construída na

cidade.

O hotel localiza-se no centro histórico de Petrópolis. Vindo pela BR-040 sentido Juiz de Fora, o acesso é feito pela primeira saída para Petrópolis, logo após os restaurantes Casa do Alemão e Pavelka. Seguir as indicações nas placas em direção ao centro histórico. Após aproximadamente 2km, surgirá a opção de seguir pela esquerda ou pela direita (rumo à rua Teresa). Neste ponto, continue pela esquerda. Siga em frente por, aproximadamente, mais 2km, até avistar o obelisco da cidade, onde deverá virar à esquerda. Siga então em frente, passando pelo Museu Imperial à sua direita, até atingir uma rua de paralelepípedo. No fim desta rua, vire à esquerda, passando em frente à catedral, que estará a sua esquerda. Siga contornando-a, mantendo à esquerda. Logo à frente, aproximadamente após 20 metros, vire à direita na rua em que há um canal. Esta é a Avenida Koeler. O hotel encontra-se no fim do quarteirão, à direita, no número 376. (SOLAR DO IMPÉRIO, 2014)

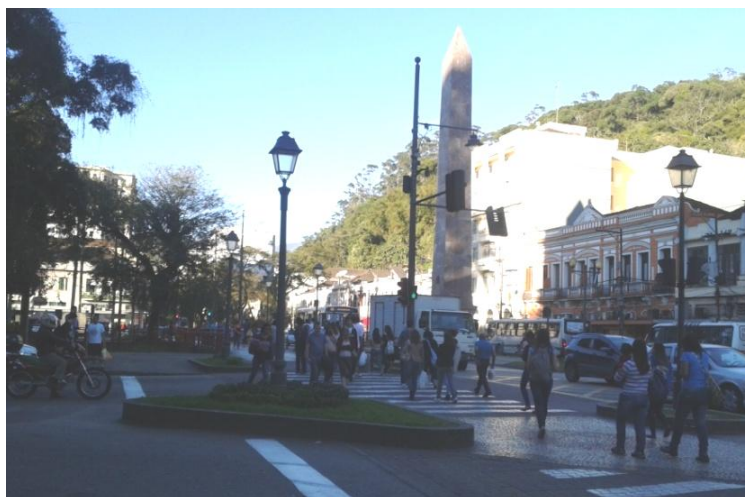


Figura 10: Obelisco de Petrópolis. Fonte: Acervo Pessoal



Figura 11: Museu Imperial. Fonte: Acervo Pessoal



Figura 12: Catedral de Petrópolis. Fonte: Acervo Pessoal



Figura 13: Canal da Av. Koeler. Fonte: Acervo Pessoal

Esse caminho é para aqueles que chegam à cidade em veículo próprio. Visitantes que adentram a cidade pela rodoviária e fazem uso do ônibus urbano não passam pelo centro

histórico da maneira descrita pelo hotel. Chegam mais rápido inclusive, entretanto passam por áreas comerciais inicialmente, sendo a Praça da Rui Barbosa, próxima ao hotel, o primeiro ponto do Centro Histórico, não causando tanto deslumbramento, sendo esse reservado ao momento no qual o hotel é visto pela primeira vez.



Figura 14: Entrada Solar do Império. Fonte: Acervo Pessoal

É inegável a imponência da construção. Mesmo para aqueles que são pouco apreciadores da arquitetura neoclássica, pelo seu tamanho, disposição no terreno e jardim, o Solar se destaca. A maioria das construções é de fundo de terreno e estão de frente para a rua. Já o Solar do Império encontra-se na lateral, ficando assim de lado para a rua, de frente para o portão principal está seu grande jardim, também singular em relação aos outros da Avenida Koeler, tanto pela disposição das plantas quanto por sua fonte:



Figura 15: O Jardim do Solar. Vista da Entrada Principal. Fonte: Acervo Pessoal

Como descrevemos na seção anterior, esta não era a entrada principal originalmente, mas nos diversos processos de refuncionalização sofridos, inverteu-se a entrada lateral com a principal. A primeira visão que temos atualmente ao visitar o hotel é dos fundos da casa, onde se encontra o jardim, exibido na figura 9. Acreditamos que esta modificação alterou significativamente a maneira como a construção é percebida, pois a deixou com uma lógica diferente das construções próximas, dando-lhe mais destaque.

Pelo que foi possível extrair da conversa, em março de 2015, com a Gerente Geral do hotel, Emanuele, não houve grandes modificações em relação ao que era anteriormente. Em relação à fachada, de fato não houve, no entanto, aos fundos do hotel podemos perceber duas significativas: a construção de uma área mais elevada aos fundos, próxima aos antigos estábulos, onde encontramos a piscina aquecida e, a área de frente a Casa Martins Corrêa, apelidada pelos funcionários de Casarão do Spa, onde houve redução de uma piscina existente para possibilitar a construção de um estacionamento. Havia também um muro separando as duas propriedades, mas este foi demolido para interligar os dois casarões.



Figura 16: Vista do Casarão do Spa para a piscina externa. Fonte: Acervo Pessoal.

Em relação as áreas internas do hotel, buscou-se manter harmonia com o estilo neoclássico, mas todo o mobiliário é atual. Dos elementos internos originais temos as lareiras e o lustre da varanda de fundos da casa (os outros, a gerente não soube precisar). Das lareiras

originais apenas uma ainda está em uso, localizada na recepção, é acesa aos invernos e é a única de coloração branca, sendo as outras encontradas esculpidas em ébano. A de ébano da figura 16 encontra-se em uma sala de leitura, onde também é possível encontrar referências ao Segundo Império, como fotografias da família Imperial e cartas da época, enviadas pela Princesa Regente ao juiz Antonio Carneiro de Campos, em 1871, comunicando-o de sua nomeação como Auditor de Guerra da Corte; e pelo Imperador à Paulo Barbosa da Sylva, do Conselho Gentil-Homem da Imperial Câmara, em 1875, apresentando-lhe Antônio Carneiro Campos e solicitando a sua inclusão no Foro de Moço Fidalgo.



Figura 17: Lareiras do Solar do Império. Fonte: Acervo Pessoal.

Além desses elementos na sala de leitura, no casarão principal ainda é possível encontrar outros elementos que auxiliam no fortalecimento (ou, provavelmente, construção) do elo entre o Solar do Império e o período Imperial como gravuras espalhadas por todo o hotel, além de uma série de quadros com a história ilustrada de Petrópolis, no corredor principal, que dá acesso à recepção, ao restaurante, e algumas suítes. A outra maneira encontrada pelo hotel de apropriar-se de elementos históricos é nomear cada uma das suítes, da standard à máster, em homenagem a algum personagem histórico. Além de receber o

nome, é apresentada uma pequena biografia dentro do quarto, mostrando um pouco sobre a pessoa homenageada naquela suíte.

Uma questão relevante nesse tipo de refuncionalização patrimonial é que o patrimônio não adquiriu caráter público que teria caso se tornasse uma instituição cultural. De fato, por ter sido anteriormente uma residência particular, o caráter privado diminuiu, pois agora é possível hospedar-se, e para aqueles que não desejam, ou não podem fazê-lo, o restaurante do hotel é aberto ao público, tanto no almoço, quanto no jantar e é possível conhecer os jardins do hotel. Entretanto, a permanência de não hóspedes não é permitida em nenhum lugar além do restaurante; é possível tirar fotos no jardim apenas, além do restaurante.

Não há no Solar do Império nenhum programa ou atividade que incentive a interação mais estreita entre população local e o patrimônio. Isto só é possível mediante o pagamento da diária ou consumo no restaurante. Contudo, o Solar do Império não é um hotel para todos, a própria gerente comenta que o público do hotel é tão diferenciado que ela não sente haver concorrência com outros hotéis, sejam eles históricos ou não, da cidade. Essa afirmação nos parece ingênua, entretanto, mostra que de fato não é qualquer um que poderia pagar para usufruir do espaço. Obviamente esse público é selecionado pelo valor das diárias, que variam entre R\$437,00 e R\$858,00 (de acordo com o tarifário apresentado no site em março de 2015). A qualidade nos serviços é elevada de fato, havendo uma preocupação grande com o bem estar do hóspede, buscando “recepcionar com alma”, segundo a gerente, que aproxima o hóspede dos funcionários, criando laços e garantindo o retorno, por meio de regalias como café da manhã em qualquer horário e em qualquer lugar do hotel, utilização vinte e quatro horas da piscina aquecida, tratamento por primeiro nome, compra de ingressos para qualquer atrativo da cidade e o chá da tarde, oferecido como cortesia, além de incentivar hóspedes a tocar qualquer um dos dois pianos presentes no hotel, um no restaurante no casarão principal e o outro na sala de leitura do casarão do spa.

É inegável a elevada qualidade dos serviços e os hóspedes provavelmente saem extremamente satisfeitos, no entanto, ao ser indagada se acreditava que as pessoas se sentiam compelidas a hospedar-se no hotel por ele ser histórico, a Gerente Geral, Emanuele, não soube dizer. Segundo ela, o casarão é muito elogiado, muitos hóspedes comentam que se sentem transportados para outra época, mas não vão ao hotel necessariamente por isso, sendo mais, na opinião dela, pelos serviços oferecidos. Mas ela afirma que os visitantes não petropolitanos são mais interessados pelas origens da construção do que os da cidade.

IV. MEMÓRIA IMPERIAL E O TURISMO

Esta sessão buscará aprofundar o olhar em relação ao que foi apresentado sobre o Solar do Império, sua história, memória e a cidade de Petrópolis em si, dialogando com o campo do Turismo. Nesse momento, iremos refletir sobre a Memória Imperial de Petrópolis, procurando entender alguns dos efeitos trazidos pelo Turismo na localidade, pois esta discussão não visa a exaustão do tema, mas trabalhar com aspectos considerados essenciais no contexto deste trabalho. E, a partir dessa análise, discorreremos sobre possibilidades de mudança no contexto petropolitano atual.

1. Sentidos e Possíveis Efeitos da Apropriação Turística

Muitos são os sentidos de apropriação, podendo limitar-se a questões de uso, mais tangíveis, mas também pode ter um aspecto mais subjetivo, de assimilar determinados aspectos culturais e reformulá-los para servir um propósito. Quando tratamos do fenômeno turístico, acabamos usando ambas as possibilidades de sentido para apropriação, no capítulo II focamos principalmente no aspecto físico da apropriação do patrimônio, ou seja, esse conceito, naquele momento, foi trabalhado como próximo de utilização.

Mesmo quando não há interesse em utilizar a cultura local para a construção de um destino turístico, a utilização e apropriação física da região ocorrem indubitavelmente. Na construção de um *resort*, por exemplo, é possível afastamento entre população local e turista, variando de acordo com a rede hoteleira entre outros fatores. Mas se tomarmos um *resort* com o máximo de afastamento com a cultura local, sendo um completo refúgio de tudo e todos, isolado culturalmente de seu entorno, ele continuará conectado a determinados elementos da paisagem como praias e cachoeiras, e isso tem um efeito na região, já que é possível encontrar empreendimentos com trechos de uma praia exclusivos para os seus hóspedes.

Logo, é difícil dissociar o turismo dessas diferentes possibilidades de apropriação. Tendo em vista que anteriormente trabalhamos especificamente a questão dos novos usos que o turismo faz do patrimônio, aqui propomos pensar nos sentidos e efeitos da apropriação

turística nos níveis social, cultural e econômico. Tentaremos aqui desmistificar um pouco as ideias extremas em relação ao turismo, onde veem o fenômeno como muito positivo ou negativo, pois acreditamos que é sempre os dois, ao mesmo tempo, podendo pender mais para um dos lados.

Pensemos em uma localidade onde a instauração do turismo foi intencional, onde se buscou construir determinada localidade como um destino turístico. Sendo uma cidade pequena, provavelmente haverá um esforço tanto da iniciativa pública, quanto privada para convencer a população local a abraçar a causa. O turismo provavelmente nesse momento será vendido como grande gerador de empregos, como capaz de aproximar pessoas e culturas, enfim como capaz de trazer desenvolvimento. Krippendorf (2009) destaca “o turista é bem vindo porque gera trabalho e retorno financeiro. O caso não é, como dizem frequentemente, de haver, a primazia do “sentido inato da hospitalidade” nem a “alegria de servir”, mas o atrativo do dinheiro” (p.72), ou seja, para o autor não é uma questão social, mas econômica, e esta acaba por afetar o social eventualmente. Mas ressaltamos que o esforço de mostrar o lado positivo do turismo é constante, começa na fase de planejamento, mas se prolonga e não tem de fato um fim; a importância do turismo é sempre reforçada.

Apesar de questões econômicas não serem o foco deste trabalho, não poderíamos ignorá-las completamente ao analisar os efeitos do turismo por ser o aspecto mais falado. Seguindo esse pensamento temos Faria, Domingues e Moratal (2014) que apresentam o caso de Brumadinho, onde se localiza o Museu de Arte Inhotim, construído em 2006. A partir de pesquisa feita entre 2009 e 2010 os autores constataram que o gasto médio, durante a visita ao Museu, dos excursionistas (não pernoitam) era em torno de €23 e do turista (pernoitam) de €29, o que representa em reais na época da pesquisa, segundo a o câmbio informado pelos autores, R\$59, 80 e R\$75,40 respectivamente. Tendo em vista o número total de visitas na época de aproximadamente 169 mil pessoas, temos um gasto total de aproximadamente €4.2 milhões, ou R\$ 10.92 milhões. Isso durante a visita, considerando ingressos e lembrancinhas por exemplo. O gasto dos turistas, ou seja, dos visitantes que pernoitam, fora de Inhotim, na cidade de Brumadinho como todo, soma €2 milhões, em torno de R\$ 5.2 milhões.

Ao se aprofundarem na pesquisa, os autores comentam que a construção do museu gerou empregos tanto em Brumadinho quanto na capital mineira, Belo Horizonte, sendo maior na localidade onde o empreendimento se instalou. No entanto, os empregos gerados são de baixa qualificação, principalmente em Brumadinho. Inhotim foi capaz de gerar capital e empregos, no entanto, comentam que a maior parte das divisas geradas não fica em

Brumadinho, pois são repassados para a capital. Enquanto Brumadinho tem um acréscimo em seu PIB de cerca de €202.000 (R\$ 525.200), Belo Horizonte €12.907.000(R\$33.558.200).

Podemos extrair do caso de Brumadinho e o Museu de Arte Inhotim que o turismo realmente tem números impressionantes, mas não podemos nos dar por satisfeitos com esses números sem uma análise mais cuidadosa. Muito do capital gerado pelo turismo a localidade não consegue reter, sendo repassado para a metrópole mais próxima e o mesmo acontece com o emprego, pois a maioria gerada exige baixa qualificação, ou seja, os salários são menores. No caso de Brumadinho, que é próxima de Belo Horizonte (60 km), as pessoas com alto nível de qualificação que trabalham na cidade costumam morar na capital ou alguma outra cidade da região metropolitana, ou seja, há pouco espaço para a população local conseguir um emprego com rendimentos melhores. O capital gerado não fica em sua maioria, na localidade, a maior parte dos empregos gerados não necessita de formação acadêmica e acaba sendo de baixa remuneração.

Entretanto, as estatísticas do turismo impressionam; é um setor que consegue gerar muito capital e empregos principalmente por ter uma área de atuação global. Segundo a OMT o turismo é um dos setores da economia que mais crescem no mundo, tendo movimentado internacionalmente em 2012 cerca de 1,3 trilhões de dólares, chegando a se igualar ou até mesmo ultrapassar atividades ligadas ao petróleo, indústria automobilística e alimentícia (OMT, 2014). E por isso é possível encontrar falas como do responsável pelo turismo do Sri Lanka “Não precisamos dos turistas, mas do turismo.” (*apud* KRIPPENDORF, 2009, p. 75). O turista é visto como o responsável por todos os efeitos negativos do turismo, contudo, sem eles, os positivos também não existiriam, então precisamos deles para alcançar o tão almejado desenvolvimento.

E assim podemos compreender que o Turismo gera efeitos econômicos positivos, mas estes não são necessariamente sentidos a nível local. Não podemos ser categóricos em afirmar sobre o crescimento econômico gerado pela atividade, pois este é influenciado por inúmeros fatores. No caso de um planejamento voltado para o desenvolvimento e melhora da qualidade de vida na localidade e assim melhor receber o turista, efeitos negativos podem ser minimizados. Mas, sem este, ou quando o turismo é completamente espontâneo, os aspectos negativos podem ser percebidos com mais facilidade. Mas e a nível sociocultural? Será que os efeitos são majoritariamente negativos?

Santana comenta que “os impactos do turismo originam-se na possibilidade de receber turistas, na preparação da área e na construção dos produtos destinados a uma clientela

específica, antes mesmo que o primeiro turista apareça em cena” (2009, p. 147) e podemos pensar no que discorre Krippendorf quando afirma:

O turismo, de certa forma, é um conquistador pacífico que age não apenas com o assentimento dos “conquistados”, mas também sob seu pedido expresso. Eles, porém, se esquecem de algo: não se pode limitar a remessa de divisas para o exterior aos capitais, como ocorre no caso da construção de uma fábrica. O turismo assemelha-se a um nevoeiro, ele se insinua por todos os cantos. (Krippendorf, 2009, p. 84)

Mas o processo é lento, e por isso não é tão simples de se perceber pela população local. Quando este se torna evidente pode surgir um desejo por parte dos nativos de segregar o turista, não no sentido de hostilizar o visitante, mas de criar espaços para turistas e espaços para moradores. Claro que o comércio se modifica bem rápido nesse quesito, havendo estabelecimentos propositalmente voltados para turistas, no entanto, em outros casos, a mudança parte do social, as pessoas deixam de frequentar determinados lugares por sentirem que está voltado para turistas. É o que acontece com o Desfile das Escolas de Samba do Rio de Janeiro durante o Carnaval, a maioria das pessoas, dos jovens pelo menos, prefere o carnaval de rua, com os blocos e trios do que ir ao Sambódromo, onde a presença é mais uma questão de status, com forte presença de estrangeiros e artistas e o mesmo acontece em outros pontos da cidade, como na Zona Sul e na Lapa. Santana (2009) comenta:

(...) sempre serão realizadas alterações do espaço do visitante (nem que seja para arrumar um lugar para dormir), e de que os habitantes locais, sejam quais forem, não agirão da mesma forma diante de estranhos. O mito das realidades possíveis de vivenciar turisticamente se esvai tanto quanto na vida cotidiana (SANTANA, 2009, p. 146)

Krippendorf (2009) ao explicar sobre efeitos do turismo na população local (autóctones) acresce ainda

Exige-se, permanentemente, que estes estejam disponíveis, sejam gentis, bem educados, atenciosos e alegres. Mas muitos são os autóctones saturados com os contatos, e os sintomas de desgaste aparecem mais cedo ou mais tarde. O autóctone é sobrecarregado. Ele se isola ou se torna nervoso e agressivo. Tal contexto explica por que as populações visitadas sentem, ainda menos que os turistas, necessidade de contato. Ademais, as instalações turísticas não são concebidas em função dessa necessidade. Destinando-se exclusivamente aos turistas, elas também podem ser totalmente desfavoráveis ao encontro. Elas não convêm aos autóctones, ou estes não podem ter acesso a elas, seja por falta de dinheiro, porque são indesejáveis ou até

mesmo por proibição. É a política da segregação em vez de integração. (KRIPPENDORF, 2009, p. 89)

Parte dos impactos socioculturais está densamente relacionada ao comportamento e expectativas do turista. O turismo é um setor voltado para o mercado e, seguindo esta lógica, está sempre em busca da captação de novos clientes e isso só é possível quando há a promessa de corresponder e superar as expectativas criadas no imaginário do turista. E, dessa forma, podemos encontrar situações próximas a citada por Krippendorf, onde a preocupação com o turista é tamanha, provocando a criação de empreendimentos voltados quase que exclusivamente para as vontades e expectativas do turista, com pouca relação com interesses da população local.

Outra questão é que muitas vezes segue-se a lógica de que “todo patrimônio é socialmente construído e todas as tradições são potencialmente consumíveis” (ALSAYYAD, 2001 *apud* SANTANA, 2009, p. 137) e este tipo de pensamento pode trazer modificações profundas na sociedade local. A participação dessa sociedade local que pode interferir nessas mudanças, evitando danos e representações descaracterizadas de sua memória e seu patrimônio. Sendo determinado grupo social engajado no que se refere a sua identidade cultural, ele irá facilitar, ou dificultar, a construção das narrativas turísticas que abordam esta identidade e cultura. É difícil encontrar membros da iniciativa privada preocupados com o tipo de representação apresentada ao turista, então é necessário que a sociedade local se faça presente, uma vez que:

O patrimônio cultural será mais fácil de integrar na oferta turística quanto mais separado estiver da população local. Isso porque o empresariado do destino não encontrará oposição alguma, ou esta será mínima, para enfeitar e reinventar alguns conteúdos atraentes para seus demandantes, tais como ruínas maias com origem extraterrestre, relatos de amor ao estilo Romeu e Julieta vinculados a qualquer ambiente, heróis, atlantes, selvagens bonzinhos, artesãos da idade da pedra no mundo contemporâneo, ou qualquer outra ideia sedutora. Bastam poucos elementos e muita imaginação. Clientela há para tudo. (Santana, 2009, p. 123).

O turista, no geral, não está necessariamente preocupado com a veracidade dos fatos que lhe são apresentados, sendo possível encontrar aqueles que se satisfazem com coerência interna do discurso, mesmo quando este tem pouca relação com a verdade. Esta ideia, é reforçada por Santana (2009) quando inclui que esta coerência inclusive, está relacionada com a visão atual do passado, e esta provavelmente estará influenciada por preconceitos e idealizações que fazemos sobre o passado. Por mais que autenticidade seja uma noção importante (apesar de subjetiva e discutível), quando viajamos normalmente não nos

preocupamos com isso. Na realidade existem as duas possibilidades, o turista atento e preocupado em questionar e receber informações (percebidas por ele como) autênticas, e aquele de perfil mais contemplativo, sendo possível inclusive encontrar os dois comportamentos na mesma pessoa, na mesma viagem, de acordo com o nível de envolvimento e interesse com o que está sendo apresentado no momento da visita.

Logo, com a iniciativa pública e a privada, no geral, pensando em como chamar a atenção de um indivíduo para que este visite sua cidade, representações e narrativas que tentam criar elos de memória, mas sem ter um contexto social e cultural para embasá-las, podem surgir. Algumas são mais sutis e mais facilmente percebidas pelo turista como autênticas e isto pode ser um fator importante para o turismo e, por consequência, para o patrimônio, o qual, ao ser incluído em uma narrativa entendida por autêntica, não só pela população local, mas por aqueles que a visitam, tem mais chances de receber investimentos para sua conservação e manutenção, pois a “ilusão do autêntico é mais rentável que o explicitamente falso” (ATTFIELD, 2000 *apud* SANTANA, 2009, p. 163).

O ideal seria nos aproximar de práticas relacionadas ao turismo cultural, por ser de entendimento geral entre estudiosos da área que este segmento é o que menos afeta negativamente a localidade e sua população. Segundo o Ministério do Turismo (MTur) temos que “turismo cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.” (Ministério do Turismo, 2010). É apresentada a noção de vivência para caracterizar o segmento, inferindo que uma visita rápida e superficial não configuraria efetivamente em turismo cultural.

Vivenciar significa sentir, captar a essência, e isso se concretiza em duas formas de relação do turista com a cultura ou algum aspecto cultural: a primeira refere-se às formas de interação para conhecer, interpretar, compreender e valorizar aquilo que é o objeto da visita; a segunda corresponde às atividades que propiciam experiências participativas, contemplativas e de entretenimento, que ocorrem em função do atrativo motivador da visita. (Ministério do Turismo, 2010)

Por mais que quaisquer viagens para fins turísticos possam ser consideradas experiências culturais, por haver algum contato com elementos da cultura local, é essa vivência, esse desejo de conhecer o outro, que irá configurar de fato o turismo cultural. Há uma intenção de troca e diálogo por parte do turista. O MTur o divide em turismo religioso, místico e esotérico, étnico, cinematográfico, arqueológico, gastronômico, ferroviário, enoturismo e turismo cívico. Essas subdivisões adotadas pelo Ministério não correspondem

necessariamente ao que encontramos na literatura específica, onde, em alguns casos não é apresentado esse tipo de subdivisão, já que muitas vezes o turista cultural realiza atividades durante sua estada que se relacionam a mais de uma dessas categorias.

Costa (2009) vai além da definição proposta pelo MTur, defendendo que

o turismo cultural pode ser compreendido como um segmento da atividade turística que, por meio da apreciação, da vivência e da experimentação direta de bens do patrimônio cultural, material e imaterial, e da mediação da comunicação interpretativa, proporciona aos visitantes a participação em um processo ativo de construção de conhecimentos sobre o patrimônio cultural e sobre seu contexto sócio-histórico. Em última escala, este processo auxiliará a produção de novos conhecimentos e conservação dos bens visitados. (COSTA, Flávia Roberta, 2009, p. 190)

Ela inclui na definição elementos que são relacionados ao objetivo do turismo cultural, produção de conhecimento e conservação do patrimônio cultural, além de reforçar a questão da vivência e da experimentação. O turista cultural, em sua concepção, não é um visitante passivo, ouvindo uma explicação de um mediador de exposição e se dando por satisfeito; é aquele que interroga, questiona, busca entender contextos, conversa com a população local enfim, que tem um perfil mais ativo e crítico no que se refere à busca de informações. O turista cultural está em busca da autenticidade.

Santana (2009) comenta que entre consumidores do patrimônio cultural pode haver aqueles que se enquadram no que é exposto pelo MTur e por Costa, o que ele denomina de clientela direta, estando ávidos por conhecimento e assim exaltam a cultura local, buscando respeitá-la ao máximo e não interferir negativamente na vida dessa população. Entretanto, o autor comenta que a maioria dos consumidores de bens culturais, denominados clientes indiretos (o autor os relaciona, inclusive, com o turista de massa), chegam ao patrimônio “simplesmente porque se encontra em seu caminho ou, ainda, pelo prestígio social que representa falar e/ou demonstrar a visita a tal ou qual entidade de reconhecido valor sociocultural” (SANTANA, 2009, p. 130). Nesse caso, o turista pode se desapegar de análises e reflexões profundas sobre o que lhe é apresentado, ele visita aquele patrimônio, pois entende que visitar determinada cidade e não conhecer o bem cultural que a define (de acordo com o marketing da cidade) é o mesmo que não visitá-la. Seria ir a Paris e não ver o Louvre, ir à Nova York e não conhecer o Metropolitan Museum of Art (MET) ou a Broadway, visitar o Rio de Janeiro e não conhecer o Cristo Redentor, entre inúmeros outros exemplos que poderíamos citar. Há nesse caso a possibilidade de o turista se interessar mais em dizer que conheceu determinado patrimônio do que entender sobre a sua história. Novamente, durante

uma viagem podemos adquirir ambos comportamentos, variando de acordo com o interesse individual por cada bem cultural da cidade. Um turista pode estar interessado em conhecer o MET em Nova York, e não ter interesse algum no Central Park ou na Broadway, mas os visita, por fazer parte do imaginário popular sobre a cidade e por isso sente certa obrigação social em conhecer esses lugares.

Silva e Mauricio (2014) nos contam que em São Miguel das Missões (RS) parte daqueles que visitam as ruínas desconhecem a história dos Sete Povos das Missões, dos Jesuítas e dos indígenas da região. Vão à região por acreditar que é algo que se deve conhecer, afinal, é um patrimônio nacional, mas fazem uma visita pelas ruínas com certo distanciamento, sem questionar o que está sendo passado, ou o fato de não haver representações sobre os índios que moraram ali e sobre o papel deles na Guerra Guaranítica. Por mais que exista o espetáculo de Som e Luz, elaborado especificamente para contar a história das ruínas, na narrativa apresentada, os guaranis ficam em segundo plano, o foco recaindo sobre os jesuítas, portugueses e espanhóis. Se não houver a curiosidade de indagar mais sobre a questão indígena, alguns podem inclusive terminar sua visita desconhecendo a presença de índios em aldeia próxima da região, que vão às ruínas para vender artesanato, mas não tem acesso à loja oficial das ruínas, ou então podem acreditar que os índios encontrados ali atualmente são descendentes biológicos dos índios dos Sete Povos das Missões, quando são descendentes culturais por assim dizer, devido a sua cultura e tradições semelhantes.

A instauração da atividade turística é uma faca de dois gumes; por mais que a interação entre visitantes e visitados possa trazer uma troca cultural interessante para ambos, não há nenhuma garantia que ela vá ocorrer, de fato. Como no turismo tudo é encenação, o turista não tem necessariamente acesso àquela população e sua cultura, esses encontros podem ser fortemente planejados, controlados. A população local pode não querer se aproximar dos visitantes, e a mesma postura pode ser adotada pelo turista. Não precisamos encarar essa falta de interação necessariamente como algo negativo, pois pode ser uma maneira encontrada pelos autóctones, como Krippendorf denomina a sociedade local, de proteger sua cultura e seu estilo de vida. Às vezes, eles preferem a encenação com ares de autêntica, para agradar os turistas, ser rentável, sem, no entanto comprometer suas tradições. Acreditamos que o problema se manifesta quando essa encenação não parte da população, quando ela é “forçada” a agir de determinada forma, puramente para atender expectativas, quando na verdade, ela deseja maior interação e contato com o outro. Reproduzir estereótipos é perigoso, pois impede o outro de ampliar seus horizontes e entender um pouco mais sobre outras culturas, gerando

um círculo vicioso. É interessante que os grupos sociais tenham voz para dizer como querem ser representados, e o nível de interação que desejam promover para evitar perpetuar noções equivocadas e agravar ainda mais o desconhecimento do visitante em relação ao visitado.

2. Como se configura a Apropriação Turística em Petrópolis?

Pensemos em todos os elementos presentes em Petrópolis ligados ao Período Imperial, todos os rastros de memória encontrados na cidade, temos não só a família Imperial, mas todos os colonos que ajudaram na construção da própria identidade petropolitana. Como isto é utilizado pela indústria do Turismo?

O imaginário que temos de Petrópolis, no geral, ainda é muito ligado à família Imperial e não ao Período do Império como um todo. Talvez o foco no marketing turístico petropolitano tenha se concentrado mais nesse aspecto no decorrer dos anos, contudo, analisando o material promocional da cidade, impresso e online, parece estar ocorrendo uma ampliação nesse sentido, passando a acolher outros grupos sociais, como os colonos, mas ainda em menor escala.

A marca da cidade passou a ser “Petrópolis Imperial” e pelo que podemos observar no portal da Fundação de Cultura e Turismo da cidade, ela abraça a nobreza e os colonos, diminuindo o caráter elitista que poderia ter caso o foco fosse exclusivo em Dom Pedro II e sua família. Os principais atrativos da cidade, segundo é colocado no portal, são Museu Imperial, Museu Casa de Santos Dumont e a Cervejaria Bohemia¹¹, corroborando com a ideia de diversificação do sentido de Imperial, deixando de ser exclusivo para a família imperial para englobar outros elementos que datam do período do Segundo Império.

O turismo é uma das principais atividades econômicas da cidade, junto com o comércio, e o segmento de mais destaque é o turismo cultural. Em Petrópolis, o turismo cultural está relacionado a visitas ao patrimônio material, edificado, e também a eventos tradicionais e à gastronomia. São muitos os roteiros possíveis, entre eles, quatro comerciais são sugeridos: Circuito Eco Rural – Caminhos do Brejal; Fazenda Santo Antônio; City Tour-Cidade Imperial e Quitandinha; Serras Cariocas – Sonhar faz parte da nossa história (Tour da Experiência, englobando outras cidades da Região Serrana do Rio de Janeiro).

O primeiro, Caminhos do Brejal, tem o foco no eco rural, com visitação a fazendas, jardins, estufas, sítios, ateliês de artesanato, além da possibilidade de fazer trilhas (inclusive

¹¹ Informações diversas. Disponível em <http://destinopetropolis.com.br/6424_informacoes-diversas> Acesso em 26 abr. 2015.

com jipes). O roteiro que sugere a visita a Fazenda Santo Antônio é exclusivo para o local, não havendo outras paradas. A Fazenda data do século XVIII, cercada por uma Reserva Particular do Patrimônio Natural, é um Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica Brasil (UNESCO), e já teve visitantes ilustres como o Presidente Getúlio Vargas e o Barão de Mauá (o qual também foi proprietário da fazenda). Em seguida, o City Tour Cidade Imperial e Quitandinha convida o visitante a “seguir os passos do Imperador”¹² começando o passeio na Catedral São Pedro de Alcântara, seguindo pela Avenida Koeler, sugerindo visitas ao Palácio de Cristal, Museu Imperial, Casa da Ipiranga, Museu Casa de Santos Dumont, o Relógio das Flores, o Trono de Fátima, Museu Casa do Colono e o Palácio Quitandinha. Ou seja, o passeio começa visitando atrativos ligados ao Império, mas engloba bens culturais criados, ou consagrados, no período republicano (Palácio Quitandinha e Relógio das Flores). Todos esses roteiros são comerciais e pensados para apenas um dia na cidade. Já o roteiro do Tour da Experiência, das Serras Cariocas, por englobar outras cidades seria um roteiro mais longo, para poder visitar as três cidades sugeridas, Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo. A ideia aqui são experiências diferenciadas, com mais interação entre o visitante e o local visitado do que em uma visita convencional, possuindo atividades como workshops de fotografia, elaboração de cervejas e outros. Entre os empreendimentos que oferecem esse tipo de serviço na cidade de Petrópolis, estão: Casa da Ipiranga; Ewiglich Joias; Museu Imperial; Pousada Paraíso Açu; Pousada Paraíso; Solar Fazenda do Cedro; Trutas do Firmeza; Imperial Tour; Cervejaria Bohemia, entre outros.

No portal de Turismo na cidade também são sugeridos passeios a serem realizados sem a intermediação de uma agência, mas estes seguem a mesma lógica dos roteiros citados acima, visitando os mesmo locais e sendo em sua maioria ligados ao turismo cultural. Os roteiros ou são relacionados ao Centro Histórico e os atrativos ligados ao Império, ou tem cunho religioso, vertente do turismo cultural. No entanto, também são sugeridos locais para compras e turismo ecológico ou turismo rural. Em um total de nove roteiros (comerciais ou não), três são ligados à natureza, um a compras, e os outros cinco ligados diretamente aos bens culturais da cidade e ao seu Centro Histórico.

Portanto, a indústria do Turismo em Petrópolis ainda se utiliza fortemente do patrimônio cultural material local. Os principais locais visitados são bens patrimonializados, e estão relacionados ao período Imperial, então por mais que se diversifique, ainda temos o

¹²CITY Tour Cidade Imperial e Quitandinha. Disponível em <http://destinopetropolis.com.br/roteiro/6568_city-tour-cidade-imperial-quitandinha> Acesso em 26 abr. 2015

imaginário de “Petrópolis - Cidade Imperial” sendo alimentado e tendo grande representatividade na vida petropolitana.

Se a identidade Imperial é apropriada para a criação e construção de uma identidade, uma imagem turística para Petrópolis, se faz necessária a presença de elementos que a solidifiquem, tornando-a mais palpável. Como comentamos a autenticidade, para o turista, está diretamente conectada com aquilo entendido por ele como verdade, a partir do imaginário construído em relação a um lugar ou uma manifestação cultural por exemplo. Dessa forma, o turismo não pode se ater ao discurso, ele precisa de elementos mais tangíveis para corroborar com o discurso que está sendo construído e divulgado. E assim, constrói-se o cenário do destino turístico, podendo respeitar a memória local, evitando representações caricatas ou exageradas, fugindo de estereótipos, ou não, variando de acordo com os gestores de cada local.

Petrópolis é de certa forma privilegiada por ter de fato ligação com o Segundo Império e por ter uma população que, em parte, ainda segue muitas tradições, e mantém vínculos com o seu passado. Como a população tem interesse em celebrar os elementos tradicionais de sua cultura, é mais simples para o Turismo se apropriar e comercializá-los, se compararmos com cidades onde a população já se despreendeu, mesmo que parcialmente, de suas tradições e se faz necessário um trabalho de conscientização e até reconstrução, desses elementos culturais tradicionais junto à população. Na cidade, o turismo se deu de forma muito natural, as festas tradicionais já ocorriam, o patrimônio como tal, oficializado, já existia desde o final da década de 1930, com o tombamento do Palácio Imperial (hoje Museu Imperial), juntamente com seu jardim e a antiga casa dos Semanários, e a Casa da Princesa Isabel, a cidade foi desde sua concepção, como uma cidade de veraneio, ou seja, ela sempre foi turística. O que ocorreu, *a posteriori*, foi uma organização do fenômeno turístico já solidificado, por iniciativa pública e/ou privada.

Como a população petropolitana é, no geral, bastante preocupada com sua herança cultural, ela acaba sendo também fiscal das políticas culturais e turísticas. Ou seja, evita-se uma descaracterização da cultura local, pelo menos nos aspectos que a população ainda sente pertencê-la. No entanto, isso também pode significar um reforço e aprofundamento de diferenças entre os diversos grupos sociais da cidade no sentido de que, determinados grupos tem maior expressão político-econômico-social e podem ter maior destaque e maior representação nas políticas locais. Como comentamos anteriormente, a festa mais tradicional da cidade, a Festa do Colono Alemão, iniciativa da própria população, passou a ter tanta

importância econômica para a região que o governo local passou a incentivá-la, aumentando divulgação, área do evento e dias de sua realização e agora a festa conta com a presença de turistas de todo o estado do Rio de Janeiro. Diversas instituições ou eventos culturais que são consideradas os principais atrativos turísticos da cidade são ligadas aos colonos e a família real, mas minorias sociais são ignoradas no contexto turístico da cidade.

De fato, são poucos os rastros de memória materializados em lugares de memória quando se refere à memória negra ou indígena em Petrópolis. No Centro Histórico da cidade apenas um é encontrado, a Praça Rui Barbosa (antiga Liberdade), em referência aos negros que ali estiveram. A praça é principalmente um local de passagem, já que ela fica no meio do caminho entre a Encantada e o Museu Imperial, dois dos principais atrativos da cidade. O papel dos indígenas na construção da cidade foi esquecido, sendo que a existência do Caminho Novo está diretamente relacionada a presença indígena na região. Algumas das rotas as quais compunham o Caminho já eram utilizadas por indígenas e, estes, após escravização, trabalham efetivamente na construção do novo trajeto a Minas Gerais (VENANCIO, 2000).

A Prefeitura não coloca em evidência a presença dessas etnias da cidade e, consequentemente, o turismo também não. Longe de acreditar que o turismo pode representar de forma plena todos os diferentes grupos que compõem uma sociedade, cremos que ele é uma ferramenta importantíssima para se colocar em evidência aqueles marginalizados através dos anos. “Definimo-nos a partir do que lembramos e esquecemos juntos” (ASSMANN, 2011) e, a história de Petrópolis parece ter sido construída de tal forma que sua herança europeia foi mais valorada em relação às outras, e isso criou um imaginário de cidade que comporta apenas alguns elementos do Período Imperial, deixando grupos sociais e suas respectivas culturas, no esquecimento.

Entendemos o turismo como catalisador de aculturação entre visitante e visitado, mas não devemos a partir daí, considerar que ele abarca todas as possibilidades de cultura de uma região. O turismo é uma ferramenta importante, capaz de incentivar a compreensão do outro, gerar empatia e, em alguns casos, mudanças de comportamento, no entanto, isso não é inerente a quaisquer narrativas ou discursos turísticos. Uma reflexão prévia se faz necessária, e, se ela não for possível de ser realizada a priori do desenvolvimento turístico em uma localidade, deve ser feito o quanto antes, para que de fato o turismo consiga atingir todo o seu potencial como fator incentivador de trocas culturais.

Na próxima sessão discutiremos a situação atual de Petrópolis, pensando no que é passível de sofrer mudanças, se existe de fato alguma possibilidade de alteração no contexto que vimos até o momento.

3. Possibilidade de Mudança?

O cenário que encontramos referente ao turismo, patrimônio e memória ainda é, no geral, negativo para as últimas duas partes. Como comentamos anteriormente, a atividade turística engloba diferentes públicos, e o turismo cultural em específico, ainda mais. Seja o turista interessado ou não em visitar determinados patrimônios, a maioria não deixa de visitá-los, por considerá-los elementos representativos da localidade, o que torna a visita uma questão de status. Esse tipo de clientela do patrimônio sempre irá existir, e não é obrigatoriamente ruim, dependendo do comportamento adotado no momento da visita ao bem cultural.

Nós não sabemos agir de maneira adequada, seja qual for a situação, se não formos ensinados e incentivados a ter determinadas atitudes e comportamentos considerados respeitosos e corretos em determinada localidade. O turista também deve ser ensinado a agir da maneira adequada para o grupo social visitado, respeitar as normas criadas para visitação e, se for de interesse da comunidade receptora, interagir e buscar contato além da encenação turística. Não podemos frisar o suficiente: a construção da narrativa, as encenações, e a própria interação devem ser feitas de acordo com os interesses da comunidade receptora, e, no que se refere a bens tombados, sempre que possível, de acordo com o grupo social representado naquele bem. Santana (2009, p. 175) afirma que “pouquíssimos turistas geram impactos negativos de forma consciente e premeditada e costumam colaborar quando existe uma informação ou um código de conduta acessível”. Ou seja, para a maioria dos turistas, basta mostrar o caminho.

Entretanto, a culpa dos efeitos negativos para a memória e o patrimônio não recai exclusivamente no turista. Devemos refletir sobre quais são os responsáveis pela apropriação dos rastros de memória, a consequente criação de elos e construção da narrativa e estes podem advir tanto da iniciativa pública, privada ou até mesmo de alguns grupos sociais. Pensemos no caso de Petrópolis; o título de Cidade Imperial veio como uma contraproposta ao título de Monumento Nacional, ambos sugeridos pela esfera pública, sendo a categoria de Monumento sugerida por uma deputada e Cidade Imperial por membros de uma comissão do IPHAN. O Segundo Império deixou inúmeros rastros na cidade, repleta de anedotas, histórias,

monumentos, casas ligadas a esse período histórico e, em muitos casos, à família Imperial. Seria a memória imperial única na cidade de Petrópolis? Evidentemente não. Mas esta representava a classe dominante da cidade e isto foi um motivo relevante para a perpetuação desta memória. Se no resto do país, a Proclamação da República trouxe o desejo de se desligar aos vestígios do passado imperial, visto como retrógrado e digno de esquecimento, Petrópolis acaba por se tornar uma relíquia do período, pois sua população desejou que assim fosse.

Como mostramos no capítulo I, o interesse por tombamentos veio de Petrópolis, representada pelo Instituto Histórico de Petrópolis. A justificativa dada para tombamentos iniciais na cidade e, posteriormente, para expansão da área tombada, em diversos momentos foi a ligação com o Período Imperial. Posteriormente, com a alcunha Cidade Imperial, foi necessária a construção de elos mais fortes e tangíveis para justificá-la e assim temos, por exemplo, o Museu Imperial, bem cultural considerado e divulgado como o mais representativo da cidade.

A ligação do Museu Imperial com o Segundo Império é forte; a construção era o antigo Palácio de verão de Dom Pedro II e toda família imperial. Pensemos agora no acervo do museu, completamente voltado ao Império, mas teria ele a mesma relação com Petrópolis? Optou-se pela criação de um acervo que embasasse o título de Cidade Imperial, e que transformasse o museu em abrigo para os mais diversos elementos da memória do Segundo Império, mesmo que estes não fossem intimamente ligados a Petrópolis. Muitas das peças nunca fizeram parte do cotidiano imperial em Petrópolis, como tronos, mantos, coroas, cetros e tantos outros. Ali não era um palácio de governo, mas uma casa de veraneio e por isso determinados objetos não estavam presentes quando a família Imperial fazia uso da construção. O acervo funciona como um reafirmador da identidade Imperial e há visitantes que não indagam sobre a origem e uso desses objetos, obtendo a informação caso façam uma visita guiada. No imaginário popular do Império, no geral, Dom Pedro II ficava sentado em seu trono, munido de sua coroa e, em ocasiões especiais do manto e cetro e o Museu Imperial seria o momento confluência e intensificação de todo esse imaginário, mesmo ele estando fora desta realidade. Como já comentamos, a autenticidade no turismo está muito relacionada ao imaginário e o que cada um entende por verdadeiro, e por isso as mais diversas noções de autenticidade podem surgir. Se essas peças não estivessem expostas no Museu Imperial provavelmente causaria estranhamento do público, que não perceberiam autenticidade no acervo se ele não contasse com esses elementos.

E por que o acervo do Museu conta com essas peças? Por que a narrativa é construída dessa forma? Pois se entende que assim melhor se representa a cidade e a sua memória imperial. Petrópolis precisa do Museu Imperial (e outras instituições culturais) e de seu acervo para justificar seu próprio título. Se ali era apenas uma cidade de veraneio, ela não possui uma relação tão íntima quanto à cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, a qual foi capital do Império. A vontade do Rio de Janeiro em se denominar “Cidade Imperial” é irrelevante, pois não era uma categoria já existente que necessitava ser dada a algum município, e a cidade recusou e por isso foi para Petrópolis. Não, ela foi criada especificamente para Petrópolis. Ou seja, uma identidade foi atribuída levando em consideração um conjunto de memórias específico, dentro de vários existentes e, conseqüentemente é necessária a elaboração de um discurso, buscar elementos para tangibilizá-lo, e assim justificar a identidade dada, para poder de fato construí-la. E assim encontramos o Museu Imperial, e todas as construções históricas adaptadas para estabelecimentos comerciais, com algum elemento, seja o nome ou artigos de decoração, explorando os rastros da Memória Imperial, especialmente aqueles ligados a família Imperial, e, em alguns casos, aos colonos que ajudaram na construção da cidade.

Pelo o que foi possível perceber na cidade, não há grande diversificação no turismo. Por mais que existam outras modalidades de turismo, além do cultural, esse ainda é o carro-chefe da cidade e os outros estão começando a ganhar representatividade, mas aos poucos. No primeiro distrito o turismo cultural é forte, tendo diferentes possibilidades, mas que ainda podem ser entendidas como integrantes desse segmento, como por exemplo, o turismo gastronômico ou o religioso.

Não acreditamos que não há interesse em diversificar o turismo na cidade, além do Período Imperial, mas parece haver uma falta de planejamento urbano generalizada e isso pode vir a prejudicar a atividade turística (a vida cotidiana já é de certa forma prejudicada). Já comentamos o grande problema que é o trânsito no centro de Petrópolis e há também a dificuldade em encontrar estacionamentos (e esse é inclusive a justificativa encontrada para a transformação da antiga Fábrica São Pedro de Alcântara em estacionamento), em períodos de grande fluxo de turistas, a situação fica ainda pior. No feriado de Corpus Christi, segundo matéria no Diário de Petrópolis de 06 de junho de 2015 (Figura 18), o fluxo de turistas para a cidade superou expectativas e relata-se a situação das famílias que demoraram mais de uma hora para encontrar um local apropriado para estacionar. Elogiam a cidade, mas o trânsito é citado como um problema severo na localidade e, quando viajamos, parte da motivação é a fuga dos estresses do cotidiano, entre eles, o trânsito das grandes cidades. Partindo desse

princípio, não é difícil imaginar turistas deixando de ir a Petrópolis em feriados prolongados, pois a cidade não oferece mais aquela atmosfera tranquila e pacata a qual se costuma esperar dela, preferindo ir a outras cidades da Região Serrana, como Nova Friburgo ou Teresópolis por exemplo.



Figura 18: Primeira página do Diário de Petrópolis. Fonte: Diário de Petrópolis

Talvez, o ideal para Petrópolis seria separar o centro comercial do centro histórico da cidade, investindo na criação de pequenos polos comerciais espalhados pela cidade como um todo, e não apenas no primeiro distrito, para tentar minimizar o caos urbano que muito prejudica a qualidade de vida da população e prejudica a imagem da cidade na perspectiva do turista, que aos poucos deixa de vê-la como um refúgio. Porém, os investimentos petropolitanos ainda se concentram nessa região, não havendo indícios claros de interesse em mudar esse quadro. De fato, se voltarmos a Williamsburg, exemplo citado nas Considerações Iniciais, temos um centro histórico afastado do centro da cidade, o qual, em realidade, não

existe, por a cidade é composta justamente por vários polos comerciais com diferentes tamanhos. Ou seja, quem está em Colonial Williamsburg está ali pelo passeio, para “turistar” e não para pagar contas ou fazer uma tarefa rotineira, e isto, acaba por valorizar o espaço, já que ali, as pessoas estão interessadas na história e nas memórias que compõem a localidade.

Se pensarmos pelo ponto de vista de hotéis como o Solar do Império, os quais oferecem serviços que possibilitam contornar ou evitar completamente determinados problemas urbanos, seja por ter um funcionário encarregado de comprar ingressos para atrações na cidade ou por estar próximo aos principais atrativos da cidade, possibilitando que o passeio seja realizado a pé, seja pela possibilidade de passar toda estadia no hotel, interagindo pouco com a cidade em si, provavelmente eles não são tão afetados por questões como trânsito. O Solar do Império talvez não sofra tanto com os problemas urbanos na cidade, se compararmos com hotéis menores na cidade, com menos serviços à disposição dos hóspedes, menos regalias e menos vagas de estacionamento.

A cidade de Petrópolis como um todo necessita de mais planejamento, e o turismo na cidade, por consequência natural, também. O Solar do Império, a princípio, mantém-se sem grandes dificuldades segundo nos contou sua Gerente Geral Emanuele, tendo um fluxo constante de hóspedes, muitos regulares, então ele consegue manter-se sem ser prejudicado com os problemas de gestão na localidade. Pensando no patrimônio que abriga o meio de hospedagem, segundo foi possível observar em nossa visita ao local, ele não está sendo prejudicado pela atividade hoteleira, necessitando apenas de manutenção mais frequente na fachada, está descascando em alguns pontos, como pode ser visto na Figura 19.



Figura 19: Fachada com pontos desgastados. Fonte: Acervo Pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Traçamos como objetivo entender como funciona a apropriação turística, como meio de hospedagem, do patrimônio material. Tal tipo de estudo, como foi possível apreender da literatura, deve ser feito analisando cada caso individualmente, não sendo possível generalizar as conclusões obtidas. Ou seja, no hotel Solar do Império, localizado em Petrópolis, temos um contexto específico para análise e, por mais que possam existir localidades com pontos de semelhança, não podemos afirmar que aquilo entendido como compatível ou viável para Petrópolis seria para outras cidades.

As diversas memórias que compõem uma sociedade precisam de alicerces para continuarem vivas e, necessitam de pessoas dispostas a dar continuidade às tradições e valorar elementos de seu passado. O patrimônio material é um dos vários elementos capazes de tangibilizar rastros de memória e, manter o patrimônio em uso aproxima o indivíduo das memórias que ajudaram a construir a sociedade onde está inserido. Se o uso for compatível com o bem patrimonializado ele ganha nova vida e pode ser capaz de incentivar outras gerações e grupos sociais a lhe dar valor e, por conseguinte, preservá-lo. O uso do patrimônio ajuda em sua sobrevivência, por ser mantida uma relevância além da simbólica, a qual nem sempre é entendida com unanimidade.

O uso turístico pode ajudar a aumentar a ressonância deste patrimônio para outros grupos, das mais diversas origens, agregando ao patrimônio um valor material, financeiro, que, para investidores, é de suma importância. A problemática é na ênfase que o turismo pode dar ao valor material em detrimento do social, cultural e histórico. Se uma apropriação, seja ela turística ou não, for feita pensando unicamente no retorno financeiro, possivelmente haverá deturpação ou esquecimento de determinados rastros de memória encontrados no patrimônio em questão, como aconteceu com o complexo da antiga Fábrica de Tecidos São Pedro de Alcântara, que tem seu valor histórico-cultural minado pelo uso como estacionamento, o qual ignora completamente a importância que a fábrica tinha a nível regional e nacional. Mas, no caso do uso turístico, devido ao valor que é dado ao Turismo, pela quantidade de pessoas, e divisas, que ele é capaz de movimentar, o risco de uso não compatíveis serem entendidos como se o fossem, acreditamos ser ainda maior. Se no planejamento turístico for dada mais importância ao retorno financeiro rápido, é altamente

possível que o patrimônio seja utilizado de forma a perpetuar estereótipos, intensificar esquecimento das memórias de grupos minoritários, agravar disparidades sociais e até mesmo, em longo prazo, danificar irreversivelmente o bem patrimonializado (que é a crítica feita por Françoise Choay, a qual apresentamos no capítulo II).

No caso do Solar do Império, pensando nos autores estudados, especialmente no segundo capítulo, podemos considerar o uso hoteleiro como compatível para os casarões tombados, tanto o Solar Dom Afonso quanto a Casa de Martins Corrêa, pois além de não ter sido feita nenhuma alteração irreversível, respeitou-se a disposição dos cômodos, manteve-se fachadas e jardins, e as adições também foram poucas, limitando-se a casa onde se localiza a piscina aquecida. Além disso, ele está de acordo com o discurso identitário da cidade. Em questão de apropriação, do hotel, dos rastros de memória do Período Imperial, temos poucos elementos, limitando-se aos nomes das suítes e do restaurante, este que se aproxima um pouco mais da pessoa ali homenageada, já que a decoração faz referência a algo de interesse da Imperatriz Leopoldina, a fauna e a flora brasileira. Não há, contudo interesse de aproximar o hotel com a comunidade local, fazendo eventos abertos ao público por exemplo. Para interagir com algo além dos jardins, apenas mediante pagamento de diária, ou sendo cliente do restaurante. E isso é o que consideramos ser um ponto negativo: o Solar do Império é um hotel de luxo e, portanto ser frequentador do restaurante ou hóspede do hotel é para poucos. Se assim o fosse, mas se tivesse algum projeto de incentivo a interação com petropolitanos, os valores não seriam empecilho para conhecer um pouco mais sobre a memória representada neste patrimônio. Mas a vantagem do uso hoteleiro, comercial, em detrimento do uso cultural é que, financeiramente, é mais viável. Em caso de danos, ou simplesmente manutenção preventiva, um hotel, em geral, tem mais recursos financeiros para realizar esses serviços do que uma instituição cultural.

Entendemos não ser de interesse dos gestores do hotel aproximá-lo da população de maneira geral, pois o foco é no luxo e no charme, e não na história e memória dos casarões. Por mais que iniciativa de visitas guiadas não agregue tanto no Solar do Império quanto em outros bens tombados (pois o discurso presente no hotel muito se assemelha ao de outros bens históricos da cidade, no sentido de focarem na aristocracia), por ser patrimônio, acreditamos que ele deve ter, de alguma forma, caráter público e pouco elitista. Talvez promover rodas para contar histórias para crianças, almoços a preços mais acessíveis, durante a baixa temporada, para não interferir na dinâmica do hotel, e possibilitar que mais pessoas tenham um pouco da experiência de estar em um casarão pertencente a um membro da aristocracia

brasileira no Período Imperial.

Pensando em como o Solar do Império se insere no contexto petropolitano, podemos entender que o empreendimento está em consonância com a memória e a identidade que a cidade construiu para si. Petrópolis privilegia a memória dos colonos e da família Imperial ao construir seu discurso identitário, dando pouca ou nenhuma ênfase a outros elementos e etnias que também estavam presentes na região do período do Segundo Império, quando a cidade foi fundada. E o Solar do Império segue a mesma linha, sendo um local para pessoas de classe média e alta e utilizando figuras históricas da aristocracia para nomear suas suítes, sejam elas standard ou luxo. Se essa é a melhor postura para a cidade de Petrópolis e os diferentes grupos que a compõem não nos cabe responder com esta pesquisa, mas é o contexto atual da cidade que deve ser levado em consideração ao analisar a compatibilidade dos novos usos e a apropriação turística que acontece no Solar do Império.

Apesar de não termos traçado como objetivo analisar o contexto urbano de Petrópolis, durante todo o processo da pesquisa, essa questão tangenciou as análises, o que suscitou outros questionamentos, não relacionados ao uso hoteleiro de uma construção tombada, mas a planejamento urbano e como a falta do mesmo pode afetar negativamente uma cidade, em específico, o seu centro histórico. Petrópolis é uma das cidades fluminenses mais conhecidas, provavelmente a mais valorada na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro, possuidora do título de “Cidade Imperial”, tendo todo um imaginário ligado ao Império, a nobreza e aristocracia brasileiras e sofre com os mesmos problemas há mais de cinquenta anos. Na década de 1960 vemos, a partir da documentação encontrada no IPHAN, que parte da população petropolitana temia pelo engessamento da cidade, a qual deseja caminhar a passos largos para o que entende como progresso e tombamentos atrapalharia esse processo. Ainda hoje existe a mesma mentalidade na cidade; pode não ser a maioria da população petropolitana que assim pensa, no entanto, parece ser a lógica do governo municipal e da iniciativa privada, os quais insistem em investir no primeiro distrito da cidade, que possui uma vocação histórico-cultural que poderia ser mais valorada do que sua vocação comercial, a qual é transferível para outras regiões da cidade.

Apesar de algumas iniciativas para diversificar o turismo da cidade, este ainda se baseia em visitas mais tradicionais, no sentido de passividade do turista, o qual não costuma buscar informações além daquelas apresentadas por guias e panfletos, o que não é necessariamente algo negativo, mas é limitado, pois pouco se oferece e se incentiva diferente disso para aqueles que desejam ir além do tradicional.

Petrópolis, embora possa temer o engessamento e almejar progresso, ficou limitada pelo entendimento do governo e da iniciativa privada de progresso, fazendo com que concentrem seus esforços em uma pequena área, já saturada e incapaz de atender todas as expectativas colocadas sobre ela.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

IPHAN. Processo de tombamento 662-T-62: Conjunto urbano paisagístico da Av. Koeler. Arquivo Central do IPHAN. 1964.

Livros e Artigos

ABREU, Regina. *Transbordamentos do Nacional: Vestígios de memórias coletivas nos museus fluminenses*. In: Magalhães, Aline Montenegro; Bezerra, Rafael Zamorando (orgs). *Museus Nacionais e os desafios do contemporâneo*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2011. p 76-88

ASSMANN, Aleida. *Espaços da Recordação: Formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BARRETO, Margarida. *Turismo e Legado Cultural: As Possibilidades do Planejamento*. Campinas: Papyrus, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Turismo e a Produção do Não lugar. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (Orgs). *Turismo: Espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. p 25-37.

CASTRIOTA, Leonardo B. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. *Revista Fórum Patrimônio: amb. Constr. E patr. Sust*, Belo Horizonte, v.1, n. 1, set/dez, 2007.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001.

COSTA, Flávia Roberta. *Turismo e Patrimônio Cultural: Interpretação e Qualificação*. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Edições SESC SP, 2009.

DAIBERT, André Barcelos Damasceno. *A História do Turismo em Petrópolis entre 1900 e 1930*. Dissertação do curso de Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPDOC: 2010.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: Trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997.

GUERRA, Antonio José Teixeira; GONÇALVES, Luiz Fernando Hansen; LOPES, Patrícia Batista Melo. Evolução Histórico-Geográfica da Ocupação Desordenada e Movimentos de Massa no Município de Petrópolis, nas Últimas Décadas. *Revista Brasileira de Geomorfologia*. São Paulo, v. 8, n. 1, p.35-43, jan. 2007. Disponível em: <http://www.ugb.org.br/home/artigos/RBG_8_1/3_RBG_F.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015.

HALL, Stuart. *Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2011.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória: Arquitetura, Monumentos, Mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. 3 ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. *História e memória*. 5 ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2003. p. 419-476.

LYRA, Cyro Correa. A importância do uso na preservação da obra de arquitetura. *Revista Arte e Ensaios*. Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais EBA/ UFRJ, ano XIII, n. 13, 2006, p. 53-57. Disponível em <http://www.ppgav.eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2012/01/ae13_cyro_lyra.pdf> Acesso em 13 jan. 2014

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A cidade como bem cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, Victor Hugo et alli. (Org.) *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: 9ª SR. IPHAN, 2006. p. 33-76.

_____. *O Campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas*. In: IPHAN, I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Ouro Preto, 2009, v.1. Brasília: IPHAN, 2012. p.25-39. Disponível em <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3306>> Acesso em 10 jan. 2014.

MAURICIO, Marjorie Martins. *Hotelaria e Memória Social: um olhar sobre os hotéis signo*. Trabalho de conclusão de curso de Bacharelado em Turismo. Niterói: UFF, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, Revista do Programa de Estudos pós-graduados em História e do Departamento de História, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

PANOSSO NETO, Alexandre e GAETA, Cecília (Orgs.). *Turismo De Experiência*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII – XXI: Do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRATS, Llorenç; SANTANA, Agustín. Reflexiones libérrimas sobre patrimonio, turismo y sus confusas relaciones. In:____. *El encuentro del turismo com El patrimonio cultural: concepciones teóricas y modelos de aplicación*. Sevilla: Fundación El Monte, 2005.

RICHARDS, Greg. Turismo Cultural: padrões e implicações. In: CAMARGO, Patricia de; CRUZ, Gustavo da (Orgs.). *Turismo cultural: estratégias, sustentabilidade e tendências*. Ilhéus: Editus, 2009. p. 25 – 48.

SACHS, Oliver. *O Homem que Confundiu sua Mulher com um Chapéu*. São Paulo: Companhia de Letras, 1997.

SANTANA, Agustín. *Antropologia do Turismo: Analogias, Encontros e Relações*. São Paulo: Aleph, 2009.

VENANCIO, Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. *Varia História*. UFMG: Belo Horizonte. v. 21. p. 181-189. 2000. Disponível em <<http://www.fafich.ufmg.br/varia/admin/pdfs/21p181.pdf>> Acesso em 23 jun. 2015.

Publicações online

ANGELO, Elis Regina Barbosa. Percepções, Construções e Transformações na Cidade de Petrópolis, RJ. In: Encontro Estadual De História: Trabalho, Cultura E Memória, 21. 2012, Campinas. *Anais...* . São Paulo: ANPUH-SP, 2012. p. 1 - 11. Disponível em: <http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1341431500_ARQUIVO_anpuhc_ampinas2012.pdf> Acesso em: 20 abr. 2015.

CAMPOFIORITO, Ítalo. *A história do início*. Disponível em <http://www.macniteroi.com.br/?page_id=131> Acesso em 28 jan. 2014.

FARIA, Diomira Maria Cicci Pinto; DOMINGUES, Edson Paulo; MORATAL, Moisés Hidalgo. *Impacto Económico y Desigualdad Regional en el Turismo Cultural*. In: Congreso Latinoamericano de Investigación Turística, 6., 2014. Neuquén. Actas... Neuquén: Universidad Del Comahue, 2014. <<http://www.fatu-uncoma.com.ar/congreso/clait2014/archivo/eje3/38%20Cicci%20Domingues.pdf>> Acesso em 15 abr. 2015.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=284>> Acesso em 23 ago. 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Marcos Conceituais*. Brasília: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf> Acesso em 23 jan. 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Segmentação do Turismo e Mercado*. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Segmentaxo_do_Mercado_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf> Acesso em 23 jan. 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo cultural: Orientações básicas*. 3 ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf> Acesso em 23 jan. 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Cartilha de Orientação Básica: Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem*. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas_acoes/Arquivos/1_CARTILHA_PROCESSO_CLASSIFICAxO.pdf> Acesso em 31 ago. 2014.

COLONIAL Williamsburg. Disponível em <http://en.wikipedia.org/wiki/Colonial_Williamsburg#The_1920s_and_.2730s> Acesso em 13 dez. 2014.

ESTRADA Real. Disponível em <<http://www.estradareal.tur.br/home>> Acesso em 13 abr. 2015.

GODOY, Karla Estelita. Controvérsias do turismo como atividade sustentável em museus. *Revista Museu: Cultura Levada a Sério*. Edição Especial Museus para uma Sociedade Sustentável. 18 maio 2015. Disponível em <<http://69.16.233.73/~revistamuseucom/18-de-maio/index.php/6-controversias-do-turismo-como-atividade-sustentavel-em-museus>> Acesso em 23 jun. 2015.

HISTÓRIA do Museu Imperial. Disponível em <<http://www.museuimperial.gov.br/historico-a-personagens/2051-historico-a-personagens.html>> Acesso em 25 jan. 2014.

MOVIMENTO de turistas na cidade supera expectativas: Os lojistas comemoraram as vendas feitas ontem, já o trânsito ficou bastante prejudicado. *Diário de Petrópolis*. Petrópolis, p. 3. 06 jun. 2015. Disponível em: <<http://diariodepetropolis.com.br/integra/movimento-de-turistas-na-cidade-supera-expectativas-66524>>. Acesso em: 06 jun. 2015.

PETRÓPOLIS. Disponível em <<http://www.ferias.tur.br/informacoes/7012/petropolis-rj.html>> Acesso em 26 dez. 2014.

PREFEITURA de Petrópolis. *Bens Tombados*. Disponível em <<http://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/index.php/ambiente/bens-tombados.html>> Acesso em 13 abr. 2015.

SILVA, Ligia Lins; MAURICIO, Marjorie Martins. São Miguel das Missões: Memória em Ruínas e Apropriação Turística. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 8., 2014, Pelotas. *Anais...*. Pelotas: UFPel, 2014. v. 1, p. 227 - 234. Disponível em <http://media.wix.com/ugd/dd2ce2_a78207d1a0f34163b94f0d3348a94215.pdf> Acesso em: 15 abr. 2015.

SILVEIRA FILHO, Oazinguito Ferreira da. *Contribuição à História Social Petropolitana: Escravidão e Abolição*. Instituto Histórico de Petrópolis: Petrópolis, 2011. Publicado originalmente em 12 de maio de 1984, no jornal Tribuna de Petrópolis. Disponível em <http://www.ihp.org.br/lib_ihp/docs/ofsf20111203a.htm>. Acesso em: 15 abr. 2015

SOLAR do Império. Disponível em <<http://www.solardoimperio.com.br/solar-do-imperio>> Acesso em 31 ago. 2014.

TAULOIS, Antônio Eugênio. *História de Petrópolis*. Instituto Histórico de Petrópolis: Petrópolis, 2007. Disponível em <www.petropolis.rj.gov.br/fct/index.php/turismo/conheca-petropolis/historia-de-petropolis.html?tmpl=component&print=1&page=> Acesso em 7 dez. 2013.

UNWTO. Why Tourism? Disponível em <<http://www2.unwto.org/content/why-tourism>> Acesso em 23 jan. 2014.

Cartas Patrimoniais

Carta de Atenas, Sociedade das Nações, 1931. In: CURY, Isabelle (org). Cartas Patrimoniais. 3 ed. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232>> Acesso em 13 jan. 2014.

Carta de Veneza, 1964. In: CURY, Isabelle (org). Cartas Patrimoniais. 3 ed. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Veneza_1964.pdf>

Acesso em 13 jan. 2014.

Normas de Quito, 1967. In: CURY, Isabelle (org). Cartas Patrimoniais. 3 ed. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=238>> Acesso em 13 jan. 2014.

Compromisso de Brasília, 1970. In: CURY, Isabelle (org). Cartas Patrimoniais. 3 ed. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=240>> Acesso em 13 jan. 2014.

Compromisso de Salvador, 1971. In: CURY, Isabelle (org). Cartas Patrimoniais. 3 ed. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=241>> Acesso em 13 jan. 2014.

Carta do Restauro, 1972. In: CURY, Isabelle (org). Cartas Patrimoniais. 3 ed. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=242>> Acesso em 13 jan. 2014.

Manifesto de Amsterdã, 1975. In: CURY, Isabelle (org). Cartas Patrimoniais. 3 ed. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=247>> Acesso em 13 jan. 2014.

Declaração de Amsterdã, 1975. In: CURY, Isabelle (org). Cartas Patrimoniais. 3 ed. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=246>> Acesso em 13 jan. 2014.

Recomendação de Nairóbi, 1976. In: CURY, Isabelle (org). Cartas Patrimoniais. 3 ed. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=249>> Acesso em 13 jan. 2014.

Carta do Turismo Cultural, 1976. In: CURY, Isabelle (org). Cartas Patrimoniais. 3 ed. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=248>> Acesso em 13 jan. 2014.

Carta de Burra, 1980. In: CURY, Isabelle (org). Cartas Patrimoniais. 3 ed. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=251>> Acesso em 13 jan. 2014.

Declaração de Tlaxcala, 1982. In: CURY, Isabelle (org). Cartas Patrimoniais. 3 ed. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=254>> Acesso em 13 jan. 2014.

Carta de Washington, 1987. In: CURY, Isabelle (org). Cartas Patrimoniais. 3 ed. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=258>> Acesso em 13 jan. 2014.

Carta de Petrópolis, 1987. In: CURY, Isabelle (org). Cartas Patrimoniais. 3 ed. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=257>> Acesso em 13 jan. 2014.

Carta de Brasília, 1995. In: CURY, Isabelle (org). Cartas Patrimoniais. 3 ed. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=265>> Acesso em 13 jan. 2014.

Declaração de Sofia, 1996. In: CURY, Isabelle (org). Cartas Patrimoniais. 3 ed. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=267>> Acesso em 13 jan. 2014.

Carta de Brasília, 2010. In: CURY, Isabelle (org). Cartas Patrimoniais. 3 ed. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1652>> Acesso em 13 jan. 2014.

APÊNDICE I – TRANSCRIÇÃO DA CONVERSA COM EMANUELE, GERENTE GERAL DO HOTEL SOLAR DO IMPÉRIO

Entrevista realizada em março de 2015.

Você quer que eu te mostre primeiro e depois a gente senta e conversa?

Tanto faz...

Aqui a gente tem a sala de leitura, uma sala de estar que os hóspedes podem ficar aqui a vontade, assistindo televisão, podem pedir um lanche, um drink alguma coisa aqui, tem aqui um jogo...

De mobiliário, vocês também tentam manter...

É, o mobiliário na verdade ele é neoclássico como a casa, mas ele é atual, só faz o estilo neoclássico, mas ele é atual. Essa lareira é original da casa, a lareira e as estancas, o teto, os arabetes são todos originais da casa, essa lareira foi esculpida em ébano. A casa é de 1875.

Aqui são dois casarões, né?

São

Mais ou menos da mesma época...

É

Tudo do mesmo dono mesmo?

Não, são donos diferentes. Lá [área do hotel onde ficam as suítes reais e a máster] a gente não consegue ir agora porque está fazendo um pequeno reparo no teto. Ali são os quartos, nós temos quatro categorias de suíte, temos as suítes standard, as suítes imperiais, reais e a suíte máster. Aqui em cima temos as suítes reais e a suíte máster, que tem vista para o jardim

principal ou para a parte de trás que é a praça da liberdade. Aqui tem o restaurante, que você já conhece...

Sim

As pinturas no restaurante são Dominique Jardy, que é uma pintora francesa, os jogos americanos do café da manhã também... Você veio no almoço?

É, também são dela, não são? Acho que lembro de ver a assinatura.

É, os jogos americanos que são iguais, nós temos a venda no gift shop também

Os murais também são dela?... Os murais?

As pinturas?

Sim

Também são dela. Aí tem o elevador, que foi adaptado à casa, adaptado pro hotel, para pessoas que tem dificuldade de locomoção.

Essas coisas que tem que ser feitas mesmo. Você trabalha há quanto tempo aqui no hotel?

4 anos.

Quase desde que o hotel... Não...

Não, desde 2010.

O hotel é de 2005? Você é daqui da cidade de Petrópolis mesmo?

Sou... E aqui em baixo a gente tem mais quartos, que são as suítes imperiais e tem duas reais; as reais são maiores que as imperiais. As duas de fundo são reais. As daqui são todas

imperiais. Aqui em baixo tem dois banheiros, três banheiros, sendo um adaptado para deficientes. Um dos quartos é adaptado para deficientes, o banheiro [M: é maior...] tem só a cortina, não tem Box. O jardim...

Do jardim eu também tinha lido que tinha feito alguma restauração. A fonte em si já havia também?

Já. Essa fonte, isso é tudo original da casa. Essas estátuas são as quatro estações do ano. Alguns quartos têm saída direto para o jardim, esses quartos daqui de baixo... Essas daqui de cima são as reais e a suíte máster.

As standard são...?

As standard é no outro casarão. Ali em cima tem a piscina aquecida e as saunas. Você chegou a ir lá quando veio?

Não, não. Eu estava sozinha, então não quis... Não entrei tanto, eu fiquei mais nos jardins mesmo. Aí quando vi o Seu Antônio ali, eu fui perguntar pra ele quanto tempo ele trabalha aqui também... Ele já tá aqui [E: é, seu Antônio já é mobília da casa] desde sempre! Normalmente assim, porteiro, mensageiro fica sempre muito perto do hóspede né, nem que seja pra tirar dúvida de caminho na cidade...

É. Aqui é a piscina aquecida, aqui dentro tem a sauna seca e a sauna a vapor. Aqui os hóspedes podem ficar o horário que quiserem, se quiser vir pra cá de madrugada, tomar um drink, usar a piscina...

Ah! É 24h? Legal!

Se quiserem almoçar aqui, tomar café da manhã também, não tem problema nenhum.

Isso aqui já foi área que teve que acrescentar né? [E: É.] Só essa ou aquela ali também?

Não, aquilo dali era o estábulo...

De acréscimo então foi só esse pedacinho aqui?

Aquela piscina ali foi reduzida na verdade, lá de baixo, ela era maior, foi reduzida pra ser feito e estacionamento.

Antes de ser o hotel aqui, que isso não consegui descobrir... era o que?

Antes do hotel? Casa de festa, residência mesmo, particular, uma época ficou abandonado...
Aqui são os salões de eventos

Que eram os estábulos que você falou...

É; então aqui esses salões podem ficar interligados entre si ou pode utilizar um salão só. Quando tem casamento fica tudo aberto, quando tem reunião usa-se um só, e do meio fica pra coffee break. Quando tem casamento as vezes coloca um toldo aqui fora...

Deve ficar bem bonito.

Fica lindo casamento aqui.

Que assim, eu estava vendo as fotos, eu estudo hotéis históricos desde a graduação, agora estou no mestrado, só que tava achando um aqui no rio que me interessasse tanto, que tipo causasse aquele encantamento. Aí vi as fotos daqui e “gente tenho que ir lá”

É lindo não é? Essa piscina era bem maior, ia até um pouco mais lá na frente, só que foi reduzida pra fazer aqui o estacionamento. O spa, essa parte também já existia. São as alzibras, tem duas salas de massagem e os aparelhos de fitness.

Eu achei que teria até mais acréscimos, na verdade.

As adaptações foram feitas nos quartos, tivemos que fazer adaptação interna, a gente manteve as portas, não sei se originais mas pelo menos no mesmo estilo. Aqui que a gente chama de

casarão do spa, são as suítes standard. Aqui é legal porque dá pra ver a construção em pau a pique.

Ah! Que legal! Era pau a pique tudo?

É!

Pelo menos esse pedaço...

Era esse casarão todo. Aqui tem a biblioteca, os hóspedes podem tocar piano, pegar os livros.

Ah! Está funcionando?

Sim. O do restaurante os hóspedes também costumam tocar.

Que legal... Todas as suítes tem algum nome?... E uma explicação?

Aham, quem foi... Aqui é uma suíte standard.

Até que para uma standard é bem grande.

Tem alguma maiores até do que essa.

Até as standard?

Aham. As standard são as suítes maiores que existem aqui no hotel. Elas tem um valor menos mas são as maiores. Pra mim são as melhores por causa do espaço. A única coisa que fazem elas ter um valor menor é o fato delas estarem mais próximas da rua.

Ah... faz mais barulho.

A varanda.

Mas a vista, é uma vista interna legal daqui do hotel, uma vista bonita. É só mais barulho mesmo...

Tem uma que é voltada toda pra piscina. Que ela é ainda maior do que essa, ela parece um apartamento, tem uma antessala enorme.

Em matéria assim, pra conservar, agora que já é hotel?

Assim, a gente está constantemente em manutenção. A gente tem que tá sempre... pintando, restaurando as portas, as janelas, mas acho que até um hotel, como é que vou dizer, que não seja antigo, eu acho tem que ser sempre feito manutenção.

Aqui é mais a questão tem uns cuidados extras.

É, só que aí a manutenção daqui, ainda mais se for fachada tem que sempre respeitar a fachada do hotel, que não pode alterar por causa do IPHAN.

[vendo uma lareira do quarto] Também é original?

É original! A gente só não deixa ligar. Não pode acender.

É! Melhor não mexer não... Mas ainda está linda. Mas são legais esses detalhes, que às vezes assim, tem hotel histórico, não necessariamente que eu tenha visitado, mas assim, lendo sobre eles, eles comentam, colocam a questão de ser tombado mas não necessariamente ligam a alguma coisa histórica ou personagem histórico.

Todos os quartos tem um nome e aí dentro tem a história. Lá em cima também são só quartos... Essa escadaria também é linda, original.

A Máster qual é o nome?

A Máster é a Dom Pedro II...

Só pra ter certeza...

O teto é todo original.

Diferente... Na casa principal era todo branquinho e esse de madeira... Essa casa originalmente a entrada era por aqui?

É, eram casas separadas, aqui tinha um muro que cortava essa casa, a entrada dela era por lá. E desse casarão principal a entrada era por ali. Não era lá onde você entrou,

Ah! Era aqui?

Por essa parte aqui, que a gente chama de parte de trás mas na verdade é a parte da frente da casa.

Ahh... Então por isso a entrada principal fica meio de lateral.

É, a entrada principal na verdade, entrando daria de frente pra essa escadaria aqui..

Entendi... Mas mesmo assim, o que era originalmente os fundos da casa ainda é extremamente imponente.

É, eu acho mais bonito do que a parte inicial.

Eles estavam querendo guardar só pra eles.

Que aquele jardim é lindo né? Com aquele lago...

Sim! Eu tinha estranhado, por que assim, na Avenida Koeler as casas, os jardins, são todas de frente. E aqui eu tinha estranhado que o jardim está de frente e a casa na lateral. Mas eu imaginei que era só o cara inovando. Mas agora eu entendi que a entrada era essa aqui... Mas e a situação com IPHAN? Eles têm um contato constante com vocês?

Não, não

Porque, em teoria, o IPHAN teria que estar aqui sempre para ajudar na conservação, aprovação de manutenção, coisa eu sei que não funciona muito bem essa questão

O IPHAN funciona aqui na rua, qualquer coisa que a gente faça eles vão ver... É do outro lado da rua.

Ah não tem placa na frente? Já passei várias vezes por essa rua e não vi.

Você sabe fica o Palácio Rio Negro? É ali o IPHAN.

É, então realmente, qualquer coisa de frente eles veriam.

Você já conversou com alguém do IPHAN?

Não, preferi começar por aqui primeiro.

Mas agendou com alguém de lá?

Ainda não.

Então quando você for ligar lá, liga pra Érika, é uma amiga minha, diz que eu que indiquei, ela vai te atender super bem. [entramos na recepção] Essa a lareira é a única que a gente utiliza realmente. Que a gente acende no inverno. A da sala de leitura a gente não acende e nem a daquele quarto também não. Essa é a única que a gente acende.

Ela é original e funciona normalmente?

É original, e no inverno a gente acende, os hóspedes adoram.

Ah os hospedes ficam por aqui? Normalmente recepção pessoal fica mais...

Não, eles sentam, conversam. A gente tem um ambiente mais... a gente opta por ambiente mais família, de cuidar mesmo do hóspede, ficar próximo, chamar pelo nome...

É, que tem muito hotel que é assim, luxo, mas bem separado, tem todos os serviços toda a coisa, mas é bem distante.

A gente preza por essa coisa de ter cuidado com o hóspede, não ser essa coisa fria, a gente chama de recepção com alma, fazer as coisas com alma, senão fica uma coisa muito distante, muito fria. A ideia é que a pessoa se sinta em casa mesmo. Tanto que tem hóspedes que são... que vem frequentemente ao hotel, sabem o nome, meu nome...

Fica mais um hotel de família. Sei como é. E o pessoal que vem aqui é mais família mesmo?

É, é... Pessoal mais, a partir dos 40, 50 anos, tem gente mais nova também, mas a média é mais ou menos essa, a partir dos 40, 50. E normalmente família

É que no restaurante é pra todo mundo... Mas de hotel mesmo, de hóspede...

Acho que sim, tem gente nova sim, mas acho que o foco mesmo é o pessoal é mais meia idade mesmo.

E você acha que as pessoas vêm aqui por causa do...

Pra descansar, por causa do que o hotel oferece pra eles...

Você sente que faz alguma diferença o fato de ser um prédio tombado e ter essa parte histórica, ou é tipo, bônus.

Olha a maioria das pessoas elogiam muito o casarão “ah, eu me sinto muito bem aqui, me parece que estou não sei aonde, eu me sinto uma princesa e tal” muitas pessoas elogiam isso. Não sei se é por isso que vem pra cá

Estando aqui, gostam

Acredito que influencia também. Ainda mais pra Petrópolis então já puxa mais dessa coisa histórica então acredito que tenha a ver sim.

Uma coisa que eu tinha visto que vocês são associados aos Roteiros de Charme. Tem uma classificação nova do MTur, não sei se vocês tem conhecimento, SBCLASS, que eles botaram o hotel histórico mesmo como categoria. Só que teria que estar cadastrado no CADASTUR, tem toda uma situação. Aqui no Rio, na época que eu olhei, acho que tinham três hotéis que eles botavam oficialmente como históricos. Até aqui de Petrópolis, que eu passei em frente não entrei, realmente não é meu foco, não quero estudar vários hotéis, vou focar mais nesse. E são hotéis bem menores, mais singelos e tudo mais. E aqui não está.

Não sei, vou olhar.

Esse aqui não está. Pelo menos na época que eu vi. Já tem uns meses, mas assim eu procurei e não está. Mas por quê? Não tinha noção dessa nova categoria?

Não sei, não sei te explicar o porque. Vou até verificar por que disso. Mas não sei dizer.

E você sente que estar associado aos Roteiros de Charme faz diferença? Hóspede que vem...

O “Roteiros de Charme” é muito forte. Então muitas pessoas vêm porque faz parte dos roteiros de charme, então sabe que RC tem ali um nível, uma exigência maior do que se a gente não fosse do RC. Então o RC é um plus no nome do hotel.

Dá aquela chancela de qualidade. [E: É] Sempre bom...Deixa ver as outras coisas que tinha pensando... Ah! Em relação ao IPHAN, você disse não ter muito contato, mas e em relação a Prefeitura de Petrópolis? Tem algum contato maior? Que é um prédio tombado, e tem essa ligação direta com o Império e Petrópolis é a Cidade Imperial. Tem essa coisa mais aproximada de gestão pública?

Na verdade, assim, qualquer coisa que a gente precise a gente tem acesso fácil tanto a prefeitura quanto ao IPHAN, mas não tem essa coisa de vir fiscalizar... É isso que você quer saber? Se eles vêm fiscalizar se está tudo certo, ou não?

É, ou então às vezes acontece alguma coisa como uma reforma emergencial, seja o que for, um vidro que quebrou...

Não, reforma é por nossa conta, total. Por que no caso o casarão não pertence a prefeitura, o casarão é particular. Ele é um casarão tombado, mas ele não pertence à prefeitura de Petrópolis. Ele é de uma pessoa física.

Sim... E do IPHAN também não vem ninguém?

Não, a não ser que a gente queira fazer alguma alteração, alguma coisa, quiser colocar uma placa no portão do hotel por algum motivo. Aí tem que pedir alteração do IPHAN, o IPHAN vem, enfim... Mas geralmente a gente não faz nada, que vá interferir que interfira na fachada do hotel.

Acho que também não é de interesse. É só que às vezes a gente imagina que por ser tombado, e agora com você me falando que é aqui em frente, teria um contato maior as vezes, de vir aqui, ver se está tudo bem

A impressão que eu tenho que o IPHAN, né, passa... A preocupação maior é a fachada, interna também né, óbvio, mas a fachada conta muito. Acho que eles passam em frente, veem que não tem nada de errado...

Aí é tranquilo... Nem um email ocasional, tipo, tá tudo bem mesmo? Vocês não estão fazendo nenhuma reforma que eu não estou sabendo?

Que eu tenha conhecimento não.

Que bom! Mas tipo dá pra ver que não tem motivo pra ficar tão em cima. Só por ser tombado mesmo, e tombamento federal, a gente imagina que tenha, que fique... Bom, tem umas coisas

aqui que já vi, como vocês usam a história, mas a maioria das coisas é original... [Emanuele dá papel com a história do Casarão] Esse não tenho... Só tenho esse aqui... O que seria o solar do Afonso é essa casa aqui? A principal?

Isso

A outra também tem um nome?

Tem... Mas o da outra não está aqui [apontando para o papel ao me ver procurando o nome]... Da outra... Nossa agora me deu um branco... Tem uma placa, explicando a história.

Tá aonde?

Ela fica ali na grade. Do lado de fora. Todos os casarões da Avenida Koeler e da Ipiranga tem essa placa contando a história, de quando é...

Vou olhar depois, pra confirmar... Eu vi a do Solar Dom Afonso... Ah! Não só a questão do hotel, mas você é daqui de Petrópolis mesmo que você falou... Você sente que tem uma valorização maior determinados pontos turísticos, ou atrativos culturais por ser ligados ao Império em relação a outros? Por exemplo, a casa do Colono, por mais que seja ligada ao Império ela lida com uma história diferente com pessoas diferentes... Aí você sente que em relação ao Museu Imperial ou até aqui mesmo, por ser o Solar do Império, um hotel bem grande, bem imponente comparado com outros da própria avenida. Você sente que acaba tendo... Política geral que abrace mais esse tipo de história e de memória? Ou é a mesma coisa? Questão de valorização por parte do governo...

Não... Mesma coisa... Assim, por parte das pessoas, dos clientes, pessoas que nem se hospedam, mas querem vir tirar foto, porque é lindo é imponente e tal... Vem a Petrópolis e querem conhecer o Solar do Império. Mas não por parte do governo...

É que assim, eu lembro que eu fui à rua do imperador... Mas rua do imperador o tombamento dela é completamente diferente, é estadual e tudo mais... E ela agora ficou muito centro

comercial... [E: É, tá...] E aqui não é assim, tá certo que é um tombamento federal..., A gente sabe que sendo em instância diferente tem diferença...

Mas mesmo assim, esses casarões a maioria virou comercio também, seja clinica médica, a maioria virou clínica médica ou salão de cabeleireiro, ou ateliê de estilista... Ou hotel... Mas de uma forma geral, esses casarões antigos, a maioria viraram comércio.

Mas isso, assim, você sente que é bem visto... Não tem nenhum problema na cidade

É porque, acho que não agride né... Mantém a fachada do casarão, não agride em nada.

Eu concordo!

Melhor do que ficar todo degradado

Com certeza! Você falou que aqui ficou abandonado por um tempo... Sabe dizer quanto tempo?

Não, não sei...

M: Vou tentar achar isso... Deve ter em algum documento... No Museu Imperial ou no IPHAN...

É... E foi coisa recente assim... Quando começaram a fazer obra pro hotel eu não sequer morava aqui. Mas eu me lembro quando eu morava, eu fiquei sete anos fora, então, antes desses sete anos, eu me lembro que esse casarão tava mais ou menos bem conservado, e tinha muitas filmagens da globo e virou casa de festa, depois eu perdi esses sete anos, mas acho que nesse período ele ficou bastante degradado, foi então que veio o hotel...

Eu sou... bom, minha graduação é em turismo, então eu sou adepta a esse tipo de transformação, de adaptação, eu acho melhor mesmo pro prédio histórico e tudo mais, mas assim, sempre tem grupos, que falam “poxa, mas não seria melhor um centro cultural, uma casa de cultura”... Você sente que aqui em Petrópolis tem disso?

Não, não...

É bem vindo ser transformado em comércio, já que mantém...

É, eu nunca ouvi isso não... Agora ali na Avenida Ipiranga eles estão reformando uma casa, um casarão antigo também, que vai virar casa... Centro de cultura do Aguinaldo Silva. Acho que é Casa de Cultura Aguinaldo Silva, algo assim. Que tá ali na Avenida Ipiranga. Acho super legal fazerem isso, mas não tem como fazer isso também em todas as casas...

Também acho.

Seria ótimo, porque melhoraria muito a cultura das pessoas, porque aqui as pessoas não são muito ligadas a cultura, embora seja uma Cidade Imperial, acho que as pessoas deveriam ter essa coisa de saber da história, mas a maioria das pessoas não sabe da história da rua, quem foi Koeler...

É?

Não, não sabem. Petropolitano mesmo são raros os que sabem...

É mais assim, coisa dos avós...

É, as pessoas não se preocupam muito com essa coisa da história, né... Eu vejo mais as pessoas de fora interessadas em saber “Ah, de quem foi esse casarão? Quem ele era?” Do que as próprias pessoas daqui. As pessoas não tem muito essa ligação, o que é uma pena, porque a história vai se perdendo...

Com certeza! Outra coisa que ia perguntar é... Eu sei que o restaurante é aberto pra público, o pátio é aberto pra público... Essas áreas você sente que o petropolitano vem? Que tem esse contato? Ou é mais gente de fora, tipo eu que sou de Niterói e posso vir uma tarde e voltar...

No restaurante? Muita gente vem.

Mas da cidade?

Sem ser de Petrópolis também...

Não, mas da cidade.

Da cidade vem, vem também. Principalmente na hora do almoço... As pessoas vêm almoçar aqui. Às vezes fazem almoço de aniversário, jantar de aniversário...

Que assim, por mais que seja propriedade particular, mas faz parte da história, tanto é que por isso é tombado, aí a ideia, a utopia da Academia é que tem que ter uma integração com a sociedade, com o local e tudo mais. Claro que por ser um hotel, acaba afastando um pouco, por questão de valores e tudo mais. O preço do restaurante aqui não vai ser o mesmo que o restaurante da esquina...

É... O público é selecionado.

Claro que a qualidade também é diferente. Mas é um público diferente. Mas aí tem gente que fica “mas como faz pra integrar?” Pode usar sempre o pátio.

É... As pessoas podem...

Não usar, mas visitar.

É, normalmente as pessoas entram aqui no jardim pra conhecer e ponto final. Não pode utilizar a piscina, utilizar spa, isso não é aberto para não hóspedes. Isso é área exclusiva dos hóspedes. Tem muitos grupos de turistas que até que vem, que entram aqui, tiram foto e vão embora. Sobem pra conhecer o restaurante, conhecer parte do hotel, mas as pessoas não podem ficar e passar o dia no jardim do Solar do Império, não.

Fazer um piquenique aqui não rola.

Não!

Mas aqui vocês fazem Day use também?

Não.

Só com a diária mesmo... Que tem tanta coisa que às vezes... A gente pergunta!... Acho que das coisas que eu tinha programado de perguntar a gente já conversou... Mas assim, em relação a hotéis históricos, pelo menos os daqui da cidade, você sente que são uma concorrência maior, por aqui ser tão grande, tão imponente, nem tem outra palavra pra definir isso aqui, são dois casarões enormes...

Os outros hotéis, mesmo os históricos daqui de Petrópolis, eles são bem mais simples que o nosso. Então não gera essa... Porque o nosso público é diferente do público deles... Então acho que não gera essa concorrência não...

Você sente alguma concorrência direta aqui na cidade?

Não, não

Que bom! Excelente!

A gente tenta sempre dar um serviço diferenciado, aquela coisa que eu te falei de ter alma pra atender o hóspede, olhar no olho, estar sempre disponível. Porque quando você trabalha em hotel você tem que ter prazer em servir. Você tem que ficar ali, tentando ajudar, pensar antes do hóspede, se ele precisa de ajuda, se ele quer que compre um ingresso, enfim, e a maioria dos hotéis não faz isso, é meio robótico. Entra, preenche uma ficha, vai pro quarto, tchau, e só se vê no check out.

Vocês ajudam em tudo?

Sim... Se ele quiser ir ao museu Imperial, eu vou oferecer, antes que ele me peça, eu me ofereço pra comprar o ingresso pra ele. Então a gente tem muito essa coisa assim... O café da

manhã, por exemplo, não tem horário, o hóspede toma na hora que ele quiser, onde ele quiser e isso também é um diferencial. A maioria dos hotéis tem horário restrito de café da manhã e aqui não. Se o hóspede quiser meio dia pedir café da manhã, ele vai tomar o café da manhã, no jardim, no quarto, onde ele quiser. Três horas da tarde, ele vai tomar o café da manhã...

Legal! Não força a pessoa a acordar cedo na folga, num feriado...

Se ele quiser utilizar a piscina à meia noite, ele vai utilizar a piscina meia noite.

Até essa que é externa?

Sim, todas...

Mas aí não dá nenhum atrito com os outros hóspedes que estão...?

Não porque o casarão fica lá do lado, as janelas fechadas... E é difícil as pessoas quererem usar a piscina fria a meia noite... Normalmente eles vão pra aquecida...

Bom, a princípio, acho que é isso...

APÊNDICE II – TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA COM MAXIMINO DA COSTA,
CHEFE INTERINO DO ESCRITÓRIO TÉCNICO DO IPHAN NA REGIÃO SERRANA

Entrevista realizada em abril de 2015.

Esse escritório é para a Região Serrana toda? Ou abrange outros municípios?

Pega Petrópolis e mais 20 municípios, pego toda a linha da BR 040. Ia até Madalena, mas Madalena agora passou para Cabo Frio, que é mais próxima de Cabo Frio do que daqui.

E quais são exatamente as atribuições do escritório técnico?

Bom, o escritório técnico analisa todos os requerimentos de intervenção, reforma em bem tombado e em área de entorno. Ela assessora a advocacia geral da União, assessora o Ministério Público Federal; participa de vistorias, faz fiscalização, ele elabora trabalhos e projetos... Na realidade ele não elabora, ele é fiscal de contrato de uma série de projetos, por exemplo, aqui foi feito uma reforma, teve um fiscal, nós estamos fazendo a catalogação da biblioteca, temos outro fiscal. Estamos fiscalizando, estamos fazendo um projeto para requalificação do bem da Serra, existe uma fiscal desse contrato, então basicamente é isso, fiscalização, análise, participar de reunião, assessorar Ministério Público, Advocacia Geral da União, Polícia Federal quando é solicitado... Fazer essas análises todas porque tem área tombada e área de entorno, que é uma área de proteção da área tombada.

São quantas pessoas que trabalham neste escritório para fazer isso tudo?

Você está gravando mesmo?

Não pode não?

Hoje?

É.

Hoje aqui estou só eu, porque o Heitor está de férias.

Mas para te ajudar a fiscalizar...

Só eu, sou o único fiscal... Está para chegar uma diretora nova, até meados de abril, pelo menos é essa a promessa.

Seria mais pra ter uma noção de como está o cenário da cidade, meu foco não é tanto nisso. É só para poder entender algumas coisas. Como fica, por exemplo, a relação do IPHAN com

o governo local, a prefeitura, em específico? Para elaboração de projetos... Tem um contato maior?

Não, já foi maior. Hoje em dia não é tão grande. Eles mandam agora as pessoas pra cá, a gente analisa e depois eles levam a nossa aprovação lá na Prefeitura. Não existe mais. Isso acontecia também com letreiro, a prefeitura não está fazendo mais reunião. A gente também analisa letreiro, tá?

E em relação aos bens tombados? Centros Culturais, hotéis históricos... Acredito que agora seja mais difícil por você estar sozinho. Mas consegue ter aquela coisa de ir, visitar...?

Depende da rotina, entendeu? Por exemplo, quinta feira eu tenho uma vistoria pra fazer num imóvel que está sendo recuperado em função do termo de ajustamento de conduta. Então depende muito, a fiscalização vai, dependendo do projeto eu saio e vou olhar, depende muito da situação. Só que o nosso tombamento é considerável aqui, o tombamento não é individual, é um tombamento de conjunto: conjunto urbano paisagístico, mais aí Cascatinha e a área do Meio da Serra, então eu tenho três conjuntos tombados.

É, eu estou focando na parte da Avenida Koeler.

É o primeiro distrito.

No Solar do Império, eles comentaram, eu até estranhei... Eles disseram que ficam tudo por nossa conta...

Não, o projeto foi todo aprovado por aqui.

Mas reforma, coisas assim?

Tudo aprovado por aqui. Toda a instalação do hotel teve aprovação do IPHAN.

Imaginei isso também, mas como ela é uma gerente relativamente nova na gerência, às vezes esses detalhes desses trâmites ela não teve ciência. Mas, por exemplo, em questão de manutenção do bem?

Aí é responsabilidade do proprietário. A gente passa e vê que não está em bom estado, a gente pode abrir um processo de fiscalização e solicitar a manutenção do imóvel.

Mas eles podem fazer, mesmo que seja só a manutenção, sem passar por vocês?

Depende, se ele estiver raspando uma janela, pintando uma parede, é uma coisa, a gente passa e vê que é um serviço de conservação, não é uma obra. Se a gente entender que alguma coisa que precise de orientação, a gente para e fala “não faz dessa maneira, faz dessa maneira que isso não está correto”. Por exemplo... E depende também do volume. Essa casa aqui do lado

começou a fazer uma obra de conservação e manutenção e eu chego, tinha um monte de andaime armado. Aí a gente entrou em contato, eles mandaram o requerimento informando que iria fazer, descrevendo o serviço, quando não precisa de projeto, descreveram o serviço e a gente deu OK, pra eles tocarem essa... Entendeu? Depende do volume, depende se você está mexendo... E depende também... A gente só faz isso na área tombada, na área de entorno a gente não interfere... Na área de entorno a gente só analisa índice construtivo

Entendi... Como fica em relação à refuncionalização? É bem vista tanto pelo IPHAN quanto pela população?

Depende do nível de tombamento desse imóvel. Meu tombamento é de conjunto. Então ele permite uma análise um pouco mais aberta, menos restritiva, mas o ideal em qualquer situação é que o uso se adapte ao bem, não é o bem que tem que se adaptar ao uso. Entendeu? No caso lá do hotel, eles ocuparam os quartos existentes e tal, eles não fizeram grandes modificações. Aqui mesmo, aqui iria ser a nossa biblioteca, e o nosso escritório iria funcionar ali, só que nós recebemos uma média de 25.000 volumes de livros, então não tinha como ficar aqui, então nós passamos a biblioteca para lá e a gente mudou pra cá. Quer dizer, o uso que tem que se adaptar ao bem, não é o bem que tem se adaptar ao uso. Podia ser que a gente não pudesse ficar com essa biblioteca, porque não teria como acondicionar isso, entendeu? Então a primeira linha de raciocínio é essa.

E em relação ao tipo de uso? Aqui é mais centro cultural, museu, tem os hotéis...

Escolas, cursos de inglês...

Mas em relação a lojas e coisas assim, aqui nessa área tombada federal não tem.

Não tem não. Muito difícil. Pode ser uma garagenzinha, alguma coisinha assim, agora, no máximo você tem escritórios autônomos, entendeu? Mais ou menos coisas nesse nível.

Mas é proposital? Vocês preferem que não seja loja?

Não.

Simplesmente não apareceu ninguém...

Não... O que a gente vai analisar é se o uso está se adaptando ao bem e se o bem comporta aquele uso. Vamos dizer assim, por exemplo, a fábrica São Pedro de Alcântara, está sendo usada como estacionamento. Está usando aquele espaço existente, não fez obra nenhuma, vamos dizer que ele quisesse fazer ali uma área comercial, alguma coisa assim, aí chega o corpo bombeiro e diz que pra você ter esse tipo de atividade, você vai precisar ter um exaustor lá no telhado, aí esse uso já não se adequa. Então é feito esse tipo de análise, em função do tipo de uso, se ele se enquadra ou não.

Estou fazendo essa pergunta pra poder fazer um contraste com as áreas que não são tombamentos federais, que mudaram bastante. A Rua do Imperador que é do Centro Histórico...

É mas a Rua do Imperador quando ela foi tombada, ela foi tombada com essas lojas todas. Foi no final do governo Moreira Franco.

É que estranha um pouco, tem muito comércio, mas é um centro histórico.

Modificou inteiro e se você olhar, aquilo era o sobrado dos comerciantes, que embaixo era realmente o comércio dele e em cima era a parte de moradia, tanto que se você reparar todos eles tem uma portinha pequena com a escadinha. Quer dizer, você ia para o pavimento superior onde era realmente a moradia, ali se dividia. Ali também internamente, algumas coisas foram bastante modificadas, outras não, mas aquele comércio embaixo, ele sempre existiu.

Era característico da área mesmo?

Era característico do tipo de arquitetura mesmo.

Dessa parte eu não sabia, nessa região eu visitando a área e vendo que era centro histórico achei muito diferente. Você percebe, por parte da população, interesse ainda? De conhecer sobre a história de Petrópolis...

Tem... A sociedade civil aqui é bastante organizada. Ela briga, ela reclama, ela é bastante ativa.

Tem algum exemplo, de alguma situação...?De alguma mudança que quiseram fazer mas não deixaram, um pedido de tombamento mais recente...

Tem, por exemplo, eu não estava aqui ainda, mas ali onde é o Luit, aquela casa era uma casa particular e eles iam demolir e a população entrou na casa e não deixou demolir, então teve uma ação dessa. Porque o que acontece? Na década de 70 e 80, começa um processo de verticalização no Rio e Petrópolis não fica fora disso, então você pode reparar que tem alguns prédio com gabarito alto e aí a população começa a se manifestar porque aquilo não é o que queriam para Petrópolis. E aí houve um manifesto e na época, a APPANDE, através da Fernanda Colagrossi, consegue uma moratória, onde presidente Figueiredo decreta uma moratória de 90 dias onde nada podia ser aprovado, que deveria criar uma legislação de preservação e aí que surge o decreto municipal 90 de 1981. Mas foi tudo em função da mobilização da população.

Eu cheguei até a ver o processo de tombamento no arquivo central, no Capanema, e dava pra ver que a população lutava, brigada, chegava junto mesmo... Bom saber que continua... O

que você sente que é o principal desafio do IPHAN, não a nível nacional, mas esse local mesmo... Qual é a principal dificuldade?

Do escritório?

É.

Do escritório com certeza é dar conta dessas áreas todas. Com o número de funcionários que tem. É inviável, é impossível.

Realmente, com 21 municípios fica complicado... E há quanto tempo está só você?

Desde início de fevereiro agora.

Mas antes era só você e a Érika?

Éramos eu e Érika. E tinha o Heitor também.

O normal então seria funcionar com três pessoas?

Isso...

E essas três pessoas seria suficiente?

Claro que não...

Só pra confirmar. Imagino que precisaria de uma equipe bem maior... Até só pra cidade seria complicado...

Muito pouca gente.

A relação com o turismo aqui? Do patrimônio com o turismo? Pelo que eu vejo, aqui ainda tem muito da questão do turismo cultural, muita gente vem aqui para fazer compras, mas acredito que justamente o foco de quem vem visitar é conhecer o Museu Imperial.

É, depende de onde ela fica. Se ela estiver aqui no primeiro distrito, o foco é o turismo cultural, passear pela área tombada, se hospedar num hotel tombado, agora, também tem o gastronômico aqui... E quando eles começam a se afastar existem outros tipos de turismo, que tem as características de cada área. Itaipava tem uma característica completamente daqui desse primeiro distrito. São coisas completamente diferentes.

Cultural você acredita ser mais aqui no primeiro distrito, porque é também onde tem mais bens tombados...

Acredito que é. A concentração é aqui.

Mas é uma coisa que é incentivada? O IPHAN tem interesse em incentivar?

Não, é incentivada sim.

Essa parte cultural pelo menos?

Se você passear por outros lugares do Brasil, Petrópolis está bem demais.

Sim. Petrópolis é bastante organizada. Dá pra se localizar sem problemas com as placas e folders... Mas a gente nunca sabia como fica dentro da cidade, a relação com o turista. Como os órgãos entendem essa presença. Se é realmente positiva...

Não, é bastante positiva. Não tem que estar fechada... As pessoas tem que vir, ver e aproveitar.

Mas eles estão saindo daqui tendo um conhecimento legal de como é a história de Petrópolis... Você acha que há realmente um interesse das pessoas de fora em interagir ou o turista daqui é daquele que chega olha e vai...? Porque é muita excursão também...

Aí você tem que ver... Quem vai poder te informar isso melhor é a Fundação de Cultura e Turismo, que eles têm controle dessas coisas, tem análise, tem levantamento. Mas antigamente eles reclamavam muito porque o turista vinha e não dormia agora isso parece que está mudando, a gente já tem uma quantidade boa de pousadas de hostels. Tem bastante coisa na cidade.

[perguntou-se se tinha contado com alguém da Fundação e a resposta foi negativa]

Esse escritório funciona há quanto tempo?

Acho que por volta de 81... 79, 80... Por aí...

[indagou-se sobre contato posterior por email e foi dito que seria difícil responder devido à carga de trabalho]

APÊNDICE III – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ÉRIKA MACHADO,
COORDENADORA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E
URBANISMO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS

Entrevista realizada em abril de 2015.

Desde quando trabalha como professora aqui na UCP?

Dou aula aqui desde 2012.

E você é arquiteta?

Isso. Sou arquiteta e urbanista com Mestrado em Preservação de Patrimônio Cultural. E no meu Mestrado, a minha turma, era multidisciplinar e a gente abordava essa questão do patrimônio cada um na sua área e cada um no seu objeto especificamente, mas a turma e as aulas eram multidisciplinares, as aulas eram muito diversas e assim eu tive muito contato com outros assuntos que não somente arquitetura e procedimentos que foi o meu objeto de fato de estudo.

Especificamente no contexto daqui de Petrópolis – vou começar pela população - você acha que a população valoriza o seu próprio patrimônio, sua própria história? Até hoje?

Sim, sim. É engraçado porque eu trabalhei no IPHAN do Rio, sou de Niterói e tal, então vivi outros contextos e é muito engraçado como a maioria, quer dizer, não digo a maioria, porque a cidade é médio porte, uma coisa gigante, mas assim, as pessoas que moram no primeiro distrito, por assim dizer, entendem e se preocupam; sai no jornal as pessoas cobram, as pessoas perguntam, questionam, debatem, assuntos gerais assim, por exemplo, quando teve a reforma na Praça da Liberdade, quando tem as decorações de Natal, sabem essas coisas assim? Quando tem qualquer coisa relacionada a ícones maiores, o Museu Imperial, a Catedral, as pessoas tem essa relação. Até porque Petrópolis tem o diferencial de na escola básica, você tem uma disciplina “História, Geografia e Turismo de Petrópolis”, é uma sigla imensa, eles têm na grade curricular corrente das escolas municipais, no ensino básico, não sei te dizer qual é a série, mas eles têm essa disciplina específica. Então assim, existe muito essa relação, né? E isso estimula e isso nos ajuda inclusive... Quando você trabalha num órgão de preservação, o que não é o meu caso recente, mas eu fiquei seis anos no IPHAN, quase quatro anos e meio aqui e um pouco mais de um ano e meio no Rio, então você tem essa relação que em outros lugares do estado não tem ou negam. Ou tem mas negam ter, ou tem e se apropriam. Aqui é o caso de ter e se apropriar. Bem diferente da maioria, porque quando eu trabalhava no IPHAN a gente abrangia uma área de vinte e um municípios - quer dizer, o escritório ainda abrange, eu que não estou mais lá – então você tem contato com outros municípios e não tem essa relação. Não tem. As vezes a gente vai em outros municípios que tem tombamento de outros órgãos, as vezes até só municipais ou estaduais, não tem tanta relação com o órgão federal, mas não estabelecem essa relação de sentimento de pertencimento. E aqui tem.

Mas aqui é muito as coisas ligadas ao Império, ou no geral? Porque tem a colonização alemã aqui e tudo mais... Essa parte também?

É geral. Porque você já veio a alguma Bauernfest? A festa do colono alemão? A festa é muito assim, pelo que se conta, já foi muito descaracterizada, mas é uma festa que cresce todo ano e ela é feita desde os anos 60 uma coisa assim. É feita em torno do dia do Colono Alemão, dia 29 de junho, e existe e tem e é tradicional e mantêm-se. Tem as outras colônias né? Tem a festa de Itália, que é sempre em setembro se não me engano, que é em função da colônia italiana de Cascatinha, tem o Bunka Sai, que é da colônia japonesa, independente porque existe essa ligação Imperial com certeza, mas não é uma ligação com a perspectiva do Império, mas com a perspectiva do colono também. Você tem essa outra perspectiva da cidade e são festas que acontecem e são muito frequentadas e aí mais recentemente, foi colocado no calendário oficial da cidade as festividades pela Consciência Negra. É... uma coisa que eu não sabia, no final da rua do Imperador tem uma igreja, que é a igreja do Rosário, só que é Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, e ninguém sabe! É normal encurtar o nome. Isso é contado pela minha coordenadora e por minha orientadora do mestrado, que eu fiz Mestrado no IPHAN e ela falou, que foi sendo feita uma pesquisa e uma pessoa de dentro do IPHAN fez a pesquisa e descobriu, porque quando o Império veio a escravidão era vigente e, acho que era a maior cidade, tirando a cidade do Rio de Janeiro, era a cidade do estado com maior população de negros e era dito, sempre foi dito, que a colonização petropolitana é alemã, alemã e alemã. Não é. Tem a colônia sim, com certeza, mas é como se não tivesse vindo escravo pra cá. Só que não é isso! Durante a construção do Museu, o que era a casa a casa de veraneio em si que hoje é o Museu, demorou anos para ser construído, a família frequentou e só no fim a Princesa Isabel fez a Abolição, então tinha muito. Era a Nossa Senhora do Rosário dos Pretos...

Eu, como não sou daqui, meu conhecimento da cidade é muito pontual e aquilo que conheço está muito relacionado à documentação do processo de tombamento, me pareceu ser uma coisa muito mais ligada a família Imperial e não ao Período Histórico do Império, que aí você engloba os colonos e tudo mais...

Isso. É que assim, é muito forte a questão imperial. Muito. Os herdeiros ainda moram aqui, ainda são tratados com os títulos porque mudou a modalidade de governo, mas eles não perdem os títulos, ainda tem essa coisa muito forte. Por exemplo, quando tem algum tipo de cerimônia oficial, de missa na Catedral, os assentos que sempre foram da família continuam sendo ocupados pela família. Existe essa manutenção da tradição, mas não é, como eu vou te explicar, não é uma tradição tão elitizada assim como parece. Porque as festas das colônias, da consciência negra, são festas no calendário oficial da cidade, patrocinadas pela prefeitura então você tem uma oficialização por parte da municipalidade de que isso faz parte da história e mantêm-se essa tradição da raiz de onde viemos. E tem, é forte, acontece e é oficial, então cada vez mais se... A da consciência negra é mais recente, é de alguns anos pra cá, antes era um eventozinho só, era uma coisinha menor e agora aumenta o número de dias e tem um reconhecimento mesmo de que o que popular também tem um valor que não é só a história oficial do Império, da família, dessa pompa e circunstância que existe, mas coexiste com essas outras visões.

Legal. É o ideal mesmo... Mas é uma coisa ainda de se orgulhar de morar aqui pelo fato de ter toda essa história? De estar na Cidade Imperial? De "bater no peito" e dizer eu sou de Petrópolis? Isso ainda é passado de geração em geração?

Então, eu acho que sim, porque assim, todo mundo aqui sabe cantar o hino da cidade. Porque se ensina na escola, essa questão específica de se ter na educação básica, e embutir a sua

história, aonde você nasceu e o que é isso onde você nasceu... Onde você está, qual é o contexto, qual é a situação. As pessoas sabem o hino de Petrópolis e é uma coisa muito doida, é geral. Você vê que são gerações distintas que sabem o hino da cidade, que sabem da história, que são assim, situadas em relação a isso. Orgulho, já não tenho tanta certeza, porque assim, existe uma visão mais nostálgica do que Petrópolis já foi. Por causa do crescimento, que foi um crescimento muito rápido, continua sendo. Reclama-se muito, as pessoas mais velhas, que se perdeu, então assim, talvez as gerações mais novas não tenham algum tipo de referência de que de fato se perdeu. Já é uma cidade que tem problemas de cidade grande, o clima mudou, o trânsito mudou, no sentido de ter piorado, é uma cidade que, normal, normalmente como no Brasil inteiro, não tem planejamento urbano, então é uma cidade que sofre com crescimento desordenado, isso é um fato. Existem essas questões das tragédias, que é um ciclo, o cara constrói na área errada, não tem ninguém que fiscalize pra tirar o cara dali, o cara muda o micro clima local, tá em área de risco, não sabe que está, ou não foi para ali a toa, é porque não tem onde morar, mas ninguém avisou que tinha que sair, aí morre, tem a tragédia e morre e aí o governo está errado porque o governo não tirou. É um ciclo vicioso pesado que a cidade sofre muito com isso externa e internamente, porque é uma situação que muda a visão da cidade, apesar de que, a gente aqui, não teve tragédias tão grandes, tão recentes, digamos assim, apesar da tragédia de 2011 ter atingido o Vale do Cuiabá absurdamente, não chega perto do que aconteceu com Friburgo e Teresópolis. Então assim, teve a tragédia de 2013 que foi muito pequena, visto ao que aconteceu, mas assim, isso muda um pouco essa questão mais conceitual da cidade, digamos assim, mas isso tudo, mas isso tudo, são desdobramentos de uma situação de irregularidade e informalidade que vai acontecendo ciclicamente, não se faz nada pra tirar, pra parar isso, então é uma coisa que, ao meu ver, é uma coisa descolada do que é Petrópolis conceitualmente, mas isso acaba atingindo, essa visão de cidade que as pessoas tem. Porque a gente não pode dizer, a gente não pode falar pela visão elitizada da cidade, por mais que é isso que a gente acaba sabendo porque é a história oficial, digamos assim, mas tem uma visão de população que não se importa muito e não tem ideia dessa importância toda, mas não por querer é por falta de informação geral, é uma questão de ausência de tudo, de toda tipo de assistência e, consequentemente essas pessoas não tem a mesma sensação de pertencimento e não vai ter a mesma relação com a cidade do que as outras pessoas, que não passam por esse tipo de situação.

E você acha que chega ao ponto de ser sugerido algo que afete diretamente o patrimônio da cidade, o patrimônio material, digamos assim? Determinado grupo questionar pra que fazer outro centro cultural se pode fazer residência, por exemplo? Ou não chega a tanto? Sim, o governo precisa fazer alguma coisa, mas as pessoas não chegam a sugerir algo que afete o uso do patrimônio?

Não, acho que não chega a tanto. O que a gente vê, já vi, dos anos que estou morando aqui, é assim, por exemplo, “ah mas vai bancar o carnaval na avenida e não vai dar subsídio para funcionamento do Alcides Carneiro?” que é o hospital municipal. Mas engraçado que é sempre relacionado ao Carnaval, ninguém fala disso da Bauernfest, por exemplo, que é a festa do colono alemão. As pessoas não falam. E a festa hoje, dos números que eu me lembro de ter sabido, durante os dez, onze dias de festa ela recebe uma média de 180 mil pessoas, vem muita gente de fora sim, dos municípios vizinhos, mais área de interior, vem gente do rio sim, mas não acho tanto, é uma coisa mais das cidades vizinhas, mas no sentido do interior não no sentido da metrópole, mas vem gente do rio sim, mas é uma coisa assim, que você ouve. Porque assim, a tragédia de 2011 foi em janeiro, a tragédia de 2013, que foram as que eu estava aqui e eu acompanhei, foi em março. E você ouve as pessoas questionarem em relação

ao carnaval, mas você não ouve questionarem em relação a Bauernfest que é em junho, não é tão distante assim, não é Natal. Tem a questão do Natal de Luz, mas não tem nada a ver com a identidade da cidade, é um evento genérico digamos assim, tradicional genérico, não é tradicional específico do local. Mas você não vê as pessoas reclamando pra não ter Bauernfest, vejo as pessoas reclamando, ah por que não deixam de patrocinar isso pra fazer, pra dar infraestrutura básica? Mas em relação ao Carnaval não, que eu tenha visto ou ouvido, em relação às festas tradicionais da cidade.

É interessante; o Carnaval não é uma manifestação tão típica daqui né? No Rio se mexerem com o Carnaval vai rolar brigar com certeza, mas aqui...

Aqui já aconteceu, no primeiro ano que não teve, que foi em 2011 que deixou de ter o carnaval na rua principal e passou a ter só... Que sempre teve nos bairros e no centro, e passou a não ter no centro e só ter nos bairros. A princípio teve uma falação aqui ou ali, e depois passou, as pessoas passaram a aceitar isso com tranquilidade digamos. Porque não deixou de ter, os blocos tradicionais dos bairros continuam saindo, continuam acontecendo, mas no centro não tem mais e tudo bem. E a cidade tem se posicionado em, por exemplo, no carnaval antes fechava tudo, hoje o Museu Imperial tem uma programação específica para o Carnaval, o Palácio Rio Negro abre no Carnaval, os pontos turísticos abrem, porque tem o público que foge do carnaval e vem pra Petrópolis, até hoje é assim, E essa questão do carnaval no centro era uma coisa que inibia e agora como não tem mais, essa instituições, o museu de cera, os centros culturais em geral, essa movimentação natural da cidade que já tem todo dia passou a se estender no meio do carnaval, por causa desse público, que não tinha por causa desse conflito de interesses, um conflito de uso, se você tem uma escola de samba passando na rua principal você não chega no Museu Imperial, né? Então assim, tem essa questão de logística que acabou ajudando, digamos assim, a usar esse período de Carnaval para valorizar naturalmente aquilo que a cidade tem e não só ficar na função “não, Carnaval, fecha tudo e acabou” entendeu?

Interessante que as pessoas protegem as festas típicas daqui. O Carnaval, beleza, não é típico daqui...

O Carnaval tem nos bairros, mas saiu do centro...

Mas dos bairros deve ser organizado pela população...

A princípio sim, acho que sim, eu não sei se tem algum subsídio, deve ter algum subsídio municipal, mas não sei te especificar assim, uma coisa de muito menor porte que se montavam arquibancadas tubulares na avenida e só com essas arquibancadas tubulares era um montante de um milhão, um milhão e meio, só para essas arquibancadas, que é um equipamento, e a tradição foi diminuindo, foi enfraquecendo naturalmente, porque acontece, as coisas ficam caras, o público é outro, as cabeças mudam, as pessoas querem viajar, então é um pouco diferente assim, essa questão de tratar o centro no evento carnaval em si.

Então, só pra ter certeza, você comentou que em relação a cultura em si não tem diferença de valorização. O petropolitano valoriza tanto a questão Imperial, família imperial, quanto a imperial colono.

Eu entendo que sim porque você vê as festas muito frequentadas. E a permanência dessas festas, não por uma “forçação” de barra do governo, mas você vê, por exemplo, você vê o governo municipal dando mais subsídio porque tem público. Dando mais estrutura, porque o

público, essa quantidade de gente demanda essa estrutura. É uma situação que eu acompanhei ao longo dos anos, porque todas essas festas tradicionais no centro da cidade tem que passar pelo IPHAN e quando eu era chefe do IPHAN, isso tinha que passar por mim todo ano, toda vez, e você via as estruturas irem aumentando em função do público então assim, eu entendo, por exemplo, que essa abordagem da população em relação as festas assim, o que você ouve por exemplo, as pessoas reclamando muito é que – a população de renda um pouco mais baixa – não vou na Bauernfest porque é muito caro, mas é uma festa que você pode ir sem consumir. Não tem entrada, não tem entrada, não tem portão é uma festa livre, você consome se quiser. Todas as festas municipais são assim. A não ser que seja um monte de show, no parque municipal de Itaipava, lá do outro lado, que é um lugar fechado que você tem que pagar. Mas várias vezes você tem evento gratuito que você não paga nada. Então assim, essas festas tradicionais do centro da cidade, você não paga, você pode ir e consumir se quiser então assim é uma coisa democrática, digamos assim, então você não tem, por exemplo, eu não vejo muita diferença dessa relação e eu acho que não é um público só de fora, porque se fosse um público só de fora...

A população iria reclamar também, né?

Sim, e qual é o grande conflito hoje com a população? A Bauernfest atrapalha o trânsito. Porque é no Centro, sempre foi no Centro, ela acontece no Palácio de Cristal, o Palácio de Cristal está inserido numa praça, chamada Praça da Confluência, ou Praça Koblenz em alemão, é a confluência dos rios ali e dentro da praça tem um cruzeiro, uma cruz que marca o ponto onde os colonos alemães se encontravam. Era não só a praça de confluência dos rios, mas de encontros dos colonos e não se quer tirar a festa dali, apesar dela já ter porte para ir para Itaipava, pro parque municipal, por exemplo, mas não se quer tirar dali porque tradicionalmente os colonos alemães se encontravam ali. E aí assim, se você pensa nisso e você vai tirar dali?

Descaracteriza muito...

Exatamente! A questão da descaracterização do marco local, o lugar do acontecimento, pro patrimônio imaterial, a gente tem lá os quatro livros de registro, local/lugar, celebrações, modo de fazer e eu sempre esqueço um, mas um livro de registro é o livro dos lugares, o lugar não é importante por si, ele é importante porque ele abriga um evento, uma celebração, uma situação. E ali tem essa questão, hoje o grande impacto é no trânsito, porque a festa está cada vez maior, quanto maior, mais tempo se demora pra montar e desmontar, ganha em extensão, ganha em tempo de montagem e desmontagem e começa a ter esse conflito da população em relação ao trânsito. Mas se o porte da festa só aumenta, não é possível que a população local negue isso. Porque as barracas são alugadas, para as pessoas investirem naquilo e a festa crescer cada vez mais... Antigamente era dentro da praça, aí começou a pegar uma rua, agora já tá pegando muito mais em extensão do que aquela rua, já tá indo pra dentro da fábrica da Bohemia, que foi reativada. E essa questão da reativação da Bohemia, foi a primeira cervejaria do Brasil, festa do colono alemão, se não tem cerveja não é festa. Então tem essa relação assim, e as pessoas frequentam a fábrica; a fábrica tem um museu. Então assim, é uma coisa que a própria indústria se apropriou dessa história para reativar uma fábrica e funciona e dá lucro porque tem restaurante, tem bar dentro da fábrica, tem museu, a fábrica funciona e se uma indústria volta a investir, era um prédio abandonado! Ficou anos abandonado, se ela volta a investir ali é porque...

E ainda tem a cerveja que é especial daqui

Tem. Tem a receita da cerveja Imperial especificamente. É uma coisa que tem muita relação... E aqui cresceu muito essa coisa dos cervejeiros artesanais. Muito. Tem na Mosela, tem em Itaipava, tem um monte de coisa que é outra abordagem, mas não deixa de ser uma tradição alemã. Não era do Brasil. Tanto que o próprio nome da cervejaria, da Bohemia, é porque é da região lá que hoje é República Tcheca, mas era Alemanha ali, que a região é Bohemia e tem a cidade de Pilsen lá na República Tcheca que inventou esse tipo de cerveja. Na época não tinha essa divisão, era Alemanha e isso veio e tudo bem, mas não era uma tradição brasileira.

Bom, isso tudo em relação à população. E em relação ao Governo? Você sente que é a mesma coisa? Em política pública, na hora de fazer algum planejamento pra cidade, se pensa em todas essas heranças culturais?

Não. Na verdade não pensa ponto. Não pensa em nada. Estou sendo super direta assim, por quê? Qual é a questão de Petrópolis? Por que Petrópolis é o que é? Porque alguém tombou. Alguém disse, não vai demolir. E, para as cabeças mais tradicionais, não demolir significa não crescer, não crescer significa engessar a cidade.

Ainda? Porque no processo de tombamento, que eu li, era basicamente isso que falavam o tempo todo.

Isso. E qual é o problema dessa cabeça conservadora? É um pensamento antigo, as pessoas não pensam em expandir. Isso é uma coisa muito doida, é um raciocínio que eu concluí na minha cabeça muito recentemente. As pessoas não pensam no território. Por exemplo, Petrópolis tem o dobro, o dobro, da área de Niterói com a metade da população dentro. Em relação a Niterói, que tem cerca de 600 mil habitantes, com uma área territorial que é praticamente metade de Petrópolis. Isso significa o que? Que Petrópolis tem espaço, você tem espaço para expandir, só que existe uma tradição, uma cabeça conservadora, isso não é brasileiro não, os países europeus passaram por isso, todo mundo passou por isso, a diferença é que eles são mais velhos que a gente, a diferença é que... [já superaram]. Exatamente. Existe essa tradição de não sair do lugar literalmente, é demolir e construir no mesmo lugar, no mesmo lugar, um por cima do outro... Por que não deixa? Não deixa aqui que já está adensado, que já está lotado e não tem mais aonde enfiar gente, não tem pra onde crescer rua?! Se você já tem uma mansão que tem um terreno imenso, que morava uma família, que tudo bem a família podia até ser grande, mas era o que? Umas dez pessoas? Se você demole essa casa, e coloca um prédio de dezesseis, vinte apartamentos, que tem uma média de três pessoas dentro, você não tem dez, você tem sessenta. Só que todo mundo tem carro. [E aí tem que pensar em estacionamento pra todo mundo...] E não dá pra fazer estacionamento subterrâneo porque aqui é terreno rochoso, beira de rio, vai alagar. Ou vai alagar ou vai encontrar uma pedra no meio do caminho, ou seja, não vai fazer. Então você faz o que? Estaciona o carro na rua. Isso acontece, no centro é normal. Mas quando você estaciona na rua, você tira uma pista de carro da rua e é uma rua que não foi projetada pra isso tudo porque antigamente passava carruagem e carroça de boi! Não tinha carro. Não se pensa no crescimento, no planejamento urbano, tem essa cabeça de construir no mesmo lugar e não se expandir. Então existe hoje, até hoje, uma resistência, de “é tombado não presta” porque não deixa crescer, o que não é verdade, porque se você tem pra onde crescer pra que você vai mexer numa área adensada? E se você mexe nessa área você perde a identidade da cidade. Petrópolis é diferente de todas as cidades da região Serrana. Porque foi tombada em 1964. Em 1964 a Avenida Koeller foi tombada, nessa época o IPHAN não tombava conjunto. É praticamente pioneiro. Petrópolis é pioneira em um monte de troço, inclusive no IPHAN. Os

primeiros tombamentos do IPHAN também figuram em Petrópolis. O Museu Imperial, o Bosque do Imperador e o Palácio do Grão Pará, que formam um conjunto linear, do Museu pra trás, digamos assim, é de 1938, o IPHAN foi criado em 1937. Casa da Princesa Isabel, 39. Então você tem uma importância histórica para o Brasil. Petrópolis tem uma significância para a história do Brasil, para a cultura nacional, muito forte. E aí é o que eu sempre falei, independente de qualquer coisa, em palestra, aula em relação a isso e falo naturalmente quando o assunto surge: temos oportunidade diária de caminhar na história e sobre ela, literalmente. A gente vê história todo dia, essa arquitetura que foi feita não se faz mais; nunca mais em lugar nenhum. E você tem um exemplo, e detalhe, que pra mim é a melhor coisa de tudo, não é só porque é bonito, é qualidade de vida. Você olha pra frente e você vê céu! Você não tem que olhar pra cima pra ver céu. E a partir do momento que você destomba ou deixa construir acontece o que é hoje a rua Roberto Silveira. Você saindo da Koeler vindo pra cá, você tem a praça da liberdade, vira pra direita, de um lado a rua é toda baixa porque tem o asilo, que eu esqueci o nome, que é de frente pra Bohemia que tem um asilo que é tombado, tem o clube Petropolitano, que acho que ele não é tombado por ninguém, nem pelo município, mas é uma construção baixa, que pega quase o quarteirão inteiro daquele lado, e tem um predinho antigo ali de esquina e uma casa de esquina que é tombada e só. Do outro lado da rua só tem prédio, e é uma coisa muito doida porque você não vê mata, você vê um paredão. Você acaba com a ventilação, acaba com a insolação, um faz sombra no outro, você acaba com a qualidade de vida, tanto de quem mora quanto de quem passa.

E aqui o que complica também é que o Centro Histórico é o Centro mesmo da cidade (comercial)...

Sim. Nunca perdeu essa característica de Centro da Cidade. E isso entra naquela questão do não planejamento urbano, as pessoas vem na avenida pagar conta no banco do Brasil. Não existe isso. Os bairros não tem agência de bancos centrais, banco do Brasil, caixa econômica, Itaú, que o Itaú englobou o BANERJ e acaba virando uma grande estação de aposentadoria, pensão, não sei o quê... Então as pessoas vem na Avenida comprar sapato! Sabe essas coisas assim? E Petrópolis tem esse grande conflito, é uma cidade turística natural, não é uma cidade turística por investimento do poder público. Mas ela é por quê? Por que ela é diferente de todo mundo e alguém não deixou demolir e aí é uma coisa muito louca, porque as pessoas vêm morar aqui, porque tem uma qualidade de vida melhor. Por que tem essa qualidade de vida melhor? [*Porque foi tombado*] E as pessoas não entendem isso. Então fica... É um correr atrás do rabo, não tem planejamento urbano ponto. A lei existe, a lei vigora, para que – isso é Brasil afora, não é Petrópolis – a lei vigora porque eles não querem perder subsídio, de recursos do Ministério das Cidades, só que a lei não funciona, porque é genérica, porque não é exequível, e no fim das contas não tem planejamento de nada. Nem mobilidade urbana, nem planejamento urbano regional de fato, não têm. E continua-se com essa cabeça de construir, reconstruir no mesmo lugar sem pensar na cidade como um todo, que é uma questão tradicional cultural e isso continua gerando conflito de determinadas classes interessadas, especulação imobiliária e tudo mais e elas tem essa visão negativa e não dão o braço a torcer nessa questão da qualidade de vida que esse patrimônio proporciona.

Se ficar do jeito deles, cheio de prédio, acaba a qualidade de vida daqui.

Vira qualquer cidade! Perde a identidade.

Completamente. A gente até estranha. Na primeira vez que vim aqui e fiquei um tempinho eu fiquei no final da Rua do Imperador, mas estava fazendo tudo a pé, então saía da rua do

Imperador, com aquele monte de gente, aí eu subi a rua da Imperatriz, fui rodando até que cheguei ao Solar do Império que era o que estava querendo conhecer. E muda muito. E aí da Imperatriz pra cá, a gente pensa Centro Histórico, eu não consigo botar a Imperador como Centro Histórico, mesmo sendo, o Maximino estava me explicando ontem que sempre foi uma rua de comércio. E tudo bem, mas é tanta gente! Que não conseguia nem reparar!

E tem outra coisa. Essa questão do por que a rua do Imperador não é tombada pelo IPHAN? Não é. Por quê? Porque quando se pensou na expansão do tombamento; por que assim, tombaram pontualmente algumas fazendas, o Museu, a Casa da Princesa Isabel e só. A Casa do Santos Dumont nos anos 50 e ponto. Em 64, quase 10 anos depois tombaram a Koeler e só. No fim dos anos 70 começaram os estudos para a expansão do tombamento, foi quando o INEPAC foi criado em 78, inclusive, porque o INEPAC foi criado? Uma das grandes motivações? Foi a especulação imobiliária destruindo tudo, tudo. O boom do milagre brasileiro dos anos 70. Destruindo tudo mesmo, então você pode reparar que na rua do Imperador é o seguinte: você para pra observar quando for atravessar, você tem um conjunto baixo e do nada, sobe um arranha céu, um prédio, aí tudo baixinho, e sobe outro. Porque a especulação imobiliária começou a detonar esse conjunto, que o que acontece? A Imperatriz, a Koeler, a Ipiranga, são ruas tradicionalmente de mansões da nobreza que era vizinha do museu. A rua do Imperador é uma rua de comércio, e essa arquitetura eclética, esse conjuntinho eclético é construído pelo povo, que não vai ter nunca a suntuosidade das outras, inclusive por proporção, então a escala é diferente, o tamanho da visão geral é diferente. Você perde inclusive em altura, e ainda tem a questão do comércio antigamente, que, como você andava só a pé ou de carroça, o comércio tinha que ser estreito, lote colonial que a gente chama, mantém-se a tradição mesmo no eclético, a testada é estreita, a frente, e a edificação comprida, pra que as pessoas pudessem percorrer mais lugares em menos tempo. A distância é a mesma no final das contas, mas ao invés de você ter três, você tem oito, digamos assim. Então você tem a questão da escala pela locomoção, e isso vai mexer na volumetria da edificação e é uma edificação construída por pessoas de classe média, comerciante, que também era tido como rico, mas não era nobre, então era outra abordagem. E essa rua como era muito valorizada começou a sofrer muito com a especulação imobiliária, muito, enquanto as outras ficaram intactas, porque eram famílias muito ricas que mantinham.

Ainda tinha famílias ricas que moravam ali e mantinham aquelas casas.

Ou eram aqueles que vinham de quinta a domingo que até hoje tem. Até hoje tem; as pessoas mantêm mansões pra ficar de quinta a domingo. Existem algumas, a gente sabe que tem. E aí, o que ocorre? Essa rua começou a sofrer essas modificações primeiro do que as outras e esse tombamento de expansão foi em 1980, então você tem 16 anos da Koeler pro resto. E o que tem de coisa deturpada na Ipiranga, na Rua da Imperatriz que tem uns prédios... Isso foi quando os estudos de tombamento começaram, pra expandir o povo começou a demolir, pra construir, então foi... tem esse conflito de interesse que gera essa mutilação, no entendimento do conjunto, mas a rua do Imperador tem essa diferença pela questão de quem foi que construiu, o tipo de conjunto, é um eclético mais vernacular, digamos assim, construído pelo povo, ele tem técnica sim, é o mesmo sistema construtivo mas com uma outra abordagem, uma outra escala, por essa questão logística do comércio em si. E aí quando pensou-se na proteção dela, como estava muito descaracterizada, entendeu-se que ela não teria expressão nacional para ser tombada, mas ela tem uma importância regional muito grande, então o INEPAC tombou, são aí uns 150 imóveis ainda preservados e, o entorno, o IPHAN continuou preservando. Porque essa diferença que você percebe, é a diferença que as próprias instituições de patrimônio também entendem, mas você entende de uma maneira intuitiva, que

é óbvio, mas que você percebe com muita clareza, que a maioria das pessoas não percebe, mas que é uma questão técnica, além disso tudo.

É que muda muito, você vira uma esquina e nossa, que diferença. Se eu tivesse feito o contrário, ficado hospedada na Koeler ou nas proximidades e andado caminho contrário eu iria achar muito esquisito. Que pra mim a sensação foi de cheguei no centro histórico, mas ali também era centro histórico, tem alguma história aí. Se fosse o contrário eu não iria reconhecer mesmo como centro histórico.

Sim. Porque na verdade era uma divisão logística em função do uso, de ser comércio, por conta disso é uma rua valorizada que sofreu primeiro. Porque se você tem uma casinha que te oferecem um valor absurdo pelo terreno e pela casa, você não vai trocar? O comércio é uma função muito pesada, de você ter sábado, domingo, feriado, dependendo daquilo que você tem muita gente vê a opção de dar aos seus herdeiros, de descansar, de se aposentar, é normal, mas tem essa coisa de diferença de escala em função do seu uso que tradicionalmente é assim até hoje, por falta de planejamento que não descentraliza esses usos. Que se você tem um banco do Brasil em Secretário, na Posse, ou onde quer que seja, que são outros distritos, ninguém vai sair de lá pra isso, vai vir ao centro se quiser, que é uma odisséia você sair de lá e chegar no centro. Mas essa questão de não planejamento mantém esse uso muito funcional do centro, em termos de funcionamento da sua vida cotidiana, as instituições públicas estão todas no centro. Então você mantém esse polo para opção. Se você quiser vir ao centro, você vem tomar um sorvete aqui se você quiser você não tem que ser obrigado a isso. Essa é a minha questão, e sempre foi uma questão grande.

É, no centro sempre tem mais opção, como no centro de Niterói ou no centro do Rio, mas você tem opção de ficar no seu bairro, e resolver sua vida inteira. Aqui parece que tudo é muito no centro. Às vezes você pega o 100 da rodoviária pra cá, o ônibus vai lotando, lotando. Já vim umas quatro ou cinco vezes, só pra ficar olhando o centro histórico e todas as vezes não tinha mais espaço pra sair! Foi quase um minuto inteiro tentando sair do ônibus...

Qual você sente que foi/é a maior dificuldade em relação a gestão do patrimônio? Já que não há um planejamento por parte da prefeitura, o empresariado provavelmente está pensando mais em construir prédios e estacionamentos, como você estava comentando antes. Quando o IPHAN, secretaria de cultura, vai propor alguma coisa, qual é a principal dificuldade que eles tem? Tanto pra defender o que já está tombado, quanto pra tomba uma área...

Então, eu acho que a dificuldade é justamente a falta de planejamento urbano. Porque quanto mais adensado fica, pior fica a mobilidade, mesmo que a pessoa não more no centro. A pior situação hoje, que o mundo enfrenta, em relação a conservação de conjuntos tombados é o trânsito. Que gera trepidação, que gera vibração, que gera dano. Só pra você ter ideia, uma vez mudaram a mão da Monsenhor Bacelar, que é essa rua que sobe aqui do lado, acaba aqui no relógio das flores a barão de Amazonas onde a gente está, e ela continua pra cá, pra esquerda, que é a Rua Monsenhor Bacelar. Contam, eu não estava aqui na época, por volta de 2008, mudaram a mão. A rua era mão dupla e fizeram mão única, em direção a Washington Luiz, por causa de uma instalação de gás encanado, conta-se isso. E, depois disso, nunca mais reverteram para mão dupla, ficou mão única. O que aconteceu? Isso virou uma via de confluência, de saída da cidade, uma das, e isso criou um problema estrutural em todos os imóveis da rua inteira, que é tombada inteira. A rua é tombada em toda a sua extensão e todos os imóveis começaram a apresentar problemas estruturais, rachadura, as pedras, lajotas de

granito de entrada começam a abrir, por causa da trepidação e do alto tráfego de veículos pesados. É ônibus pesado, é caminhão pesado, é tudo. Isso virou um gargalo. Tem um processo no Ministério Público Federal por causa disso e até hoje, esse trecho está parado, até onde eu sei, e essa situação generalizada começou a acontecer depois que mudaram a mão. E quem mudou a mão? Por que não demudou até agora? Por que não se pensa no transporte intermodal, que é você interligar vários tipos, e dispersar a questão do transporte e da massificação do transporte coletivo rodoviário. Dar mais opção, não tem organização. Se você for prestar atenção aqui, a gente sofre com o seguinte, ônibus aqui parece trem, vem 3, 5, um atrás do outro, aqueles ônibus vão passar no mesmo lugar praticamente, e vem três juntos, cinco juntos, se você divide os três em uma hora a cada vinte minutos vai passar um. E aí um lota e dois vão vazios. Pelo amor de deus. Ontem eu tinha uma reunião marcada com uma amiga, que chegou no ponto de ônibus 12:15, ontem estava chovendo, ela pegou o ônibus 13:05!! Foram 50, eu já passei por isso! Fora de época escolar, 40 minutos no centro da cidade, não é no quinto dos infernos, esperando para ir num lugar aqui próximo. Não era nenhum ônibus especial que vai pra tal lugar, era um ônibus urbano normal. Então essa falta de planejamento, primeiro da distribuição, depois do pensamento mais expansivo para se preservar o conjunto como um todo. Porque não é um problema pontual. Gera-se um problema de altíssimo porte e a falta de planejamento urbano e, portanto da mobilidade urbana, prejudica demais isso. Por que assim, qual é a questão? Petrópolis foi muito tombada pelo IPHAN, como o tombamento é nacional quem destomba é o presidente do Brasil, como isso é muito raro de acontecer, porque quando o tombamento é municipal, basta o prefeito destombar pra não ter mais a proteção; quando o tombamento é estadual, basta o governador destombar, quando é nacional o caminho é longo. Então não tem o que fazer. Você não vai conseguir vencer, você vai ter que se juntar a ele, mas existem as forças contra, questão de engessar a cidade e tudo mais, e não adianta gritar, apesar de ainda existir. Mas essa falta de visão macro da cidade, que são 300 mil habitantes! É médio porte e num crescente grande. Se você não pensa em 300 mil pessoas e você só pensa na meia dúzia que mora no centro, que é o pensamento até hoje, a gestão do patrimônio se torna muito complicada, a partir do momento que você tem um fluxo, uma movimentação de fluxo intensa e pesada e não se pensa no macro. Esse é o grande problema hoje, com certeza, é a falta de planejamento urbano.

E quando leva isso à Prefeitura...?

Então, você faz um plano diretor, que tem uma lei que vigora e que o Ministério das Cidades reconhece, porque a lei vigora, mas não é exequível. O problema é o que? Como vai resolver? O que: Descentralização, criação de mini centro. Como: ninguém diz.

Não é tão difícil assim. Eu entendo mudar o trânsito e tudo mais, mas criar não parece ser tão difícil...

Não é! É só mudar a lei. Só que aonde está a vontade política para atender a população de baixa renda? Quem resolve a seca do nordeste? Ninguém? Entendeu? A gente tem a mesma situação. É a mesma cabeça pequena, porque eu falo, Petrópolis não tem um esquema de trânsito aéreo como em São Paulo então os cabeças ficam presos no trânsito junto comigo e contigo que estamos apertados dentro do ônibus, a diferença é que estão na Mercedes no ar condicionado, mas a criatura sofre com a mesma situação porque não vai sair dali de outra forma. O rio não é navegável, ele não vai andar de helicóptero. Não tem jeito e mesmo assim, ninguém se mexe. Hoje o turismo é extremamente prejudicado porque começaram a construir, construir, construir condomínios na beira da estrada, aí hoje você tem um engarrafamento em

média de 1.5km a 2 km na estrada, não é por dentro, é pela BR 040, para entrar em Itaipava num sábado na hora do almoço. É isso. Te falo porque eu moro no centro e meus pais não são daqui, eu não sou daqui, quando a gente vinha aqui a gente passou a pegar tanto trânsito para ir pra Itaipava, pra almoçar num lugar diferente e a gente não vai mais. Quando meus pais vem pra cá, larga o carro estacionado e a gente faz tudo a pé, porque você vai sair no seu fim de semana pra sofrer com trânsito?

Só passa por isso quem mora lá e tem que ficar transitando de um lado pra outro.

Exatamente. Mas por opção as pessoas não fazem. E hoje existe um problema em Itaipava, com questão inclusive do mercado hoteleiro, da parte de hotelaria, que tem sofrido com isso por causa do trânsito, as pessoas não conseguem chegar. Ou sofrem pra chegar e sofrem pra sair. Isso já ouvi de ex-dono de pousada, que vendeu porque não aguentava mais sofrer com trânsito. A pessoa saiu do Rio pra investir aqui e investiu aqui, só que era um lugar muito distante, e com esse sofrimento de entrar e sair do próprio distrito de Itaipava a pessoa vendeu e está investindo em outra coisa. Isso não é uma visão pontual, fala-se entre aqueles que investem na área...

Nossa, porque é muito comum ouvir do pessoal do Rio e de Niterói de querer vir pra Região Serrana que é melhor, é mais tranquila, é melhor qualidade de vida... Vamos repensar isso aí...

Sim. Essa discrepância, que aqui é tranquilo, aqui é frio, aqui, não é mais bem assim... Não é mesmo.

Uma coisa que a gente não chegou a tocar tanto... Você acha que tem alguma diferença de valorização de estilos arquitetônicos aqui? Que aqui encontramos construções ecléticas, neoclássicas... Ou isso é mais por estar no primeiro distrito, que tem uma arquitetura característica...?

Não. Na verdade acho que não tem nenhum vínculo específico. E se existe quem estabeleceu foram os órgãos de tombamento, de proteção do patrimônio cultural edificado. Então, assim, Petrópolis, é predominantemente mais eclética, muitas casas neoclássicas foram se transformando mais pro eclético, existem as meio do caminho, as proto ecléticas, mas existe uma produção modernista até na cidade, mas é mais pra... Itaipava tem uma coisa ou outra, São Pedro do Rio outra, como a casa do Oscar Niemeyer com o jardim do Buher Max mas é uma coisa bem pontual. Você tem alguma coisa modernista no centro, mas assim, em termos de valorização específica, não tem, acho na verdade que é mais a valorização de uma época e daquela arquitetura característica de sua época, e não necessariamente pelo estilo arquitetônico. Não entendo essa ligação...

É só uma consequência natural?

Eu acho que é uma consequência natural. É o que eu sinto e o que eu percebo.

E em relação a dificuldades específicas do IPHAN aqui? Do escritório, você que trabalhou lá por um bom tempo... Quais as principais dificuldades que o IPHAN passa?

Então, a falta de valorização do próprio poder público local atrapalha muito o nosso trabalho. Se diz parceiro e não é, na prática, e aí você bota o requerente doido. Por exemplo,

antigamente, você dava entrada no seu processo na prefeitura, semanalmente o IPHAN, o INEPAC e a Prefeitura se reuniam, analisavam juntos aqueles processos, e o carimbo de aprovação era dos três. E o que aconteceu? Retrocedeu. O que acontece? A criatura, coitada, tem que ir aos três órgãos em separado, para dar entrada em um único projeto, e ter a aprovação dos três e entender que um deles vai ser mais restritivo, e você tem que respeitar ele em detrimento dos outros, mas de qualquer maneira, tem que ter aprovação dos três. Esse não esclarecimento da legislação, em relação ao órgãos, da legislação municipal em relação aos órgãos de preservação, é uma problemática absurda. Fora que, a maior discrepância de todas, existia nos idos tempos áureos, o departamento de patrimônio na prefeitura, extinguiu-se, existe um conselho de tombamento, que tomba coisa por aí. Tem outra coisa pior ainda, tudo que o IPHAN tombou, a prefeitura tombou também. Porque a prefeitura entendeu na época que se tem expressão nacional, tem expressão municipal, se é importante para história do Brasil, é importante para a história local. Entendeu? É lógico. Eu entendo como lógico, porque é uma oficialização local, de dar valor aquilo, ok. O que acontece? A prefeitura tombou e tem um monte de coisa tombada por aí, o que não tira a responsabilidade dela. Ah, o IPHAN é federal, vale mais. Não vale. Tombamento é igual em qualquer instância de proteção. É uma proteção ponto, não importa em qual instância. Não é porque o município tombou e o IPHAN não, que tem menos valor. Não tem nada a ver. É tudo uma questão de escala. Isso aqui tem importância local, porque o que importa é o reconhecimento da comunidade, não importa qual é ela. É local, é regional, é nacional? Não importa. O Brasil não mora aqui dentro. É tudo uma questão de escala. E o que acontece? A prefeitura não administra aquilo que é próprio dela, aquilo que ela disse que é, ela mesma não reconhece. E empurra pro outro órgão, no caso pro IPHAN porque tem essa relação do sobretombamento, digamos assim, a partir do momento que você descola essas aprovações, que na lei municipal tem um asterisco que diz setor histórico, vire-se com os outros órgãos, você ferra com a vida do requerente. Secretaria de fazenda, a criatura quer fazer um evento na cidade, eu cansei de ver as pessoas chegando e dizendo “olha, tava encaminhando tudo certo na prefeitura quando me avisaram ontem que eu tinha pedir autorização aqui, só que meu evento é depois de amanhã”. Mas não é na malandragem, é na inocência mesmo. A pessoa vem desesperada, com tudo certinho, [*só que ela não sabia pra onde tinha que ir*] por falta de orientação. Só que, se a pessoa vai ao Município, quem tem obrigação de orientar? Porque a legislação do IPHAN foi criada em consonância com a da Prefeitura, a portaria de entorno, porque o IPHAN tem legislação pra área tombada e pra área de entorno que é para manter a ambiência dessa área tombada. Existia o decreto 90, que era um decreto municipal, a portaria do IPHAN foi publicada em 96 a espelho deste decreto justamente pra confluir a legislação e ajudar as pessoas em relação a isso, mas em 98 a prefeitura fez a revisão da lei de uso, ocupação e parcelamento do solo e ignorou a legislação do patrimônio tanto do INEPAC quanto do IPHAN e, portanto ignora a si própria, já que ela tombou tudo que o IPHAN tombou, e bota o requerente maluco. E pra piorar temos outra questão: 70% do território do município está numa área de preservação ambiental que quem manda é o ICMBIO que é uma dissidência do IBAMA. Então ainda tem essa questão, o que não é tombado, do edificado, é protegido por reserva ambiental. Parque Nacional da Pedra dos Órgãos passa por aqui, Parque Nacional do Açú, não sei o nome exatamente do parque nacional mas é onde tem a pedra do Açú.. é nacional! E aí? E não se tem essa orientação, se você não orienta a população a pessoa não sabe o que faz, lógico que por lei você não pode dizer que não sabe, se lei a existe é obrigação do cidadão saber que existe e... Mas não tem a tradição de educar as pessoas para isso.

Mas as vezes a pessoa não tem noção da dimensão também. A pessoa não necessariamente sabe que aquela rua é área de proteção...

É isso. E as pessoas não são educadas e orientadas pra isso. As pessoas não são educadas pra isso, não são orientadas pra isso e no caso, elas ignoram aquilo sem querer, involuntariamente e sofrem porque não existe essa preocupação municipal, que pra mim é a orientação. Se eu moro aqui, eu vou na prefeitura, eu não vou no escritório do IPHAN, o que é isso?

Tem gente que nem sabe o que é o IPHAN.

É isso. Ou então ouviram falar que é um agente que não deixa fazer nada na cidade. Mas assim, pra que eu vou procurar? Pra mim, é uma negação que começa no micro, se o poder público local nega, nega em lei, nega em orientação, nega em dar a informação. Se existe essa negação e nega a si próprio porque nega a própria cidade, esse pra mim é um dos maiores problemas porque você bota o requerente maluco. A gente já pediu infinitas mil vezes para voltar essa análise conjunta, facilita a vida de todo o mundo. No Rio é assim, o processo da Prefeitura, da Prefeitura vai ao IPHAN, que dá o parecer e isso volta pra Prefeitura; a pessoa dá entrada em um lugar só. E o que a gente está fazendo aqui enquanto serviço público, os órgãos públicos, o que os órgãos públicos estão fazendo aqui? Deviam servir ao público, assim como o nome diz, só que não é bem assim e infelizmente quem sofre é a população.

Mas aqui no caso a pessoa teria ir a Prefeitura, que devolve pra ela depois de dar o parecer?

Não, por exemplo, se for tombado pelo IPHAN, a pessoa dá entrada na prefeitura e dizem se tiver aprovação do IPHAN a gente aprova. Aí o processo fica parado na prefeitura, a pessoa dá entrada no IPHAN, é analisado, se tiver aprovado ela leva na prefeitura ou, e se tiver tombamento do INEPAC e do IPHAN?

Mas o INEPAC tem a mesma postura da Prefeitura? Vamos ao órgão máximo e depois fazemos o caminho de volta?

Não. Porque aí vai depender do tombamento. Porque normalmente é assim, como foi feito esse estudo conjunto de expansão, quando o INEPAC foi criado, era época dos estudos de expansão de tombamento, houve como se fosse, vulgarmente falando, um loteamento, daqui pra cá IPHAN, daqui pra lá INEPAC, em função da escala de importância daqueles conjuntos. Então por exemplo, a rua da Imperatriz é tombada pelo IPHAN, mas é área de entorno do conjunto da rua do Imperador que é tombada pelo INEPAC. E vice versa, a rua IPHAN e a rua do Imperador é área de entorno do IPHAN. Então, normalmente, quando é tombado por um é entorno do outro, raramente os dois se sobrepõem em Petrópolis, porque essa expansão foi pensada junta, então existe essa diferença...

Mas então o problema é com a Prefeitura mesmo? Seja INEPAC com a Prefeitura, seja o IPHAN?

É. É porque a legislação da prefeitura é muito permissiva em relação a legislação de proteção do patrimônio.

E tem bens que são tombados exclusivamente pela prefeitura?

Tem.

E como está a situação deles? Eles estão de fato preservados?

Então, pelo que eu me lembro, existem alguns tombamentos mais específicos e mais recentes, somente tombados pela prefeitura. O trono de Fátima é tombado pela prefeitura, que é aqui atrás, (...) o trono de Fátima que é uma imagem que tem lá em cima, e é como se fosse um mirante da cidade e tem um caminho de peregrinação que as pessoas faziam, é tradicional. Foi tombado somente pelo município, tem alguns pontos, agora não vou lembrar, tem uns cinco que eu consigo me lembrar. Ah! Casa do Colono, é um museu; Museu Casa do Colono que é na Rua Cristóvão Colombo, se não me engano, é somente tombada pelo município. Não é tombado por outras pessoas e tem mais uns três que tombaram na época, tem uns 3, 4 anos isso, mais ou menos 2011 que houve esses tombamentos municipais mais específicos e não to conseguindo me lembrar mais assim, que tenha tombamento só da prefeitura mas com certeza Casa do Colono e o Trono de Fátima são tombados só pela Prefeitura mas tem essa ação individual, digamos assim.

E eles conseguem espaço? Alguma valorização já que é só da Prefeitura? Já que quando tem o tombamento com outros órgãos, a Prefeitura deixa os outros órgãos se virarem. Mas quando é só ela?

Na verdade, assim, não sei te dizer porque tombou-se e ponto. Eu não sei se faz-se alguma coisa pra manutenção. Porque assim, o trono de Fátima acaba sendo um ponto turístico da cidade. A casa do colono idem. Mas o museu casa do colono chancela essa valorização da cultura alemã dentro da cidade. O trono de Fátima era de peregrinação, tem um caminho, que você sobe, que você pode subir tanto de carro quanto subir a pé e era uma coisa tradicional, da religião católica e tudo mais. Hoje o trono de Fátima é da Irmandade Mariana, é particular não é público e existe essa chancela da prefeitura, mas não sei te dizer se existe algum tipo de gestão por parte da prefeitura, no sentido de preservar o patrimônio. O Museu Casa do Colono, eu não sei se ele é municipal ou se ele tem apoio do município. O município se envolve, mas não sei se a casa é propriedade do município, não sei te dizer especificamente, mas eu já ouvi muito sobre a precariedade do local e que o município teria sido na época, não sei como está agora, tem muito tempo que eu não sei sobre esse assunto, que teria sido tombado a casa, mas ao mesmo tempo eles não recebiam subsídio para manutenção, para funcionamento, segurança e tudo mais, entendeu? Isso já ouvi há muito tempo, então não sei como está hoje.

Você comentou agora e eu lembrei: muitas das propriedades tombadas ainda são particulares. Dá muito problema isso? Muitos conflitos de interesse? Que a gente ouve que em Ouro Preto tem até associação dos moradores contra o IPHAN...

Tem, tem em Paraty, Vassouras...

Tem lugares que pegam o IPHAN pra Cristo a níveis absurdos. Aqui tem disso?

Sim e não. Porque assim, tem os preservacionistas, e tem os que se dizem preservacionistas. Os que se dizem preservacionistas, um: são pessoas que levantam bandeira de preservação, não entendem do que se trata de fato, falam o que querem e se auto intitulam, da cabeça deles, e se colocam na mídia, presidente de associação de não sei o que, instituto de não sei o que lá, tem. Só que são pessoas que dizem que querem aproximação com o órgão, eu te falo porque eu já chamei pra conversar, eu expus, eu coloquei, eu expliquei... Te dar um exemplo, não vou citar o nome do santo, deram entrada, foi falado numa reunião, saiu no jornal e tudo que teve essa reunião, deram entrada num requerimento solicitando por escrito a mesma explicação, eu respondi. Eram sobre não sei quantos imóveis os estados desses imóveis, porque do

abandono, porque não sei o que. Respondeu-se. Esse mesmo requerimento enviado ao IPHAN foi levado ao Ministério Público Federal, que abriu x mil inquéritos civis públicos para investigar a denúncia desta associação. Denúncia? Eram mais, eram acho 17 imóveis, desses 17, 10 já estavam em inquérito civil público ou em ação civil pública, isso significa o que? Saiu do âmbito administrativo e já estava-se trabalhando no âmbito judicial, por situações que o órgão em âmbito administrativo não conseguiu resolver, os outros estavam em trâmite, e pouquíssimos, sei lá 2 ou 3, precisariam de uma investigação do órgão. Pela atitude dessa..., na verdade não é atitude da associação. Não é. A gente sabe que não é. Participam várias pessoas, mas a atitude é muito própria do atual organizador, comandante, presidente, o que quer que seja. Isso é colaborativo aonde? Não estou dizendo que é pra passar a mão na cabeça numa coisa que está errado, não é isso, de jeito nenhum, [mas não é pra falar que eram 17 quando eram 2 ou 3] e aí você tem uma situação que é colaborativa aonde? Você pergunta pro órgão, ele te respondeu oficialmente, ah quer uma resposta oficial para passar para os seus pares, beleza, não tem problema nenhum, mas a partir do momento que você denuncia pro Ministério Público você está dizendo que o órgão não faz a fiscalização. Então é um posicionamento embativo, é um posicionamento isolado no sentido de que não houve o que o órgão fala porque o órgão tem lei que o rege. Quando eu era chefe lá, eu concordando ou não, eu tenho que fazer a lei ser cumprida. Concordando ou não, uma coisa não tem nada a ver. Uma coisa é minha opinião como arquiteta urbanista e mestre em preservação do patrimônio, é outra coisa é meu posicionamento enquanto representante de uma instituição que tem uma legislação que a rege. E você tem uma responsabilidade legal em relação a isso. E as pessoas sabem disso, estão cansadas de saber disso, estão cansadas de saber por quê? Se o jornal perguntava, eu respondia...

[pausa para atender telefone]

Então você estava falando daqueles preservacionistas que na verdade só atrapalham o processo.

É, existem os de fato e existem os que dizem e que acabam atrapalhando o processo no sentido que se pronunciam. Porque assim, essas pessoas que se dizem, como se soubessem e falam normal, e falam na televisão e falam na mídia e acabam confundindo a cabeça de quem não conhecimento. Esse que é o grande problema. Mas existem de fato as pessoas que preservam sim, que se preocupam sim, não só com seu patrimônio particular, mas sim as pessoas que se preocupam com o patrimônio da cidade... Às vezes é um só que atrapalha a manada inteira né. Isso acontece muito.

Só basta um. Quando a pessoa está com vontade de fazer coisa errada só precisa dela.

Sim, às vezes é só uma questão de... Me parece às vezes que é auto promoção, como você se diz especialista de uma coisa que você não conhece? É surreal isso pra mim. Não estou dizendo que eu sou e o outro não é e tem que obedecer o que a gente fala, porque a visão do leigo é a melhor, porque se o leigo entendeu. O técnico é assim. O técnico é um diálogo específico, contínuo com o leigo. O técnico só consegue trabalhar se o leigo conseguir entender aquilo. Não é o leigo leigo, ignorante, é o não-especialista. Então a partir do momento que você não estabelece esse diálogo ou que deturpa esse diálogo, você prejudica todo mundo. Porque você prejudica o entendimento e o conhecimento da coisa, independente de ser técnico ou não porque não adianta você ter um técnico, se não o diálogo. Porque o técnico é sempre minoria. E você tem que ter o diálogo com aquele que não é especialista, porque é ele que vai te dizer. Quem preserva o patrimônio não é o órgão, é a cidade, é a

população. Se a população entende que aquilo é importante, entende porque é importante, entende a sua identidade dentro dessa situação, ela ajuda a preservar. Então não é questão de o órgão saber mais porque o órgão é técnico, não é, essas deturpações da coisa atrapalham muito ao leigo que lê um jornal e lê uma parte de uma história que não é bem assim e que ele nunca vai saber como é.

Não tem como ela saber dessas coisas, desses trâmites. Ela olha no jornal...

É isso, é isso...

ANEXO I – LISTA DE BENS TOMBADOS EM PETRÓPOLIS

ENDEREÇO	DESCRIÇÃO	TOMBAMENTO
Praça Padre Achilles de Mello	Nº 01, Igreja Matriz de Sant'Ana e São Joaquim	IPHAN/PMP
Praça Padre Achilles de Mello	Própria Praça e Coreto	IPHAN/PMP
Rua Barão Águas Claras	Nº 106 Orquidário Guinle	INEPAC/PMP
Rua Alberto Torres	Nº 163, 221, 2255	INEPAC/PMP
Rua Alberto Torres	Nº 163 até 255 (inclusive).	PMP
Rua Alberto Torres	Nº 44, 78, 172 e 200	INEPAC/PMP
Rua Coronel Albino Siqueira	Nº 78, 80, A, B, C, E, e F e também a Igreja Santo Antônio.	PMP
Rua Coronel Albino Siqueira	Nº 382 e também a Igreja Santo Antônio	INEPAC
Rua Dr. Alencar Lima	Tribuna de Petrópolis nº 26	INEPAC/PMP
Rua Alfredo Pachá	Nº 64, 76, 100	INEPAC
Rua Barão Amazonas	Em toda a sua extensão	IPHAN/PMP
Rua Santo Antônio	Casa da Fazenda Santo Antônio (Itaipava), Igreja.	IPHAN/PMP
Rua Armando Martins	Em toda a sua extensão	IPHAN/PMP
Rua Monsenhor Bacelar	Em toda a sua extensão, até o Asilo dos Desvalidos, inclusive.	IPHAN/PMP
Rua Bartolomeu Gusmão	Nº 54, 148	INEPAC
Rua Bartolomeu Gusmão	Nº 54, 149	PMP
Rua Coronel Batista da Silva	Nº 113 – A, B, C, D, E, F, G e H; Nº 116, 118, 126, 128, 136, 238, 146, 148, 154, 156.	PMP
Rua Belisário da Fonseca	Nº 86 A à F.	IPHAN/PMP
Rua Benjamin Constant	Nº 126 até nº 280 apenas a Casa Principal com entrada para a Rua Benjamin Constant.	IPHAN/PMP
Rua Benjamin Constant	O conjunto da Universidade Católica, os prédios do antigo Colégio Sion e a Casa do Barão de Ubá, nº 213.	IPHAN/PMP
Rua Benjamin Constant	Casa do Visconde de Ubá, atual sede da reitoria da UCP nº 213.	INEPAC/PMP

Rua Bernardo Proença	Vila Operária: Grupo B- 809 de A à G; Grupo C- 802, 810 de A à G; Grupo D- 872 de A à G.	IPHAN /PMP
Rua Bernardo Proença	Vila Operária: Grupo E - 871 de A à E; Grupo F- 914 de A à E; Grupo G- 968 de A à O.	IPHAN /PMP
Rua Bernardo Tosta	Nº 2 até 388.	IPHAN/PMP
Rua Bernardo Vasconcelos	Nº 135 até 201.	IPHAN//PMP
Rua Bernardo Vasconcelos	Nº 178 até 194.	IPHAN/ PMP
Bingen	Nº 130 (SENAI) e 1737 (Fábrica Werner).	INEPAC
Bingen	1737 (Fábrica Werner).	PMP
Rua Visconde Bom Retiro	Nº 38	IPHAN//PMP
Rua Visconde Bom Retiro	Nº 364	INEPAC/PMP
Rua Buarque de Macedo	Nº 39 até 131.	IPHAN/PMP
Rua Buarque de Macedo	Nº 8 até 128.	IPHAN/PMP
Rua Buenos Aires	Nº 55 até 91.	PMP
Rua Buenos Aires	Nº 65, 69, 71, 75, 91.	INEPAC/PMP
Rua Buenos Aires	Nº 60 até 206.	PMP
Rua Buenos Aires	Nº 78, 102, 124, 160, 178, 204.	INEPAC/PMP
Rua Caldas Vianas	Hotel Royal, Nº 07, 13, 19, 25, 29, 35.	INEPAC
Rua Caldas Vianas	Nº 15	PMP
Rua Cardoso Fontes	Nº 211	IPHAN/PMP
Rua Padre Carelli	Grupo N- 52 de A à E; Grupo O - 102 de A à E; Grupo P- 154 de A à E; Grupo Q- 204 de A à E	IPHAN/PMP
Rua Carlos Gomes	Nº 322, nº 339 até 397.	PMP
Rua Carlos Gomes	Nºs 42, 114, 180, 398.	INEPAC/PMP
Rua Carlos Gomes	Nº 42	IPHAN
Rua Carlos Gomes	Nº 318 até 322.	INEPAC
Estrada Cascatinha	Nº 33 até 57.	IPHAN/PMP
Estrada Cascatinha	Cia. Petropolitana de Tecidos - Edifício Fabril nº 46.	IPHAN/PMP
Estrada Cascatinha	Nº 54 até 74.	IPHAN/PMP
Rua Casemiro de Abreu	Nº 178	IPHAN/PMP
Rua Casemiro de Abreu	Nº 271, 295, 162, 202, 274, 338.	INEPAC
Rua Casemiro de	Nº 26 até 70.	PMP

Abreu		
Rua Casemiro de Abreu	Nº 26, 28, 58, 70.	INEPAC/PMP
Rua Castro Alves	Casa do Padre Correia ou Casa da Antiga fazenda da Posse - Corrêas nº 182.	IPHAN/ PMP
Rua Chile	Nº 218, 222, 230, 236, 244.	PMP
Praça da Confluência	Palácio de Cristal e o acervo arquitetônico e paisagístico da Praça da Confluência ou de Koblenz.	IPHAN/ PMP
Igreja Matriz Corrêas	Retábulo e imagem do amor divino, mesa de comunhão, duas credenciais, arcas da sacristia da antiga capela Pe. Correia.	IPHAN/ PMP
Rua Marechal Deodoro	Nºs 39, 15, 19, 21.	INEPAC
Rua Marechal Deodoro	Nºs 19, 29, 39.	PMP
Rua Encanto	Em toda a sua extensão.	IPHAN/ PMP
Rua Encanto	Casa de Santos Dumont - denominado: "ENCANTADA" nº 22.	IPHAN
Rua Ernesto Paixão	Nº 188 (Anexo ao Palácio Itaboraí).	INEPAC/PMP
Praça Expedicionários	Nº 34 (Teatro Municipal), 4 a 26 (antigo Ed. D'Angelo).	INEPAC
Praça Expedicionários	Todo Conjunto paisagístico formado pelas praças, com chafariz, jardins, balaustras, obelisco e edifícios que a contornam em especial nº 34 (Teatro Municipal inclusive interior).	PMP
Rua Padre Feijó	Nº 107 até 163. Vila Operária da extinta Fábrica Cometa.	IPHAN/PMP
Rua Fernandes Vieira	Nº 130 e 390 (Orquidário Binot)	PMP
Rua Fernandes Vieira	Nºs 182, 192, 202, 210, 220, 389, 390 (Orquidário Binot).	INEPAC
Rua Figueira de Melo	Nº 89, nº 106 até 146.	PMP
Rua Figueira de Melo	Nºs 89, 106, 110, 114, 142, 146.	INEPAC/PMP
Avenida Flávio Castrioto (Saavedra)	Nº 5070 - Compreende jardins, residência principal com mural de Cândido Portinari, porteira, pavilhão da piscina e anexos.	INEPAC
Rua Marechal Floriano Peixoto	Nºs 89, 93, 111, 141, 224, 238, 239, 240, 248, 249, 252, 267, 282, 357, 365, 396, 406, 430, 433, 439, 450, 496.	INEPAC

Rua Marechal Floriano Peixoto	Nº 89, 93, 111, 141, 149, da esquina da Rua Alberto Torres até o nº 439(exclusive nº373), 224, 239, 249, 267, 282, 396 até 450.	PMP
Rua Marechal Floriano Peixoto	Nºs 89, 93, 111, 141, 224, 239, 249, 267, 282.	INEPAC/PMP
Rua Fonseca Ramos	Sede do Banco Construtor do Brasil.	INEPAC/PMP
Rua Francisco Manoel	Nº 177, 189,221.	PMP
Rua Francisco Manoel	Nº 177, 189, 211	INEPAC
Avenida Getúlio Vargas	Hotel Quitandinha - Conjunto Arquitetônico e Paisagístico(lago)	INEPAC/PMP
Rua Gonçalves Dias	Nºs 276, 334, 341, 385, 464, 470, 474, 486, 496, 508, 512, 537, 582,594	INEPAC
Rua Gonçalves Dias	Nºs 276, 385, 464, 486, 496, 534, 582, 594	PMP
Rua Gonçalves Dias	Casa Sthepan Zweig nº 34	IPHAN/PMP
Rua Gonzaga Vieira Júnior	Nº 5 até 276	IPHAN/PMP
Rua Hermogêneo Silva	Represa e Cascata de Bulhões, incluindo instalação da represa	INEPAC/PMP
Rua Hivio Naliato	Nº 27-A até 27- G; Nº 58, 68, 74	IPHAN/PMP
Rua Imperador	Nº 5, 9 (casa Galo e sobrado), 17, 21, 149, 153, 171, 261, 263, 269, 271, 273, 277, 279, 285, 295, 291, 303, 323, 327, 331, 335, 337,339, 341, 349, 375, 377, 381 (Padaria Petrópolis), 387, 391, 393, 397, 403, 407, 409, 411, 415, 417, 419, 421, 425, 427, 431, 441, 445, 447, 461, 465, 545, 553, 557, 561, 563, 567, 571, 595, 601, 615, 689, 715, 719, 721, 727, 731, 737, 739, 741,745, 751, 757, 759, 779, 783, 785, 799, 801, 881, 1023, 1025, 1041,1043, 1045, 1053, 1055, 1057, 1059, 1065, 1067, 1085, 1097, 1099	INEPAC
Rua Imperador	Nº 5, 9 (casa Galo e sobrado), 17, 21, 149, 153, 171, 261, 263, 269, 271, 273, 277, 279, 285, 295, 291, 303, 323, 327, 331, 335, 337,339, 341, 349, 375, 377, 381(Padaria Petrópolis), 387, 391, 393, 397, 403, 407, 409, 411, 415, 417, 419, 421, 425, 427, 431, 441, 445, 447, 461, 465, 545, 553, 557, 561, 563, 567, 571, 595, 601, 615, 689, 715, 719, 721, 727, 731, 737, 739, 741,745, 751, 757, 759, 779, 783, 785, 799, 801, 881, 1023, 1025, 1041,1043, 1045, 1053, 1055, 1057, 1059, 1065,	INEPAC

	1067, 1085, 1097, 1099.	
Rua Imperador	Nº 133 ao 175 (inclusive), 285 ao 295 (inclusive), 321 ao 351 (inclusive), 375 ao 593 (inclusive com destaque ao Grande Hotel, a Padaria Petrópolis e a mata que faz pano de fundo a todo o conjunto), 615, do 715 à esquina da Pça Dr. Sá Earp Filho (excluído o nº 761) do 1023 ao 1059 (inclusive) (excluindo o 1017), 1085	PMP
Rua Imperador	Nº 70, 86, 130, 140, 150, 208, 218, Vila 232 ABC, 234 ABC, 244 FG, 304 (padaria Elite), 312, 478 até 544, 538, 700, 720, 728, 744, 754, 790, 810 ao 830, 866, 870, 898, 912, 940, 954, 958, 982, 1008, 1016, 1026, 1030	PMP
Rua Imperador	Nº 909 até 953	IPHAN
Rua Imperatriz	Palácio Imperial, atual Museu Imperial compreendendo o respectivo parque	IPHAN/PMP
Rua Imperatriz	Nº 13 (Caixa Econômica Federal)	INEPAC/PMP
Rua Imperatriz	Em toda a sua extensão	IPHAN/PMP
Praça Inconfidência	Nº 5 (Restaurante Penafiel), 9 e 12, inclusive o nº 15 da Rua Caldas Viana	IPHAN/PMP
Praça Inconfidência	Igreja do Rosário, inclusive a casa anexa à Rua Marechal Floriano Peixoto (70), Mercado Municipal, Hotel Royal localizado na esquina da Pç. Inconfidência (nº 12, 16, 22, 28 e 32) c/ Caldas Viana (nº 7, 13, 19, 25, 29,35)	INEPAC/PMP
Rua Ingelheim	Casa dos Constituintes (222)	INEPAC/PMP
Rua Ingelheim	Casa dos Constituintes Nºs 222 e 1288 esquina Servidão Pedro Gall	INEPAC
Avenida Ipiranga	Igreja Evangélica de Petrópolis nº 346	IPHAN/PMP
Avenida Ipiranga	Em toda a sua extensão	IPHAN/PMP
Praça Isabel	Toda a praça	IPHAN/PMP
Avenida Visconde Itaboraí	Nº 412, 426, 433, 571, 628, 634, 646	INEPAC
Avenida Visconde Itaboraí	Nº 331, 412, 426, 443 (inclusive a mata), 571 e seu lado esquerdo, 581, 628, 646	PMP
Avenida Visconde Itaboraí	Palácio Itaboraí	IPHAN/PMP
Rua Itamarati	Ponte de Ferro no Sítio Itamarati	INEPAC/PMP
Praça Dr. J. Soares M. Filho	Coreto e Igreja Matriz de Cascatinha - Vila Operária	IPHAN/PMP
Rua João Caetano	Nº 225 até 277	PMP
Rua João Caetano	34, 50, 66, 78, 92, 104, 118, 132, 144, 210, 255,	INEPAC

	267, 277, 300, 314, 350	
Rua João Caetano	34 ao 144 (inclusive) e 210 ao 350 (inclusive).	PMP
Rua João Xavier	Jardins de Burle Marx nº 475	INEPAC
Rua João Mayworm	Casa de Ana Mayworm	IPHAN/PMP
Rua Dr. Joaquim Moreira	Palácio Grão Pará, antigo Quartel dos Seminários nº 130	IPHAN/PMP
Avenida Presidente Kennedy	Em toda a sua extensão, esquina c/ Rua Mosela até a Pça Koblenz, especialmente a casa nº 148, residência Visconde de Maria - parques e jardins	IPHAN/PMP
Avenida Koeler	Acervo paisagístico e urbanístico da Av. Koeler	IPHAN/PMP
Avenida Koeler	Em toda a sua extensão	IPHAN/PMP
Avenida Koeler	Casa vizinha do nº 376	IPHAN/PMP
Rua Kopke	Nºs 245, 249 toda a vila Adolfo Schaffer, 281	INEPAC
Rua Kopke	Imóvel denominado Beata Solitude com área verde e jardim projetado por Glaziou nº 8	INEPAC
Praça Liberdade	Praça da Liberdade inclusive a residência da família Franklin Sampaio.	IPHAN/PMP
Liceu Municipal	Mural de Djanira.	IPHAN/PMP
Rua Luiz Biazzi	Nº 33; 47 à 83; 155 de A à E; 205 de A à E.	IPHAN/PMP
Rua Luiz Frei	Nº 26 e 40 (Convento e Igreja Sagrado Coração de Jesus).	INEPAC/PMP
Rua Luiz Gonzaga	Nº 5 até 276.	IPHAN/PMP
Rua Luiz Mendes Rodrigues	Nº 9 até 43.	IPHAN/PMP
Rua Machado de Assis	Nº 89 até 147.	PMP
Rua Machado de Assis	Nº 94, 89, 109, 121, 135, 147.	INEPAC
Rua General Marciano Magalhães	Nº 316(Cia Aurora D'Olne) e 1204(Fábrica Santa Helena).	INEPAC/PMP
Praça Visconde de Mauá	Praça Visconde de Mauá, inclusive o prédio da Câmara Municipal.	IPHAN/PMP
Praça Visconde de Mauá	Edifício da Câmara Municipal nº 89.	IPHAN/INEPAC/ PMP
Rua Almirante Maurity	Em toda a sua extensão.	IPHAN/PMP
Meio da Serra	Conjunto arquitetônico remanescente da antiga Fábrica Cometa, no Meio da Serra.	IPHAN
Rua Montecaseros	Nº 124 até 170.	PMP
Rua Montecaseros	Nºs 22 e 24 (Castelinho), 95 (Igreja Sagrado	INEPAC

	Coração de Jesus, Convento da ordem 3ª de São Francisco, inclusive o passadiço sobre a Rua Frei Luiz, 22, 24, 95 (Igreja do Sagrado Coração de Jesus e Convento da ordem 3ª de São Francisco, inclusive o passadiço sobre a Rua Frei Luiz), 124, 126, 130, 136, 144, 154, 156.	
Rua Montecaseros	Nº 288 até 620. Nº 530 - revogado o tombamento a nível municipal.	IPHAN/PMP
Rua Montecaseros	Nº 191 até 507. Nº 131, 137, 141.	IPHAN/PMP
Rua Mosela	Esquina c/ Rua Major Sérgio nº 1075, 48, 132, 142, 214 lado direito, 302.	PMP
Rua Mosela	Nºs 74, 132, 142, 214, 302, 1705.	INEPAC
Rua Montividéo	Reservatório de Água e construção que serve de vigia nº 263.	INEPAC/PMP
Rua Oliveira Bulhões	Nºs 237 A e B; 253 A e B; 267 de A à E.	IPHAN/PMP
Rua Oscar Weinschensck	Mural de Djanira no Liceu Municipal Cordolino Ambrósio.	IPHAN/PMP
Praça Oswaldo Cruz	A Praça, os jardins e sua arborização, o busto Oswaldo Cruz, a pérgula e mobiliário urbano nela existente.	INEPAC/PMP
Rua Paulino Afonso	Nºs 13, 170, 311, 316, 477(Hospital Santa Teresa, pavilhão principal, pavilhão frontal esquerdo, capela e pátio interno ajardinado além do pavilhão lateral direito).	INEPAC
Rua Paulino Afonso	Hospital Santa Teresa, nº 477, Pavilhão principal, pavilhão frontal esquerdo, capela e pátio interno ajardinado além do pavilhão lateral direito, 170.	PMP
Rua Paulino Afonso	Nº 13; nº 86 até 134.	IPHAN/PMP
Rua Paulo Lobo de Moraes	Nº 523	INEPAC
Rua São Pedro de Alcântara	Igreja Catedral de Petrópolis.	IPHAN/PMP
Rua São Pedro de Alcântara	Em toda a sua extensão.	IPHAN/PMP
Praça D. Pedro II	Todo o conjunto paisagístico formado pela praça com chafariz, jardins, balaustradas, obelisco e edifícios que a contornam, 34 (Cine d. Pedro).	PMP
Praça D. Pedro II	Nº 34 - Cine D. Pedro, inclusive seu interior, 4 a 26 da Pç. dos Expedicionários.	INEPAC
Rua Dr. Porciúncula	Nº 12, Casa Itararé, 18, 24, 26, 30, 34, 38, 50, 56, 62, Hotel Comércio, 90, 94, 102,106, 108.	INEPAC

Rua Dr. Porciúncula	Nº 12(Casa Itararé, inclusive seu interior), 26, 50, 94.	PMP
Avenida Portugal	Nº 27 e 236 (Beneficiência Portuguesa), 10.	INEPAC
Avenida Portugal	Beneficiência Portuguesa nº 236.	PMP
Praça Princesa Isabel	A Praça Princesa Isabel.	IPHAN/PMP
Rua Raul Leoni	Em toda a sua extensão, nº 66 revogou o tombamento a nível municipal.	IPHAN/PMP
Rua Riachuelo	Nº 22(Casa de Santo Dumont).	IPHAN/PMP
Estrada Rio – Petrópolis	Coleção de Armas Dr. Sérgio Ferreira de Cunha nº 40.	IPHAN/PMP
Avenida Barão do Rio Branco	Nº 70 até 234; nº 65 até 215; Nº 634, 676, 918, 956 747, 905, 1327, 1343, 1831, 1843.	PMP
Avenida Barão do Rio Branco	Nº 65, 75, 87, 131, 139, 165, 199, 215, 261, 234, 261, 279 (Casa do Barão do Rio Branco e Chancelaria), 479, 747, 905, 1327, 1343, 1831, 1837, 1843 Nº 70, 102, 112, 126, 198, 458, 536, 634, 676, 956, 1164 (Carmelo), 1556, 1958 (Fabrica Huyck).	INEPAC
Avenida Roberto Silveira	Nº 12 e 150(Asilo do Amparo).	IPHAN/PMP
Avenida Roberto Silveira	Nº 253, 257, 255, 259, 263.	INEPAC/PMP
Rua Rocha Cardoso	Nº 131	INEPAC/PMP
Rua Rockefeller	Nº 263	INEPAC/PMP
Rua Frei Rogério	Nº 51, 171, 177-A	INEPAC
Rua Frei Rogério	Nº 37, 51, 95, 171, 177, 177-A, 177-B, inclusive a mata que serve de pano de fundo p/ o conjunto.	PMP
Rua Romão Junior. Antiga Rua do Encanto	Em toda sua extensão.	IPHAN/INEPAC/ PMP
Praça Ruy Barbosa	Inclusive residência da família Franklin Sampaio	IPHAN/PMP
Rua Dr. Sá Earp	Nº 17 até 99	IPHAN/PMP
Rua Dr. Sá Earp	Nº 309, 433 e Castelinho da Fábrica Dona Isabel (909).	INEPAC
Rua Dr. Sá Earp	Nº 309, 433, 521, 537	PMP
Praça Sá Earp Filho	Juntamente com a Rua Marechal Deodoro nº15, 19, 21,29, 39.	INEPAC
Praça Sá Earp Filho	Juntamente com a Rua Marechal Deodoro nº 19, 29, 39.	PMP
Fazenda Samambaia	Casa da antiga Fazenda Samambaia.	IPHAN/PMP

Loteamento Samambaia	Casa de Djanira no Loteamento Samambaia.	IPHAN/PMP
Avenida Sampaio	Nº 3, 19, 31, 47, 4, 20, 32, 48	INEPAC
Avenida Sampaio	Em toda sua extensão	PMP
Praça Sant'Ana e São Joaquim	Nº 5 até 57	IPHAN/PMP
Rua Santos Dumont	Nº 140, 152, 162, 178, 194, 212, 216, 234, 358, 392, 825	INEPAC
Rua Santos Dumont	Nº 10 até 234; Nº 358, 392, 825.	PMMP
Rua Santos Dumont	Nº 517 até 701; nº 460.	IPHAN/PMP
Rua Vereador Sebastião de Melo	Nº 6 até 34; 48 até 84; 155 F a K; 05 F a K.	IPHAN/PMP
Rua Sete de Abril	Nº 366, 368, 372, 374, 390, 392, 394, 398, 402, 404, 408, 412, 416, 460, 466, 468, 533, 541, 543, 545, 549, 557 (padaria guarani), 561, 603, 609.	INEPAC
Rua Sete de Abril	Nº 557 até 609; 366 até 394; Nº 416, 533, 541, 543, 545, 549.	PMP
Rua Silva Jardim	Nº 45, 63, 65, 83, 546, 556, 584	PMP
Rua Silva Jardim	Nº 45, 63, 65, 83, 584	INEPAC
Rua Padre Siqueira	Nº 399, 419 antigas oficinas dos bondes de Petrópolis.	INEPAC
Rua Padre Siqueira	Nºs 377, 399, 419 (Bondes de Petrópolis), 371.	PMP
Rua Visconde Souza Franco	Nº 93 até 609; Nº 428 até 590.	IPHAN/PMP
Rua Visconde Souza Franco	Nº 202	INEPAC
Rua Visconde Souza Franco	Nº 184, 202	PMP
Rua Professor Stroeller	Nº 11, 27	INEPAC/PMP
Rua Barão de Teffé	Nº 13, 19(casa Mourad) e 23.	INEPAC
Rua Barão de Teffé	Nº 19 e 29	PMP
Rua Teresa	Nº 1749, 1756 e 1761	INEPAC
Rua Teresa	Nº 1310, 1310 A, 1310 B, 1314, 1318, 1318 A, 1318 B, 1318 C, 1318 D, 1330 A, 1330 B, 1330 C, 1330 D, 1330 D, 1330, 1332, 1336, 1609 I a VI (Vila Sete), 1749, 1753, 1761.	PMP
Rua Tiradentes	Em toda a sua extensão	IPHAN/PMP
Rua Treze de Maio	Nº 280, 282 e 284	INEPAC
Rua Treze de Maio	Nº 280, 282, 284, 321 e 329	PMP
Rua Coronel Veiga	Nº 496, 1014, 1382, 1392, 1424, 1434, 1628, 1672, 1705 (Centro Franciscano do Brasil),	INEPAC

	1988, 2020 e em especial o jardim fronteiro ao imóvel de nº 550 (antigo Colégio São Vicente de Paulo).	
Rua Washington Luís	Nº 237, 239, 269, 273, 299, 309 (Vila Operária), 343, 353 A à 355 B, 402, 410, 418, 448 (sobrado), 942, 1216, 1246, 1255, 1260.	INEPAC
Rua Washington Luís	Nº 239 inclusive a Vila de nº 309, 1255 (inclusive interior); nº 402 até 448.	PMP
Rua Washington Luís	Nº 142 até 146; nº 1066 até 1076; Fabrica São Pedro de Alcântara.	IPHAN/PMP
Estrada União Indústria	Nº 5070 (casa com projeto de Lúcio Costa).	INEPAC

Fonte: Prefeitura de Petrópolis. Disponível em <<http://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/index.php/ambiente/bens-tombados.html?tmpl=component&print=1&page=>>> Acesso em 13 abril 2015